



Transcrição da Sessão Ordinária da
Assembleia Municipal de Marco de
Canaveses

----- *23 de novembro de 2018* -----



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, faltam dois minutos para as nove horas (21h00), eu penso que faltam um ou dois deputados, vamos iniciar os trabalhos, senão isto atrasa muito, e não há necessidade.

A primeira questão desta Assembleia Municipal vai ser o **Ponto n.º 1.1**, Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária do dia 22.09.2018.

Há quatro pessoas que não podem votar: a Dra. Ana Ferreira, o César Baltazar, o Sr. Domingos Neves e a Dra. Ana Cristina Valente. São as pessoas que não podem votar.

Há alguma observação a fazer à ata? Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Ora, passamos de seguida ao **Ponto n.º 1.3** – o Ponto n.º 1.2 não vai preencher o nosso tempo porque a Sra. Dra. Palmira não pôde comparecer para tomar posse como elemento do Conselho Municipal de Segurança. O Ponto n.º 1.3 é o Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o n.º 1 do art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Quem se quer inscrever, por favor?

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Vamos recapitular: estão inscritos o deputado Miguel Carneiro, deputado José Couto, deputado Gil Rodrigues, Sra. Deputada Isabel Madureira, o Dr. Monteiro da Rocha, o deputado Américo Moreira, a deputada Susana Loureiro e o deputado Bruno Caetano.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, tem a palavra o deputado Miguel Carneiro.

--- Miguel Carneiro (Presidente J.F. Vila Boa do Bispo, PS) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, cara e caro Srs. Secretários, Sra. Presidente da Câmara Municipal, Sra. e Srs. Vereadores, caros colegas da Assembleia Municipal, Marcoenses e comunicação social. Muito boa noite a todos.

Dentro daquilo que têm sido as ações do Executivo, e até a ação do próprio Governo da República Portuguesa, há muito que me tem dado uma certa vontade e ânimo de cá vir comunicar um programa que já foi aprovado em maio do presente ano, mas que é com muito gosto e muita satisfação que vejo que tem merecido a atenção por parte do Executivo Municipal. Esse programa é, exatamente, o que foi denominado “Primeiro Direito”, o direito à habitação. Eu acho que este programa transfere muito para a prática aquilo que deve ser a preocupação de um socialista e de um social democrata no séc. XXI na Europa, acima de tudo a capacidade do Estado, enquanto entidade normalizadora da sociedade, de oferecer uma igualdade de oportunidades a todos os cidadãos, para que eles possam atingir o seu potencial humano, mas também criar mecanismos e respostas sociais para que quando algo não corre bem na vida de cada um, seja por razões próprias ou externas, haja mecanismos que defendam as pessoas nesses momentos menos bons. E é com muita satisfação que exatamente este programa, que foi aprovado por deliberação do Conselho de Ministros em maio, permite acima de tudo definir



prioridades na área das políticas de habitação, e foram definidas políticas de habitação de nova geração. Acima de tudo, estamos a falar de um programa que é interessante ver implementado como uma prioridade deste Governo, em 2018 – agora também já para 2019 – mas quando nós já falamos de habitação e do direito à habitação desde a revolução de abril, mas acho que é muito interessante nós voltarmos a centrar a discussão exatamente neste tipo de matérias que são elementares para a vida de cada um de nós, e para o conforto e para a qualidade de vida de cada cidadão, porque, às vezes, parece que nos esquecemos que vimos de um resgate, de um Governo profundamente liberal nas suas crenças para a sociedade e para a economia, e como tal, nós muitas vezes temos que pensar em mecanismos que sejam capazes de contrabalançar esse liberalismo, e que permitam acima de tudo à sociedade que os seus membros sintam que há igualdade de oportunidades para atingir o seu potencial. E este programa, acima de tudo, visa garantir a todos uma habitação adequada, procurando que condições precárias como a sobrelotação, a precariedade ou ilegalidade do alojamento, e a insalubridade nos alojamentos, passem a ser um elemento do passado. E eu gostava muito de mencionar o trabalho que tem vindo a ser feito aqui, localmente. Por quê? Porque nós estamos num concelho – como todos nós sabemos, e os meus colegas autarcas de freguesia também sabem muito bem – em que muita da habitação e muitas das famílias vivem em casas que não estão licenciadas, que não têm condições muitas vezes de salubridade, e que estão também muitas vezes caracterizadas por problemas de sobrelotação. E às vezes, parece que este tipo de programas entra aqui numa esfera nacional que não sabemos muito bem onde se aplica, mas isto aplica-se exatamente aqui no nosso concelho, e é com muita satisfação que eu tenho visto que a Sra. Presidente tem-se empenhado pessoalmente, e o Executivo, em procurar executar este programa aqui no Concelho de Marco de Canaveses, primeiro, inicialmente, através de uma divulgação muito agressiva junto das instituições sociais e das Juntas de Freguesia – e eu próprio posso atestá-lo enquanto Presidente de Junta de Freguesia – mas também através dos canais formais normais, e eu acho que isso é muito importante, porque eu já faço parte do Conselho Local de Ação Social há alguns anos, e confesso que começo a ver algum destino e começo a ver alguma objetividade neste órgão, e eu acho que aqui está um canal muito bom para divulgar esta medida. E neste assunto, em Vila Boa do Bispo, em particular, já percebi que ainda não houve qualquer tipo de iniciativa ou qualquer tipo de solicitação de apoio, e também nesse sentido faço *mea culpa*, mas acho que era muito importante nós sublinharmos que o diálogo com instituições sociais, o diálogo com os cidadãos, particularmente ou através de instituições que os apoiam no dia a dia, é muito importante, seja através das próprias organizações – por exemplo, das Conferências de S. Vicente de Paulo, ou até dos grupos Mensagem de Fátima, das organizações paroquiais – levar este programa às pessoas, porque nós, em Vila Boa do Bispo, já identificámos várias situações em que nós podemos aplicar este programa, e será certamente um programa de que muitos Marcoenses beneficiarão, às vezes mais do que aquilo que nós pensamos quando estamos a pensar em situações do séc. XXI, e certamente há aqui uma oportunidade a que todos nós podemos recorrer, e a Câmara Municipal tem apostado nesse sentido. Por isso, o meu bem-haja por essa iniciativa, pela proatividade, e acima de tudo o meu reconhecimento pela relevância da ação nesta área.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou de seguida a palavra ao Sr. Deputado José Couto.



--- José Couto (Presidente J.F. Penha Longa e Paços de Gaiolo, PS) ---

Muito boa noite a todos. Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. e Sr. Secretários, Sra. Presidente da Câmara Municipal, Sra. e Srs. Vereadores, caros colegas deputados, Presidentes de Junta de Freguesia, meus senhores e minhas senhoras:

Na minha primeira campanha que fiz em Penha Longa, para a Junta de Freguesia, já vão alguns anos, uma das coisas que eu queria implementar em Penha Longa era um Espaço do Cidadão, na altura vulgarmente conhecido por Loja do Cidadão. Fui demovido de tal situação, porque andava a sonhar, que não era possível, porque até muitos concelhos – que infelizmente agora ainda estão – ainda não tinham esses serviços. Quando foram instalados os cinco agora existentes aqui no concelho, sinceramente, fiquei a pensar que um deles iria para Penha Longa, pela distância que temos ao centro do concelho, mas, infelizmente, fiquei desiludido com isso. Mas, a vida é assim mesmo. Este Executivo, ao qual agradeço terem envidado estes esforços, para que na minha freguesia fosse possível agora ter um Espaço do Cidadão, juntamente com Vila Boa do Bispo e Constance, para além dos outros cinco que já toda a gente conhece, vamos ter também mais estes serviços, que esta mesma semana foi instalado o mobiliário e brevemente vai ser posto a trabalhar em pleno. Vai permitir que os munícipes tenham uma forma de acesso mais fácil e mais próxima, e ficarem melhor servidos. Neste espaço vai ser possível, como penso que toda a gente sabe, tratar assuntos relacionados com a Autoridade Tributária, a Segurança Social, o IMTT, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Centros de Emprego, ADSE, Cartão de Cidadão, Ministério da Saúde e muitos outros, sem ter que se deslocar ao centro da cidade ou outros locais onde isto existe. No caso da minha freguesia, em que parte considerável da população é idosa, vai permitir que as pessoas consigam tratar de uma simples renovação do cartão de cidadão ou carta de condução sem terem que se deslocar a outro local, e isso é uma mais valia, principalmente para as freguesias limítrofes do concelho, como é a minha, com bastante distância. Isto, penso eu, é uma forma de descentralizar os serviços e fazer política de proximidade, cumprindo assim o nosso programa eleitoral a que nos propusemos. Um bem-haja ao Executivo, na pessoa da Sra. Presidente da Câmara Municipal. Da minha parte, muito obrigado, e um bem-haja.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Damos de seguida a palavra ao Sr. Deputado Gil Rodrigues.

--- Gil Rodrigues (PPD/PSD) ---

Exma. Mesa, Exma. Vereação, caros deputados, Marcoenses, comunicação social:

São três pontos que me trazem aqui hoje. O primeiro é só uma chamada de atenção, por causa de alguma limpeza dos edifícios públicos que deixaram de ter qualquer atividade – o caso, por exemplo, de S. Nicolau, onde era a Junta de Freguesia. Tenho passado, tenho reparado que há algumas silvas e alguma vegetação mais alta, e acho que não é bom, ou pelo menos não dá bom aspeto, e acho que a autarquia deve dar o exemplo em relação à limpeza dos edifícios que pertencem à Câmara Municipal, ou que pelo menos são das freguesias.

Um segundo ponto prende-se com as afirmações feitas na última Assembleia Municipal, no que diz respeito às obras de proximidade, e que o Executivo disse fazer a pedido dos Marcoenses. Foi aqui proferido que são obras que os munícipes reivindicam, e muito bem, e que foram eles que elegeram este Executivo, também está muito bem. Mas, será que não foram eles também



que elegeram os Srs. Presidentes de Junta? Numa altura em que falamos de descentralização de poderes, estamos nós a centralizar? Por este andar, será com toda a certeza melhor extinguir as Juntas de Freguesia e as Assembleias de Freguesia, bem como também esta Assembleia Municipal, pois a opinião dos Srs. Presidentes de Junta não é necessária, e as deliberações desta Assembleia também não são respeitadas, porque foi deliberado nesta Assembleia, e com os votos a favor do PS, isentar os Marcoenses das taxas de ligação de água e saneamento, e em que é que deu? Nada, absolutamente nada.

Mas, é exatamente este tema que também quero trazer aqui, e vou passar a citar um excerto de uma carta aos Marcoenses, assinada pela Dra. Cristina Vieira. Passo a citar:

“A nossa candidatura, numa atitude responsável de defesa dos interesses dos Marcoenses, tem mantido diversas reuniões com a Administração da Águas do Marco, no decurso das quais foi possível alcançar um pré-acordo de reequilíbrio de concessão, com vista à resolução definitiva do problema. A solução encontrada passa, entre outros pontos, pela imediata isenção de pagamento de todos os Marcoenses das taxas de ligação e ramal.”

Sei que, como resposta a isto, vão dizer que a culpa é dos processos interpostos pelo anterior Executivo, mas quando foi negociado este pré-acordo, estes processos já existiam. Claro que depois também vão dizer que a culpa é do Vereador António Dias, pela providência cautelar que interpôs, mas essa providência foi interposta muito depois de os senhores estarem no Executivo. E podem ainda, daqui a um minuto, apresentar-me um contrato assinado, mas nunca irá cumprir a isenção imediata das taxas, porque esse prazo já passou. Aliás, já foi este Executivo mais do que uma vez questionado, nomeadamente pela Dra. Susana Loureiro, sobre a existência de um pré-acordo, e quais os contornos do mesmo, ao qual a Sra. Dra. Cristina Vieira não respondeu. Mas, vem agora por escrito dizer ao Grupo Parlamentar do PSD que, afinal, o que existia era uma mera manifestação de vontades. Façam o favor, não deitem poeira para os olhos dos Marcoenses, pois todos eles já sabem que a existência deste pré-acordo foi uma grande mentira, e que teve como único objetivo enganar o eleitorado para vencer as eleições. Mas, assim chego a uma conclusão clara: o *slogan* que tantas vezes foi usado na última Assembleia Municipal vai ter que ser alterado, porque, afinal, a palavra dada não é palavra honrada.

Boa noite.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Damos de seguida a palavra à Sra. Deputada Isabel Madureira.

--- Isabel Madureira (CDS-PP) ---

Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sra. Presidente da Câmara Municipal, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, caros colegas deputados municipais, público aqui presente, comunicação social, Marcoenses.

Irei fazer um voto de saudação ao quadragésimo terceiro aniversário do 25 de novembro de 1975:

“Comemora-se no próximo domingo o 43.º aniversário do 25 de novembro, o movimento que conteve a ala radical do Movimento das Forças Armadas, apoiada pela extrema-esquerda, e que



determinou a natureza pluralista e democrática do regime político e constitucional português, na senda da consolidação do processo democrático iniciado pelo 25 de abril.

O 25 de novembro, ato singular e irrepetível da nossa história, marca o inapagável fim da transição revolucionária. O povo português conseguiu, com firmeza, romper com a ditadura de quarenta anos e aceitar um caminho diferente, que nos salvou de uma nova ditadura, de sinal contrário.

Essa viragem foi decisiva para que Portugal aceitasse pluralmente uma continuidade exemplar na política de integração europeia e ocidental. Com efeito, este entendimento vigorou nos últimos quarenta e três anos e foi partilhado pela esmagadora maioria do povo português.

Neste contexto, importa salientar o contributo dos Partidos Democráticos e a resistência indómita de muitas figuras de relevo, que permitiram que Portugal fosse hoje um país democrático, prestigiado, aberto e tolerante, integrado na União Europeia, em pleno desenvolvimento.

É sob o signo dessa unidade feita pela história que celebramos, uma vez mais, o dia que garantiu o caminho pacífico e democrático do nosso povo. Alguns poderão achar que esta evocação é supérflua, outros pugnarão por assinalar este momento como um dia de liberdade e democracia.

Assim, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Marco de Canaveses, reunida a 23 de novembro de 2018, que aprove um voto de saudação dedicado a todos aqueles que em 25 de novembro de 1975 colocaram novamente Portugal na senda da Democracia, da paz e da liberdade iniciada a 25 de abril de 1974, e dar solenemente testemunho da nossa gratidão a todos os que souberam, com notável aprumo militar e grande coragem moral, cumprir o seu dever, bem como prestar devida homenagem àqueles que tombaram em defesa da liberdade.

*Marco de Canaveses, 23 de novembro de 2018
O Grupo Municipal do CDS”*

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Deputada. Damos de seguida a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Monteiro da Rocha.

--- Joaquim Monteiro da Rocha (CDS-PP) ---

Sr. Presidente, Srs. Membros desta Assembleia, munícipes, Marcoenses:

Eu vinha aqui por dois motivos. O primeiro era apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Vieira de Magalhães, mais conhecido por “Sr. Magalhães da Lenha”. E o voto de pesar era deste texto – que, aliás, é subscrito por mim e pelos demais Grupos. É deste teor:

“Tendo falecido, vítima de um trágico acidente ocorrido no passado dia 12 de outubro, o cidadão Marcoense, Joaquim Vieira de Magalhães, conhecido e conceituado industrial de madeiras, e pai do ex-Vereador deste município, Eng.º Bruno Filipe Teixeira Magalhães, propõe-se a este



plenário a aprovação de um voto de pesar pelo seu passamento, transmitindo desta forma a sua solidariedade à família enlutada.

Marco de Canaveses, 23 de novembro de 2018

Os proponentes” (Monteiro da Rocha, Bruno Caetano, Luís Vales)

Outro assunto que eu queria trazer a esta Assembleia era o seguinte: como sabemos, ocorreu uma tragédia em Borba, nas pedreiras de mármore. Era uma tragédia anunciada, mas ninguém queria ver. O laxismo de toda a gente, que arrumava para o lado, e se tivesse havido uma cidadania consciente, isto não teria acontecido, porque não se fechavam os olhos, como se fecharam.

Ora, nós somos uma terra também com pedreiras, nomeadamente no Baixo Concelho, pedreiras que são de granito – não de mármore, mas de granito. E julgo que também há muito laxismo aqui, sobretudo em termos de segurança, muitas vezes os industriais são um bocado negligentes nesse sentido, as autoridades também olham efetivamente para o lado, e era necessário, num sentido não repressivo, mas de sensibilizar as pessoas, nomeadamente na autarquia, nos termos da Proteção Civil, olhar por isso, mandar alguém ver e aconselhar, num sentido mais pedagógico, porque amanhã podem acontecer tragédias, e depois ninguém é responsável, e ao fim e ao cabo, toda a gente viu, e toda a gente olhou para o lado. Eu estou a falar, e naturalmente que todos sabem, não é preciso eu estar aqui a apontar o dedo ao sítio A, ao sítio B ou ao sítio C, que, efetivamente, os problemas em termos de segurança, nós somos laxistas, não estamos a ter isso na devida consideração. E portanto, amanhã podemos ter uma tragédia, e depois, afinal, ninguém sabia e toda a gente sabia. Portanto, eu sugiro que este município, através do Pelouro da Proteção Civil, enfim, tenha alguma ação pedagógica sobre as pedreiras, nomeadamente no Baixo Concelho, e efetivamente em todo o concelho, de modo a pelo menos prevenir algumas situações que possam ocorrer, desagradáveis, e que depois de acontecer, trancas à porta depois da casa roubada, não valem efetivamente a pena. Não é no sentido repressivo, insisto, mas no sentido pedagógico.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Damos a palavra ao Sr. Deputado Américo Moreira.

--- Américo Moreira (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, estimado público:

Apesar de não ser razoável tirar já conclusões relativamente ao desempenho do atual Executivo, no final do primeiro ano de mandato, como se diz na gíria, já se começa a perceber por onde corre a maré. Nós, Marcoenses, vemos os nossos vizinhos a assinalar o primeiro ano de mandato com um *slogan* bastante atrativo: “Um ano de mandato, mil empregos”. Mas, mais do que atrativo, realista, pois resulta na criação de vários postos de trabalho, derivados da atração de multinacionais, como é o caso do interesse da Louis Vuitton no Concelho de Penafiel, mas também da capacidade de expansão de empresas já existentes. Nesse sentido, gostaria de



questionar a Sra. Presidente sobre a existência de algum programa com vista a tornar o Marco de Canaveses também atrativo.

Um aspeto que considero também pertinente, e ainda por esclarecer aos nossos munícipes, como falou o nosso deputado Gil Rodrigues, prende-se com a ligação do saneamento e da água, e por isso, questiono como estão a correr as negociações, e se o pré-acordo de que a Sra. Presidente falava alguma vez existiu, dado já ter passado um ano, e ainda não vimos nada. E nesse aspeto, podemos também olhar para a vizinhança e constatar que a Câmara Municipal de Paredes, também governada pelo Partido Socialista, está a oferecer essas mesmas taxas de ligação.

No que respeita às crianças e adolescentes da nossa terra, gostaria de deixar um alerta para o congestionamento que se tem vindo a notar às Escolas EB1 de Fornos e EB 2/3 do Marco, sugerindo a presença da autoridade nestes locais nas horas de ponta, visto ser notório o perigo quando estes menores chegam e saem da escola.

Gostaria também de saber quais os critérios para a escolha das freguesias onde estão a ser instaladas as Lojas do Cidadão, e que freguesias foram selecionadas para além de Penha Longa.

Para terminar, não podia deixar de questionar a Sra. Presidente e o Executivo sobre o Orçamento de Estado para 2019 apresentado pelo Sr. Primeiro Ministro António Costa, e quais os benefícios para os Marcoenses.

Foi um primeiro ano de mandato com alguns pontos positivos e outros negativos, mas o governo municipal está no poder porque o povo Marcoense assim o quis, e nesse sentido, os Marcoenses não podem nem querem ouvir as respostas e lamentações nesta Assembleia baseadas nos doze anos de mandato do PSD, como tem vindo a ser recorrente; querem, sim, responsabilidades pelo município, concretização de promessas que os fizeram decidir na hora do voto, e tornar o Marco de Canaveses um local atrativo, que os faça querer ficar e que faça com que os outros aqui queiram chegar.

Disse.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra, de seguida, à Sra. Deputada Susana Loureiro.

--- Susana Loureiro (PPD/PSD) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exmos. Srs. Secretários da Assembleia Municipal, Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Srs. Vereadores, Srs. Deputados da Assembleia Municipal, Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, Exma. Comunicação social e Exmo. Público, caríssimos Marcoenses:

Começo esta minha intervenção com uma franca preocupação sobre a nossa atual realidade política nacional. Na verdade, o que se tem verificado na nossa atualidade política é uma clara imagem de impunidade para com os mais altos responsáveis que nos governam. Nunca as faltas de carácter, de verticalidade, de competência, de sentido de Estado, estiveram tão



comprometidas como agora. Seria bom – repito, seria bom – Srs. Deputados, pensarmos sobre isto.

Tal como Portugal neste momento, o Marco de Canaveses precisa de se mobilizar, de encontrar um rumo definido de recuperação e desenvolvimento de investimento. Somos um município com gente de valor e competência, mas a verdade é que muitos dos recursos que temos nem sempre estão a ser bem aproveitados.

Sra. Presidente, dirijo-me a V. Exa.: por favor, peço-lhe por favor, responda-me às questões que lhe vou colocar, e não me responda com a habitual frase, que já vem a ser mais do que repetida, de que V. Exas. estiveram doze anos no poder e nada fizeram, ou que esta problemática é transversal aos vários Executivos. Se é isto que tem sempre e somente a dizer, fico desapontada, pois são argumentos fracos e desprovidos de conteúdo, quer quanto à minha pessoa, quer quanto ao Grupo Municipal que integro. E antes que me ataquem – porque é isso que, se calhar, vem a acontecer – tenho legitimidade para proferir estas expressões, isto porque nunca fui Executivo, nunca estive no poder, e nem sequer era membro desta Assembleia durante o período que a Sra. Presidente tanto gosta de enunciar. Mais, não sou nem nunca fui responsável pela tomada de decisões, nem nunca fui questionada quanto à tomada das mesmas. Não obstante, não coloco em causa – já o disse, e repito – a bondade e a seriedade das mesmas e das pessoas que integraram o anterior Executivo, como certamente não o farei no futuro relativamente a este. Mas, tenho de lhe dizer diretamente que de V. Exa., por quem eu tenho respeito pessoal e institucional, e do seu Executivo, não espero frases feitas; espero, sim, respostas com soluções concretas para os problemas reais, e não frases eloquentes cheias de nada.

Concentremo-nos, por favor, então, no presente e no futuro. É inegável que foi V. Exa. e o seu Executivo quem democraticamente foram eleitos para governar e fazer o melhor para o Marco e para os Marcoenses. Se por um lado não concordam com as opções políticas tomadas pelo anterior Executivo e querem fazer diferente, não esperava outra coisa de si, Dra. Cristina, o que é legítimo, de uma coisa os senhores não se podem queixar: não podem negar que o anterior Executivo não foi de boas contas. Já sei, a senhora vai sempre dizer que algo está mal, os advogados também são assim. Fazendo-me lembrar uma frase muito interessante de S. Exa., o Sr. Primeiro Ministro: “Não cortamos ou adiamos investimento público, aumentamos e aceleramos a sua execução.” Não seria melhor dizer “cativamo-lo”? Mais de dez milhões de euros (10.000.000€) foram deixados pelo anterior Executivo para os senhores trabalharem, fazerem obra, colocar o Marco no bom caminho. Ou vai negar? Uma realidade bem diferente daquela que haviam encontrado quando cá chegaram em 2005, e que não tinham dinheiro para nada, o que é igualmente do conhecimento de V. Exas., e fizeram obra que fala por si. Basta atentar, a título de exemplo, nas freguesias das quais alguns dos Srs. Membros agora do Executivo eram Presidentes de Junta. Ou vão negar? E a Sra. Presidente aqui não me venha, por favor, também com outra frase, de que o PSD não resolveu o problema das águas, porque quem ouvir até pensa que doze anos de trabalho e sacrifício dos Marcoenses só se resume às águas, porque toda a gente dentro desta sala deveria tentar aferir e perceber bem os contornos deste contrato, de quem o propôs e, efetivamente, quem o assinou. Como também sabemos da complexidade da questão, Sra. Doutora, não lhe invejo a sorte. Deste modo, agora já não é o PSD que está no poder; é a senhora, a quem eu publicamente já desejei sorte. E como diz o povo, “águas passadas nunca moveram moinhos”, pelo que agora é a Sra. Doutora e o seu



Executivo os responsáveis pelos destinos do Marco. Aliás, já interpelei mais do que uma vez sobre a questão das águas, e a resposta de V. Exa., queira desculpar-me, é sempre a mesma: ou foge da questão do pré-acordo, que afinal não é pré-acordo, ou agora já é uma mera declaração de vontades, que juridicamente são questões bem diferentes. Mas, nada me espanta, Sra. Doutora, e nada me espanta que já tenha conseguido esse pré-acordo, ficava feliz que já o tivesse tido antes e que o tenha agora. Mas, na verdade, não podemos nem devemos dar o que não temos.

Posto isso, e face ao tema da minha intervenção, e já que a Sra. Presidente gosta tanto de falar no passado, recuemos um ano atrás, à minha primeira intervenção, na qual fui severamente criticada, onde questionei a Sra. Presidente sobre uma temática que sei que é de interesse comum a ambas, e penso que a todas as pessoas presentes nesta sala. Gostei muito de ouvir a intervenção do Dr. Miguel Carneiro, que felicito desde já. Foi sobre o tema dos cabazes de natal, que era uma prática corrente serem distribuídos na quadra natalícia, e que ajudavam famílias carenciadas com poucos recursos financeiros a passar esta época festiva com um pouco de maior fartura, tal como era, aliás, prática corrente levada a cabo por V. Exa. enquanto Presidente de Junta. Referiu-me, na altura, que não concordava com o modelo adotado pelo anterior Executivo e que iria efetuar, e muito bem, um estudo rigoroso para aferir quem realmente necessitava dessa ajuda. Ora bem, um ano passou. Já terá V. Exa. os resultados desse prometido estudo? Se sim, era bom que os partilhasse; se não, apenas foi uma frase mais cheia de nada. Mas, conto seriamente, pela elevada estima que tenho pela Sra. Doutora, que me surpreenda e me diga hoje aqui o resultado e as conclusões do mesmo. Na verdade, a 4 de junho do presente ano, a Coordenadora Técnica do Caerus, em notícia ao jornal A Verdade, revelou que existiam situações de pobreza que ultrapassam a escassez de alimentos. A notícia está aqui, para que possam constatar o pedido de apoio da instituição à comunidade e às empresas. Mais, segundo pude apurar, estas situações ainda continuam a subsistir, as mesmas já existiam no tempo em que V. Exas. eram Presidentes de Junta, pelo que elas não sumiram num golpe de mágica. Era muito bom que tivéssemos esse poder.

Srs. Deputados, não podemos ignorar que, infelizmente, existem situações de pobreza na nossa terra, umas mais notórias, outras bem mais escondidas, por vergonha, e que lamentavelmente continuam a existir. Mas, o que mais me chocou há um ano foi a expressão proferida pela Sra. Doutora, quando referiu que quase toda a política de ação social do PSD era – e vou usar uma expressão da Sra. Doutora – “caridadezinha”, sem rigor e para aparecer no *Facebook*. Mais, disse-me a mim e aos Marcoenses igualmente que a ação social era uma das suas bandeiras, e eu corroboro essa afirmação, e que estava por dentro de tudo, e que tinha informação de grande parte das situações, que estas estariam asseguradas com apoios, nomeadamente de RSI, que infelizmente, bem sabemos que muitos desses benefícios são de valor baixíssimo e não permitem assegurar uma sobrevivência condigna. Mas, se estava por dentro, como diz, e sei que esta é uma realidade que a preocupa, o que fez, então, até ao momento? Onde estão os tais resultados do estudo que prometeu fazer para evitar estas situações que, na sua opinião, seriam pouco rigorosas? Quais os critérios, Sra. Doutora, que irão nortear o acionamento do Fundo de Emergência Social, sendo esta uma solução de último rácio, bem sei, para o poder disponibilizar às famílias que se encontram em situação precária e que venham a ser merecedoras do acionamento do mesmo, com caráter pontual, sendo certo que me pareceu que mantém igual valor em tal rubrica ao já mantido pelo PSD. Apenas devo dizer que, e muito bem, dividiu em



duas vertentes para melhor conseguir ampliar as famílias e as situações que pudessem ser abrangidas pelas mesmas.

Em matéria de creches, como é do conhecimento de V. Exas. e de todo o nosso concelho, encontra-se numa situação muito deficitária. Gostaria que nos informasse se o Executivo tem já um plano em curso, e qual é. E já agora, estão incluídos nesse plano protocolos com as IPSS's para colmatar tal lacuna? Na verdade, se uma rede social for e estiver bem construída, organizada e a funcionar corretamente, pode desenvolver projetos construtivos e decisão precisa na área social, onde o município é um veículo chave para a correta articulação com a sociedade civil, sendo de lamentar que algumas IPSS's funcionem muito *per se* e sem grande interligação. Neste sentido, que parcerias é que tem vindo a desenvolver com as IPSS's, quais as medidas já desenvolvidas ou a desenvolver?

Recentemente, em entrevista ao jornal A Verdade, a Sra. Presidente afirmou que o Executivo estava a projetar um plano de saúde municipal, que passava não só por um conjunto de medidas a nível de alimentação, mas também pela prática de exercício físico. Neste sentido, Sra. Presidente, quais são as medidas que refere? Qual o real papel da Câmara Municipal neste plano? Pergunto isto porque apesar de os cuidados de saúde terem substancialmente melhorado nos últimos anos no nosso município, ainda existem algumas lacunas que carecem da nossa atenção, como a informação e a divulgação, a sensibilização da população sobre determinadas temáticas. Felizmente, o nosso concelho está provido de excelentes profissionais nas mais variadas áreas, temos a sorte de ter uma profissional de excelência na vereação, a Sra. Dra. Alexandra Rabaçal. Por que não criar uma mesa redonda ou uma comissão com profissionais da área para melhor compreender e discutir as necessidades da população, de como melhor intervir e chegar às pessoas?

E se me permite o atrevimento, Sra. Presidente, não mantenha a política de proximidade que tem apenas com os munícipes, uma medida salutar, porque a política é, ou pelo menos deveria servir para as pessoas, só com os munícipes. Faça-o com os Srs. Presidentes de Junta, nomeadamente com os que já aqui publicamente demonstraram que não são tidos nem achados em obras que são feitas nas suas freguesias, na tomada de decisões para as quais foram eleitos enquanto representantes dos seus fregueses, e faça-o também connosco, Grupos Municipais da Oposição. Não é uma questão de alimentar polémicas, é uma questão de tratar todos de igual forma, porque todos queremos o melhor para o Marco.

Srs. Deputados, como eleitos democraticamente pelo povo Marcoense, devemos ser a política visível do povo Marcoense, devemos ser um espelho fiel das suas necessidades e anseios, das suas dificuldades e esperanças, e ao mesmo tempo os rostos impulsionadores da ação coletiva, pelo que podíamos e devíamos unir e envidar esforços e estratégias para combater esta debilidade social, não só no natal, mas durante todo o ano. É um desafio que vos lanço, em colaboração com o Executivo, e caso este queira a nossa colaboração, trabalhemos, criemos juntos um projeto em comum, em nome do interesse público.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, prometo ser breve: dirijo-me a V. Exa. com profundo respeito, admiração pessoal, profissional e amizade que nutro para com o senhor, com enorme gratidão e honra por tê-lo tido como mestre, e espero continuar a tê-lo na minha vida pessoal, social e profissional como uma referência. Este nosso encontro aqui, nesta casa da democracia,



nada mais é que uma mera casualidade do destino, porque eu vejo-o a si como um dos homens bons da nossa terra. É público e notório o quanto de bem o senhor representa para mim, mas sinto o dever de lhe transmitir o que penso. Conjunto, fizemos um juramento em nome do superior interesse público, cuja defesa deverá nortear as nossas condutas e tomadas de posições, a qual terá de se sobrepor a qualquer tipo de jogada político-partidária. Refiro-me a alguns atropelos que a Mesa tem permitido, relativamente ao respeito por importantes normas regimentais, e algumas violações do dever de urbanidade que é exigido a todos e de todos. É do bem e para o bem que eu espero de si, Sr. Presidente da Assembleia, que é para mim uma das minhas grandes referências.

Assim, e para terminar, meus senhores – que já devem estar cansados de me ouvir, e com toda a legitimidade – enunciando a frase de um dos nossos maiores pensadores, o legado de um grande homem ou mulher apenas poderá ser recordado pelas suas atitudes, pelas suas ações em prol e para o bem de uma sociedade, para o bem-estar das pessoas, com civismo, com educação, com cultura e com desenvolvimento, e não com arrogância, com convívência, com dois pesos e uma medida.

Muito obrigada pela atenção, e peço desculpa por ter excedido o tempo.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Deputada. Dou a palavra ao Sr. Deputado Bruno Caetano.

--- Bruno Caetano (PS) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia e restante Mesa, Exma. Sra. Presidente da Câmara e restantes vereadores, Exmos. Membros desta Assembleia, estimado público, comunicação social, Marcoenses, boa noite a todos.

Aproximamo-nos de um período festivo como o natal e o ano novo, e reparamos que esta semana a nossa cidade começa a vestir-se a rigor para o efeito. Eu gostaria de saber junto do Executivo da Câmara Municipal se está preparado algum evento em especial para a promoção do nosso concelho e do nosso comércio.

Recentemente veio a público uma notícia dando conta que o Tribunal de Contas teria dado um parecer favorável à adenda dos contratos interadministrativos na área da educação e da ação social, que a Câmara Municipal do Marco de Canaveses introduziu para o seu mandato. Nessa mesma notícia, dizia que era algo que não teria sido feito até então. Enquanto Marcoense e membro desta Assembleia, congratulo-me pelo rigor, legalidade e transparência na condução deste processo. Mas, esta é alguma Lei nova, ou já existia anteriormente? Eia a minha dúvida.

De acordo com a Lei n.º 75/2013, uma das funções que me compete enquanto membro deste órgão é acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal. Como tal, na última reunião – e já algumas pessoas abordaram isso hoje aqui, afloraram a questão – na última reunião feita neste órgão, a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada proferiu as seguintes afirmações, que já foram aprovadas na ata que hoje aqui votámos, e passo a citar: “Como nota final, em relação às intervenções em vista no alargamento da rede de saneamento na sua freguesia, esclareceu que em momento algum foi a Rua da Cruz, em Gouveia – onde coincidentemente reside o candidato pelo Partido Socialista à Junta de Freguesia de Várzea,



Aliviada e Folhada derrotado nas últimas eleições autárquicas – elencada como prioridade de intervenção pela Junta de Freguesia.” Tais afirmações colocam esta Câmara Municipal numa posição de favorecimento de um munícipe que defendeu as suas cores políticas na última eleição. Gostaria de interpelar a Sra. Presidente da Câmara, ou então o vereador responsável pelo pelouro, sobre estas afirmações, se têm algum cabimento, pois se assim for, teremos de ficar todos muito preocupados.

Boa noite, e tenho dito.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Reparem, como Presidente, não tenho qualquer tipo de problema em dar a palavra ao Sr. Deputado, até teria prazer em ouvi-lo; o que eu não quero de forma nenhuma é que a seguir leve “canelada” pelo facto de estar a condescender. Estamos entendidos? Obrigado.

Sr. Deputado, faça favor.

--- Mário Luís Monteiro (CDS-PP) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sra. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, comunicação social, Exmo. Público:

Permita-me só um esclarecimento, porque estavam a fazer as inscrições quando eu cheguei. Foi má comunicação, eu pedi se me podiam incluir, porque ainda estavam aí a contabilizar. Eu considero que, de certa forma, estaria, mas agradeço a atenção.

Então, vou procurar ser o mais rápido possível, e queria só aqui dar algumas notas. Primeiro, para começar por referir que ontem se realizou um torneio patrocinado pela Câmara Municipal, das escolas do concelho, na Escola de Alpendorada, de ténis de mesa e *badminton*. Agradecer, naturalmente, essa colaboração, e nós também, em colaboração com a Câmara, o organizámos.

Também agradecer a colaboração prestada, a exemplo de outras escolas, organizou-se o Corta-Mato Escolar, este ano tivemos um *record* de cerca de oitocentos alunos, do quarto ao décimo segundo ano, e temos que agradecer, naturalmente, à Câmara Municipal, à Junta de Freguesia, à Cruz Vermelha Portuguesa, à GNR, pela colaboração que nos foi prestada.

Esta semana, perdi uns minutos na rotunda, conhecida pela rotunda do Memorial, em Alpendorada, onde está lá o S. João, porque um camião não conseguia contornar a rotunda. Ele vinha do lado da Escola Secundária em direção a Entre-os-Rios, e teve ali uns bons minutos para conseguir contornar a rotunda. Eu sugeria – é bonito aquele muro, protege o S. João, mas poderia estreitar-se esse muro, criando ali aquelas partes mais baixas, diferentes, que permitem que seja um pouco pisado.

Também esta semana caiu um poste no início daquela rua pedonal da Escola EB 2/3 de Alpendorada, há lá uns candeeiros que estão inutilizados, mais baixos, porque já estão substituídos por outros mais altos, há umas caixas desses candeeiros que supostamente não têm corrente elétrica, porque estão abertas. A minha sugestão é que, de facto, se pudessem também retirar, uma vez que existem lá os outros.



Na Ponte de Entre-os-Rios, na ponte de pedra, não sei se a responsabilidade aqui terá a ver alguma coisa com a Câmara Municipal, fez-se a iluminação, ou houve um acordo para a iluminação, e verifico que há ali um problema muito complicado com o escoamento das águas, nós passamos lá de carro e os peões trazem guarda-chuvas, estão com eles em baixo em vez de estarem com eles em cima. Acho assim estranho, porque, de facto, aquilo só precisa de uns buracos que deitem a água para o rio, nem é tubaria. Não sei se é possível, ou não, ponderar-se, pensar-se nisso, porque eu passo lá constantemente e vejo esse problema com os peões.

Só mais aqui uma situação: foi publicado recentemente um relatório sobre as mortes nas estradas, e os atropelamentos foram bastantes. Aproveitando para renovar o apelo que já fiz aqui aos peões para só se meterem nas passadeiras a atravessar quando os carros lhes derem a passagem, eu lançava aqui um desafio ao Executivo, para seguir os bons exemplos que devem ser seguidos e copiados, não há problema por isso, e eu vejo um bom exemplo, uma boa prática que está a ser seguida em Penafiel, que é uma iluminação forte das passadeiras. É um desafio que eu lanço aqui ao Executivo, é importante nós renovarmos os pisos, como tem acontecido, de algumas estradas, mas isto podia ser um projeto de proteção dos nossos peões, porque grande parte do problema está precisamente – e nesta altura de inverno – na visibilidade.

Por fim, se me permitem, só muito rapidamente, gostaria de apresentar aqui um voto de louvor a um ex-membro desta Assembleia e a um amigo também, que passo a ler:

“Luís Carlos de Sá Pereira Ramalho, ex-deputado desta Assembleia Municipal e ex-membro da Junta de Freguesia de Várzea do Douro, é um cidadão Marcoense que, exercendo a sua profissão na área da saúde, tem também um longo historial de dedicação aos desportos motorizados. Foi navegador de vários pilotos de rallies, nomeadamente Joaquim Alves, Vítor Pascoal e Carlos Vieira, com os quais percorreu uma carreira recheada de sucessos. Este ano, substituindo o seu irmão, Miguel Ramalho, iniciou uma parceria com o conhecido piloto Armindo Araújo. Esta ligação revelou-se tão profícua que, recentemente, a dupla Armindo Araújo / Luís Ramalho se sagrou campeã nacional de rallies.

Pelo longo e valoroso percurso desportivo que culminou na conquista do Campeonato Nacional de Rallies 2018, propõe-se a atribuição de um voto de louvor ao cidadão, campeão nacional, Luís Carlos de Sá Pereira Ramalho.

Marco de Canaveses, 23 de novembro de 2018”.

Mais uma vez, obrigado por me terem permitido a intervenção.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Presidente, tem a palavra, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Boa noite a todos. Srs. Vereadores, Sr. Presidente da Assembleia e Srs. Secretários da Mesa, Sra. e Sr. Secretário, Srs. Deputados, caros colegas Presidentes de Junta, e também público em geral e comunicação social:



Eu vou começar, então, pelo início das intervenções, neste caso ao Sr. Deputado Miguel Carneiro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo, que nos falou no Primeiro Direito à Habitação. Dar conta de que, de facto, a Câmara Municipal já fez a apresentação deste projeto aqui, uma medida que o Governo do Partido Socialista também apresentou e da qual nos orgulhamos, é um programa de apoio público à promoção de soluções habitacionais para as pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo de acesso a uma habitação adequada. O objetivo deste programa é garantir o acesso de todos a uma habitação adequada – o Sr. Presidente da Junta deu aqui exemplos de sobrelotação, inadequação, precariedade, insalubridade, insegurança e vulnerabilidade. Dar conta de que fizemos uma reunião de apresentação deste projeto, realizada no dia 4 de setembro, com todas as Juntas de Freguesia e IPSS's do concelho, onde foi dada a conhecer esta informação, tendo desde logo sido convidados a colaborar com esta Câmara Municipal na identificação de habitações e de agregados familiares que cumulativamente cumpram os requisitos identificados. Queria dar conta de que esta, de facto, é uma medida do Governo com que a Câmara Municipal está a colaborar, informando e potenciando também estas candidaturas, e ajudando a realizar as candidaturas a quem nos procura – neste caso, através das IPSS's e das Juntas de Freguesia do concelho. E por isso, esperemos que os pedidos cheguem e que sejam devidamente fundamentados. E queria dar conta também que nesta matéria, o parecer da Câmara Municipal para este projeto é vinculativo, e por isso, era bom que fosse a Câmara Municipal também a conseguir realizar todas as candidaturas, e que fossem concertadas com a Câmara Municipal para que, de facto, todos aqueles Marcoenses que não têm hoje condições habitacionais dignas, que possam recorrer a este programa, que só para terem noção, tem como limite do rendimento mínimo mensal mil, setecentos e quinze euros (1.715€) por agregado familiar. Diria eu que este é um dos critérios, e que é um critério bastante folgado, e por isso, eu tenho quase a certeza que aqueles que corresponderem aos critérios que são apresentados no programa vão ter certamente apoio para esta situação. Por isso, fica aqui esta nota. Muito obrigada, Sr. Presidente de Junta.

Sr. Presidente de Junta José Couto, Espaço de Cidadão: de facto, o anterior Executivo apostou em cinco Espaços do Cidadão – um aqui nos Paços do Concelho, um na Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, um em Soalhães, um em Bem Viver, e outro em Alpendorada. Foi o entendimento deste Executivo de que, de facto, poderiam existir ainda mais alguns Espaços do Cidadão – que, como sabem, são também um protocolo entre a Câmara Municipal e a Agência para a Modernização Administrativa – e decidimos, vendo também alguns critérios, nomeadamente o número de habitantes das freguesias e o tipo de serviços que estes Espaços do Cidadão vão dar, e também as freguesias limítrofes à sua volta, entendeu este Executivo que poderíamos apostar em pelo menos mais três Juntas de Freguesia – a Junta de Freguesia de Constance, a Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo, e a Junta de Freguesia de Penha Longa e Paços de Gaiolo. Dar conta que os mediadores deste Espaço do Cidadão já tiveram formação, na semana passada ocorreu a formação para os mediadores, e entre muitos daqueles que são os serviços que o Sr. Couto aqui fez questão já de enumerar, existem outros que para nós também são muito importantes, e que são serviços em que os próprios Espaços do Cidadão podem, de facto, servir os munícipes das freguesias. São serviços municipais, como por exemplo, taxas e licenças, o pagamento de transportes escolares, a utilização de viaturas municipais, pedidos de licença especial de ruído, pedidos ou inscrições para férias desportivas, todos os requerimentos genéricos que existem na Câmara Municipal, o pedido de resíduos sólidos urbanos, pedidos de número de polícia, entre muitos outros serviços que, de facto, a



AMA – Agência para a Modernização Administrativa já permite fazer através destes Balcões do Cidadão, que como sabem, já existem em cinco freguesias, e que muitos dos nossos Marcoenses recorrem a estes Espaços do Cidadão para tratar dos seus assuntos.

Queria dar conta do seguinte: são mais três Espaços do Cidadão, mas a Câmara Municipal encontra-se neste momento também a estabelecer um conjunto de serviços que vai querer alargar às outras Juntas de Freguesia e a estas, nomeadamente com estes novos Espaços do Cidadão. Entendemos nós que a Câmara Municipal pode, efetivamente, delegar algumas competências, até a reboque daquilo que vai ser a delegação de competências, agora com a descentralização que dentro em breve cá chegará, e por isso, achamos que este será também o percurso que as Juntas de Freguesia terão que fazer. Estamos a estudar algumas das condições que as Juntas de Freguesia podem ter para, efetivamente, nós podermos delegar em si alguns dos serviços. Achamos que não faz sentido, por exemplo, um munícipe ter que vir à Câmara Municipal pagar o passe, ou não faz sentido um munícipe ter que vir à Câmara Municipal pagar as refeições, e outros serviços que as Juntas de Freguesia podem, mesmo não tendo Balcões do Cidadão, podem e devem já colaborar com a Câmara Municipal e prestar esses serviços. Estamos a estudar essa matéria, e em princípio, no início de janeiro, teremos esse estudo concluído, e todas essas componentes estudadas para serem implementadas nas Juntas de Freguesia, porque, efetivamente, este Executivo entende que os Srs. Presidentes de Junta e as Juntas de Freguesia, as sedes, são um parceiro, as Juntas de Freguesia são um parceiro primordial naquilo que é a política de proximidade que este Executivo quer levar a cabo junto dos Marcoenses. Queremos que os Srs. Múncipes tenham nas suas freguesias uma grande parte dos serviços, sem terem que recorrer ao centro da cidade, e é para isso que estamos a trabalhar.

Queria também dar conta agora das respostas ao Sr. Deputado Gil Mendes. Em relação à questão da limpeza dos edifícios públicos, chamou-nos à atenção da Junta de Freguesia de S. Nicolau, teremos isso em atenção, e faremos chegar essa nota aos nossos serviços de Proteção Civil, nomeadamente a nossa Brigada da AFDET, para que possa efetivamente realizar essa limpeza, se assim se entender que é necessária e imprescindível, tendo em conta outras necessidades no concelho, que como sabem existem e persistem ao longo do concelho muitos terrenos e muitos espaços públicos a necessitar de limpeza.

Em relação às obras de proximidade, até porque eu acho que este assunto foi colocado também por mais do que uma pessoa, queria dar nota do seguinte – e creio que o Sr. Deputado Gil terá dito uma coisa do tipo, que as obras de proximidade são realizadas – diz o Executivo – para dar resposta aos munícipes, e que nós não temos articulado, ou não chamamos os Srs. Presidentes de Junta para colaborar nestas obras de proximidade com a Câmara Municipal, uma expressão utilizada aqui, que foi utilizada, creio, pela Sra. Deputada Susana Loureiro, que diz certamente o mesmo que o senhor quer dizer, que os Srs. Presidentes de Junta não são tidos nem achados – exatamente, foi essa a expressão que a Sra. Deputada utilizou, que os Srs. Presidentes de Junta não são tidos nem achados. E aproveito e respondo já aos dois: eu queria dizer ao Sr. Deputado Gil Rodrigues que em relação a esta matéria, é no mínimo estranho que na Bancada do PSD estejam seis Presidentes de Junta eleitos democraticamente para representar os seus munícipes e as suas freguesias, e este recado, que assim o entendo, que aqui veio dar ao Executivo tenha sido dado pelos dois deputados, e nenhum dos Srs. Presidentes de Junta sentados na Bancada do PSD veio aqui para, de facto, dar conta daquilo que sentiam em relação ao Executivo. Para



mim, é no mínimo estranha essa sua vontade de vir cá dar conta de uma missiva ao Executivo, que no mínimo, teria que ser dada pelos Srs. Presidentes de Junta, porque eles estão aqui sentados. E por isso, eu estranho que eles fiquem todos calados, que nenhum deles interveio para dizer aquilo que o Sr. e a Sra. Deputada vieram aqui dar conta.

E em relação a isto, eu queria dizer apenas duas coisas. Este Executivo Municipal, de facto, este ano, como sabem, ou neste Orçamento para 2018 (o ano que está a terminar), decidi incluir aquilo que nós designamos de obras de proximidade. Dentro dessas obras de proximidade, decidimos dar resposta primeiro àquelas que são as pretensões das Juntas de Freguesia – e todas elas foram ouvidas, todas as Juntas de Freguesia foram ouvidas, houve reuniões com os Srs. Presidentes de Junta, com todos os Srs. Presidentes de Junta, todos foram ouvidos. Uma coisa são as obras que os Srs. Presidentes de Junta indicaram, e outra coisa são as obras que o Executivo decidiu fazer, porque o Executivo Municipal também anda na rua, o Executivo Municipal vai todas as terças-feiras ouvir os munícipes às Juntas de Freguesia, todas as terças-feiras. Em cada terça-feira, ouvimos os munícipes de quatro freguesias. São dezasseis, quatro por semana dá dezasseis freguesias por mês. E de facto, há outra coisa que eu também queria dizer: além de nós termos ouvido os Srs. Presidentes de Junta para as obras de proximidade, também os Srs. Munícipes que nos fazem chegar as suas pretensões, na maior parte das situações estão com os Srs. Presidentes de Junta ao lado, porque raras são as vezes em que os Srs. Presidentes de Junta não participam nos atendimentos. Queria aqui dizer, que também é verdade, que há alguns munícipes que dizem que vêm tratar com a Sra. Presidente de Câmara de assuntos que não dizem respeito à Junta de Freguesia, e em muitas das vezes, querem falar até com a Sra. Presidente da Câmara em particular, e eu peço ao meu Executivo para abandonar a sala, e ao meu adjunto que me acompanha, porque respeito aquilo que são as intenções e pretensões dos munícipes. Eu, quando decidi sair portas fora para ir ao encontro das pessoas, é para as ouvir com o máximo respeito que tenho por elas, por todos. E por isso, se dizem que querem falar com a Sra. Presidente da Câmara em particular, fazem-no. E nessa altura, já aconteceu, já dissemos aos Srs. Presidentes de Junta para se ausentarem da sala, e muitas das vezes até o Executivo, os Srs. Vereadores e o meu adjunto abandonam a sala para que eu possa ficar à vontade com essas pessoas. E por isso, eu não compreendo este *fait diver* de dizer que o Executivo não ouve e nem sequer respeita a opinião ou as pretensões dos Srs. Presidentes de Junta. Não é verdade, e os Srs. Presidentes de Junta sabem-no muito bem, e por se calhar saberem-no muito bem é que não se atreveram a vir aqui dizer ao púlpito aquilo que os senhores vieram cá dizer. Os Srs. Presidentes de Junta sabem muito bem que este Executivo tem estado a ouvi-los e a debater com eles as obras, e mais, eles têm estado connosco nos atendimentos aos munícipes, na sua grande parte. Muito raras são as vezes em que os Srs. Presidentes de Junta – mesmo tendo a sua atividade profissional, conseguem às terças-feiras, quando nos deslocamos às Juntas de Freguesia, estar connosco, e queria aqui também dar conta disso, e ainda bem que o fazem, porque há assuntos em que somos nós que chamamos os Srs. Presidentes de Junta para os ouvirem e para nos ajudarem a resolver esses problemas. Eu estou aqui a olhar para o Sr. Presidente de Junta Costa Pinto, que é um dos Srs. Presidentes de Junta que está sempre no atendimento connosco, e raras são as vezes em que nós não pedimos a colaboração deles – situações de caminhos, situações que vêm do passado, e que muitas das vezes, o Executivo, por ser novo, não tem condições para aferir todas as situações, e pedimos a colaboração dos Srs. Presidentes de Junta para nos ajudarem a identificar esses problemas.



Por isso, em relação a este assunto, este Executivo está consciente e tranquilo. Fazemos tudo o que está ao nosso alcance para dar resposta aos Marcoenses, sendo que os Srs. Presidentes de Junta são um parceiro imprescindível nesta política que este Executivo quer levar a cabo.

Em relação à questão das Águas do Marco, e daquilo que o senhor entende dizer sobre o assunto, que também aproveito já para responder à Sra. Deputada Susana Loureiro e ao Sr. Deputado Américo, que, creio eu, também falou nesta situação, espero que consiga responder aos três de uma só vez. Srs. Deputados, os senhores vieram cá fazer questões nas últimas reuniões, a Sra. Presidente de Câmara respondeu, entenderam fazê-lo por escrito, a Sra. Presidente de Câmara respondeu, e parece que os senhores subsistem com dúvidas, e parece que por mais respostas que este Executivo irá dar, provavelmente no futuro próximo, os senhores vão ter sempre dúvidas. E de facto, vão ter dúvidas porque querem-nas ter, e querem alimentar esta polémica em prol da questão das águas. Mas, eu queria dar nota do seguinte: aquilo que os senhores chamam de pré-acordo – acho que isto é uma questão de linguagem – a Câmara Municipal chama de acordo de vontades, e existe, um acordo de vontades que foi firmado durante o período de campanha eleitoral, um acordo de vontades que foi firmado principalmente numa vontade, que acho que é uma vontade comum a todos os que se sentam hoje nesta Assembleia Municipal, e os Srs. Deputados aí sentados, que é a vontade que este Executivo tem – que creio que é a mesma que a vossa – em de uma vez por todas terminar com este litígio com as Águas do Marco, que se arrasta há dez anos, e que os senhores não foram capazes de resolver. Aliás, o litígio que se arrasta há dez anos só existe hoje porque o PSD fez uma modificação unilateral ao contrato que levou a que a empresa Águas do Marco metesse a Câmara Municipal em tribunal. Este é o primeiro ponto que vou dizer mais uma vez.

E dizer-lhes o seguinte: um acordo de vontades que, de facto, não tem que ser reduzido a escrito. Vai ser muito brevemente. E sabem o que é que eu espero? Eu espero que no dia em que esse acordo de vontades seja redigido a escrito, que os senhores sejam os primeiros a acordar e a afirmar esse acordo com o Executivo, para que de uma vez por todas possamos acabar com este problema. É isso que eu espero. E dizer-lhes o seguinte: o que nós queremos – o Executivo Municipal – de facto, é terminar com este processo que se arrasta há muitos anos o mais rapidamente possível, que se resolva esta situação, que, de facto, foi o PSD que criou – é verdade, embora este assunto também já venha do passado, que não foram vocês que assinaram o contrato, é verdade. Mas, aquilo que está hoje em cima da mesa é uma modificação do dito contrato que não foi o PSD que assinou, mas que, efetivamente, protelou durante dez anos em tribunais. Queremos que, de facto, este assunto se resolva, e os Marcoenses efetivamente já poderiam estar a beneficiar daquelas isenções que os senhores tanto apregoam e aqui falam, mas que, efetivamente...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Se começarmos a entrar em diálogo, não vai correr bem. Por isso, não me respeitem a mim, mas respeitem a instituição. Muito obrigado. Pode continuar.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Se calhar, vou aproveitar para ler, para não me perder muito naquilo que vou dizer, porque tenho algum receio de estar a ultrapassar o tempo, que ainda tenho aqui muitas respostas para dar.



No ano de 2008, a concessionária Águas do Marco, S.A. intentou uma ação arbitral contra o Município de Marco de Canaveses, através da qual, entre outros pedidos, veio requerer a reposição do reequilíbrio financeiro do contrato. Por acórdão do Tribunal Arbitral, datado de 20 de julho de 2010, foi o Município do Marco de Canaveses condenado a pagar à empresa Águas do Marco, do grupo internacional AGS – Somague, uma compensação de dezasseis milhões de euros (16.000.000€), além de outras quantias, por uma alegada reposição do equilíbrio financeiro do contrato de concessão dos serviços municipais de águas e saneamento. Note-se que com o arrastar do processo judicial, o município ficou impedido de aceder a vários fundos comunitários que lhe permitiriam fazer um investimento nas redes e outras infraestruturas, de forma a satisfazer as necessidades mais básicas dos Marcoenses, como sejam, por exemplo, aceder a água potável e a saneamento básico, uma vez que em face da modificação unilateral do contrato, levada a cabo pelo anterior Executivo, a responsabilidade pela execução de tais investimentos ficou a cargo do município.

O atual Executivo, desde que tomou posse e entrou em efetividade de funções, tem vindo a reunir com a empresa Águas do Marco, de forma a encontrar soluções que sejam alternativas ao cumprimento do referido acórdão, e que melhor satisfaçam o interesse público e garantam a sustentabilidade do fornecimento de água e o escoamento dos seus efluentes. Em paralelo, tem mantido igualmente negociações com a empresa Águas do Norte, S.A., no sentido de avaliar os vários cenários possíveis e tendentes a encontrar uma solução que melhor defenda os interesses da população Marcoense. Eis que quando decidimos contratar um grupo de advogados com experiência vasta, o PSD mete uma ação, depois de o Sr. Vereador António Dias ter votado na Câmara Municipal, mete uma ação em tribunal para impugnar essa contratação. Queria dar nota de que, de facto, esta contratação permitia intensificar as negociações, neste caso em consonância com a ação judicial que estávamos a tentar resolver com as Águas do Marco. Tais negociações sofreram um revés, e por isso, se não fosse a ação movida pelo Sr. Vereador, provavelmente já o município teria progredido mais nas negociações e alcançado um acordo preliminar com aquela empresa. Mas, infelizmente, o PSD prefere atropelar os verdadeiros interesses dos Marcoenses com esta impugnação, sobre a qual ainda não há resposta ou decisão do tribunal, e por isso, numa atitude de total irresponsabilidade, não nos permitiram avançar nas negociações, como gostaríamos, e não nos permitiram contratar um advogado, ou um grupo de advogados, como gostaríamos.

Caros amigos, aquilo que vocês entendem como sendo um pré-acordo, é, na sua essência, um acordo de vontades de cariz particular, que não integra o acervo documental constante dos arquivos municipais, como queriam fazer crer, nem tem tal pedido qualquer enquadramento legal, enfermado o mesmo de incompetência e obscuridade. Reafirmamos que este Executivo pretende tornar a solução das Águas do Marco num processo transparente, e assume como prioridade resolver no mais curto espaço de tempo o tal litígio, devolvendo aos munícipes a possibilidade de aceder ao mais elementar bem essencial para a vida, que é neste caso a água potável, sem restrições como seja a cobrança de taxas de ligação. Tal vontade essencialmente assentará nos princípios aceites por ambas as partes, que estamos a envidar esforços na resolução do processo judicial que pende em tribunal, cientes de que será essa a melhor forma de servir o público. Acresce que conforme anunciado, a primazia será dada para isentar os munícipes de taxas de ligação às redes de água e saneamento, desde que verificadas as necessárias condições para o efeito.



Em suma, dizer o seguinte: já os Marcoenses podiam estar a beneficiar das isenções, não fosse o PSD ter interposto ação em agosto, que ainda se encontra a correr em tribunal, o que nos impossibilita de estarmos devidamente assessorados para uma rápida resolução deste assunto. O Sr. Deputado provavelmente não sabe, mas aquilo que nos propuseram, que é fazer um ajuste direto, é considerado uma ilegalidade, que se chama fracionamento de despesa (art.º 22.º do CCP). O objetivo é, o mais breve possível, criar as condições necessárias para isentar os Marcoenses das taxas de ligação de água e saneamento. Palavra dada é palavra honrada. E lá em casa não há ninguém que não acredite que não há mais ninguém a bater-se tanto por isto como esta Câmara Municipal, ou como este Executivo, porque nós queremos, de facto, cumprir com a nossa palavra. Sr. Deputado, o Executivo do Partido Socialista assumiu um compromisso com os Marcoenses, um compromisso que vai cumprir com toda a responsabilidade, com toda a transparência, muito dentro em breve. E não é tão breve como gostaríamos porque os senhores é que interpuseram uma ação em tribunal para nos impedir de contratar uma sociedade de advogados para ajudar a resolver este assunto. Os senhores é que não nos deixam trabalhar conforme nos comprometemos com os Marcoenses. O Sr. Vereador António Dias é que decidiu, logo nesta fase inicial, trazer para este processo dificuldades ao Executivo. Por isso, não nos perguntem por que é que não temos respostas, porque a resposta a essa não resposta é, efetivamente, a atitude do PSD, do seu vereador, que teve total solidariedade da Bancada do PSD, e que foi afirmada publicamente.

Mas, caros amigos e caros Marcoenses, nada nos demoverá para alcançar a solução, nem as vossas ações em tribunal contra a Câmara, nem nada nos demoverá para ainda nos motivar mais para conseguirmos alcançar mais rapidamente este objetivo, resolver este litígio com a empresa e muito brevemente os Marcoenses poderem estar isentos das taxas de ligação e ramal. Faremos muito dentro em breve, quando contratarmos os Srs. Advogados e esta ação estiver resolvida, faremos chegar a esta Assembleia Municipal o dito acordo, ou a dita solução para que os Marcoenses possam estar isentos das taxas de ligação e ramal.

Ainda em relação à situação que o Sr. Deputado Gil Rodrigues nos fez chegar, a resposta por escrito já foi dada, não tenho mais nada a acrescentar sobre a situação das águas, deve tê-la lido, e por isso, vamos manter esta nossa posição.

À Sra. Deputada Isabel Madureira, sobre o quadragésimo terceiro aniversário do 25 de novembro, agradecer a sua intervenção. E creio que fez proposta, vamos acolhê-la, certamente.

Sr. Deputado Monteiro da Rocha, também nos associamos ao voto de pesar do cidadão Marcoense Joaquim Magalhães, que como sabemos, era pai do Sr. Vereador aqui em funções nesta casa num passado recente, Bruno Magalhães.

Em relação às pedreiras, sugere que tenhamos alguma ação pedagógica com as pedreiras em questões de segurança, fica essa nota. É uma situação que, de facto, nos deixa a todos muito preocupados e consternados, aquilo que aconteceu há muito pouco tempo, a tragédia que efetivamente aconteceu. E por isso, estaremos também sensíveis nesta matéria – aliás, eu já tinha realizado uma reunião no Ministério da Economia e outra com a DGEG, mas esta é uma matéria que agora se coloca em cima da mesa com mais premência e mais urgência.



Ao Sr. Deputado Américo Moreira, diz que agora já se percebe para onde corre a maré. Felizmente já, Sr. Deputado, felizmente já. A maré, para este Executivo, é uma maré que corre em prol das empresas, da criação de emprego. Não temos os mil lugares da Louis Vuitton, não temos, mas temos, efetivamente, trabalhado neste último ano para conseguir ter no Marco de Canaveses as condições que no passado recente não tínhamos em matéria de empregabilidade, ou em matéria de condições para as nossas empresas se fixarem.

Deixe-me dar-lhe nota do seguinte: Rua Maria Gil – o Sr. Deputado provavelmente não sabe onde fica, mas eu vou dar-lhe nota de que a Rua Maria Gil é uma via estruturante para a expansão da zona industrial de Tuías. Vai iniciar a sua pavimentação na próxima quarta-feira, são cerca de cento e vinte e cinco mil euros (125.000€) que a Câmara Municipal vai investir nessa via para potenciar, através desse arruamento, a expansão da dita zona industrial de Tuías. Optou-se por esta intervenção, que, no fundo, é um projeto que tem como objetivo uma movimentação de terras, drenagem de águas pluviais, pavimentação – de forma sucinta, esta obra consiste na execução de uma pavimentação a cubos, com perfil de sete metros de largura, ladeada por duas valetas de betão para drenagem das águas pluviais que ligam à rede existente ao longo do arruamento. É uma via que entendemos que vai criar aqui as condições para que aquelas empresas que se queiram fixar hoje na zona empresarial de Tuías – porque esta é considerada a zona de expansão – o possam fazer, porque vamos levar a cabo esta obra ainda durante o ano que está a decorrer. A requalificação da zona industrial de Tuías é outro dos projetos, que já agendámos reunião com a empresa que fez o projeto de requalificação com o anterior Executivo para a estudarmos e perceber se temos condições para avançar com ela. Por isso, no próximo ano, vamos também levar a cabo a requalificação da zona industrial de Tuías, que muito necessita disso também.

Dar-lhe conta de que, de facto, também temos avançado com algumas diligências para a nova área empresarial de Constance, o Sr. Deputado deve ter ouvido na comunicação social que a Câmara Municipal conseguiu um acordo com a Infraestruturas de Portugal, fizemos há muito pouco tempo o levantamento topográfico, quer, no fundo, da Avenida dos Bombeiros, quer também na variante junto à nova área empresarial de Constance, estamos a projetar para aí uma saída, na variante para a nova área empresarial de Constance, estamos agora a levar a cabo o estudo das infraestruturas necessárias – água, saneamento, e todas as redes necessárias para a implementação das empresas – aliás, ainda esta semana se consegue constatar a implementação de uma das grandes empresas do Marco de Canaveses que aí já está a construir o seu pavilhão, já é visível, efetivamente já estão aí alguns empresários a levar a cabo os seus investimentos. E por isso, esta Câmara Municipal está a trabalhar nesse sentido. E por isso, nós sabemos bem para onde corre a maré; a maré corre em prol dos empresários, para ajudar a criação de empresas, e no fundo, também a permitir que aquelas que cá estão não saiam do Marco de Canaveses, porque para elas não saírem de cá, é preciso criar condições. Estamos neste momento, Sr. Deputado, a contrariar aquilo que aconteceu num passado recente, que foram muitas das empresas Marcoenses – e quando eu lhe digo que foram muitas, foram muitas mesmo – que tiveram que sair do Marco de Canaveses porque não tinham uma área empresarial onde se fixarem, com as devidas condições, e tiveram que procurar uns espaços para implementarem as suas empresas nos concelhos aqui ao lado, nomeadamente em Penafiel, onde hoje algumas das empresas do Marco de Canaveses, num passado bem recente, saíram do Marco de Canaveses porque não tinham aqui condições. E aquilo que este Executivo



está a fazer é a criar essas condições para que as empresas do Marco se fixem, e aquelas que queiram expandir o seu ramo de negócio o possam fazer.

Em relação à questão que colocou sobre as forças policiais na EB1 de Fornos e na EB 2/3, esse reforço policial já aconteceu, este Executivo já deu essas orientações, por imperativo também de uma das reuniões que tivemos com a Associação de Pais, logo no início do ano letivo, que nos fez chegar essa pretensão de mais rigor e segurança nestas duas áreas, quer junto à EB1 de Fornos, quer junto à EB 2/3, onde, de facto, a nossa Polícia Municipal tem estado, creio eu, todos os dias a apoiar no trânsito. Por isso, esse reforço já está a ser feito.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Presidente, seja breve, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Balcões do Cidadão, creio que já dei a explicação, foram três freguesias, já disse quais foram os argumentos, já disse quais são os serviços que vão ter, por isso também acho que está esclarecido em relação a esta matéria.

À Sra. Deputada Susana Loureiro, eu não sei o que é que a Sra. Deputada quis dizer na sua intervenção, porque permita-me que lhe diga, fez, de facto, uma introdução que foi maior do que as perguntas que me fez, a senhora fez uma introdução e fez muitos considerandos, usando muitos adjetivos. Mas, há uma coisa que eu não percebi: a senhora diz, a dada altura, que está mal com a falta de carácter e verticalidade dos responsáveis do Governo. Eu não sei o que é que quis dizer com isso, porque eu assisti à apresentação do Orçamento de Estado para 2019 no Marco de Canaveses, e creio que os nossos Marcoenses também têm acompanhado pela televisão a discussão na Assembleia da República, e, de facto, o Orçamento de Estado para 2019 é um Orçamento que nos orgulha a todos, é um Orçamento com contas certas, que aposta na continuidade e no aprofundamento das políticas que melhoram a vida das pessoas, que conclui a reposição dos direitos, Sra. Deputada, aqueles direitos que o PSD há muito pouco tempo retirou – retirou salários, retirou pensões, até aumentaram as taxas moderadoras, a Sra. Deputada se calhar está esquecida disso. Mas, de facto, o Orçamento de Estado para 2019 é uma política de continuidade de que o PS se orgulha, porque, de facto, está a repor os direitos que o PSD, num passado muito recente, retirou. É um Orçamento que continua a recuperação dos rendimentos das famílias, que apoia o investimento das empresas – só para lhe dar um exemplo, Sra. Deputada, dizer-lhe que, por exemplo, voltámos a reforçar o investimento público, com um crescimento de dezassete vírgula um por cento (17,1%) em 2018, vamos permitir que a dívida pública baixe na barreira dos cento e vinte por cento (120%) sobre o PIB, vamos melhorar as contas do Estado com uma redução do défice de zero por cento (0%) em 2018 para zero ponto dois (0,2%) em 2019 – eu podia ler-lhe aqui várias coisas que, de facto, este Orçamento de Estado que o Partido Socialista e que o Governo de Portugal apresentaram, e que, de facto, nos honra e nos orgulha porque é visível a melhoria da qualidade de vida dos portugueses e dos Marcoenses. Mas, só não entendi, de facto, essa sua expressão de falta de carácter e de verticalidade dos responsáveis do Governo, porque acho que, de facto, não é isso que os Marcoenses e os portugueses acham, e não fosse o barómetro, dar hoje essa nota de que o Partido Socialista, de facto, está a recuperar em relação àquilo que é a pretensão de voto dos portugueses.



Sra. Deputada, dizer-lhe também – que não queria escamotear os argumentos que aqui utilizou, os adjetivos que aqui utilizou, mas queria dizer-lhe o seguinte: acho que ninguém nunca colocou aqui em causa a bondade e a seriedade dos que estiveram no Executivo no passado recente. E nunca o fizeram, e certamente não o vão fazer, desde que não tenham factos para o fazer. E por isso, a bondade dos políticos, sejam eles quem forem, deste Executivo, dos que estão desse lado, dos que estão deste lado, acho que todos os políticos querem fazer o melhor pela sua terra. E por isso, a bondade dos políticos nunca estará em causa. E por isso, vir aqui dizer que a bondade e seriedade dos que estiveram no Executivo pode estar em causa, parece-me no mínimo estranho.

Dizer que, de facto, o Executivo anterior cá deixou dez milhões (10.000.000€) para pagar compromissos, ou para fazermos obra e para podermos assumir outros compromissos, este argumento já foi utilizado aqui no passado, e eu queria dizer isto, espero bem que pela última vez: dez milhões de euros (10.000.000€), de facto, é aquilo que nós também temos hoje no saldo de gerência, ou que vamos ter também, em princípio, para passar para o ano seguinte. E são dez milhões (10.000.000€) para pagar muitos dos compromissos assumidos, são dez milhões (10.000.000€) para pagar salários aos colaboradores, para manter esta casa.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Vereador, eu pedia-lhe, se tiver alguma reclamação a fazer, que a faça através da Mesa. Muito obrigado. Eu pedi para não conversarem, porque isso dificulta os trabalhos da Mesa.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente da Mesa. Acho no mínimo estranho como é que o Sr. Vereador quer interpelar a Sra. Presidente, quando ela ainda não terminou a sua resposta aos munícipes e a sua resposta aos Srs. Deputados. Acho no mínimo estranho, para não dizer uma falta de respeito.

Os dez milhões de euros (10.000.000€), já respondi.

Cabazes de natal: não vou comentar a sua narrativa, sobre um pouco mais de fartura que os cabazes de natal trariam aos Marcoenses. Queria apenas dizer-lhe que, de facto, existem, pelo menos até agora, cerca de quinze pedidos de cabazes de natal, que os nossos serviços estão a avaliar, com a lisura de que é, de facto, necessário avaliar, e com os critérios que entendemos que são critérios objetivos e que nos podem dar uma resposta mais séria e mais concreta sobre a real necessidade de quem solicita à Câmara Municipal estes cabazes.

E queria dizer-lhe outra coisa: se há elementos, ou se há órgãos e entidades que estão a trabalhar na área social no concelho, a Câmara Municipal tem estado a trabalhar com todos eles. Digo-lhe desde já, com a rede social, onde estão todas as instituições particulares de solidariedade social, onde estão os Srs. Presidentes de Junta, estão todos representados. E por isso, a Câmara Municipal preside ao CLAS na rede social. Tenho estado em todas as reuniões, e aí os assuntos sobre a área social também são trabalhados. A Câmara Municipal também tem assento no Núcleo Local de Inserção, onde são trabalhados todos os processos de rendimento social de inserção. E por isso, são todos acompanhados pela Câmara Municipal. A Câmara Municipal está neste momento a trabalhar no diagnóstico social que é de 2015, entendemos que não está atualizado, estamos a trabalhar nele. A Câmara Municipal – e como disse, e muito bem



– tem uma proposta para, no fundo, dividir o Fundo de Emergência Social em duas áreas, em valor pecuniário e em habitação social, e estamos a fazê-lo, temos neste momento os valores do Fundo de Emergência Social em pagamento, e temos também os da habitação, que terão que passar para o ano, porque tínhamos que ter esta alteração no Orçamento, que não estava previsto – também é bom dizer-lhe que foi criado o regulamento para o Fundo de Emergência Social pelo anterior Executivo que não previa o pagamento de obras em casa das pessoas, fossem feitas pela Câmara Municipal, por administração direta, ou com recurso a empreitada.

Em relação às creches, Sra. Deputada, dizer-lhe que também estamos agora a reunir essa informação junto do grupo de trabalho que criámos dentro do CLAS para a área da infância e juventude, e existem já duas IPSS's que nos fizeram chegar a sua pretensão de criação de duas creches, uma em Vila Boa do Bispo, e outra no Marco, mais concretamente em Rio de Galinhas. E por isso, dar conta, Sra. Deputada, que o problema das creches, se depender de nós e dessas instituições, ficará muito brevemente resolvido. Dar-lhe conta que, além das creches, na área da infância e juventude, por exemplo, na área da terceira idade, este ano já estamos a concretizar dois projetos, ou a apoiar dois projetos, um deles no Centro Social de S. Martinho de Soalhões e outro no Centro Social de Favões, também dar-lhe nota disso.

Plano de Saúde Municipal, falou na alimentação e exercício físico, quer que lhe responda como é que vamos levar isto a cabo. Na alimentação, Sra. Deputada, estamos a trabalhar com a área da saúde, com a equipa de saúde pública, temos feito algumas reuniões, temos trabalhado com os Agrupamentos de Escolas, a Câmara Municipal está representada com os Srs. Presidentes de Junta em todos os Conselhos Gerais, existe uma equipa que está a trabalhar com os Agrupamentos sobre a alimentação, existe uma equipa que tem trabalho feito, e a Câmara Municipal neste momento tem, além de uma nutricionista, uma equipa técnica de sete técnicos superiores que foram contratados e que começaram a exercer funções este mês para trabalhar o insucesso escolar e também a área que nós entendemos que pode ser facilitadora de um melhor sucesso educativo, que passa também por uma melhor alimentação. Essa nutricionista tem um plano para criarmos a ementa municipal, vai dar formação a todas as colaboradoras e a todas as cozinheiras dos refeitórios, em colaboração com as Juntas de Freguesia, vamos oferecer um projeto piloto, que é a lancheira saudável, a quatro escolas, uma em cada Agrupamento, para que as crianças tenham esse objetivo em mente, serem elas próprias a monitorizarem-se umas às outras em relação àquilo que é o lanche saudável, que vai ser monitorizado, se der resultado, para o ano faremos esse projeto em todas as escolas. E por isso, estamos a trabalhar com todos os parceiros formais, área da saúde, Agrupamentos de Escolas, que são imprescindíveis, porque a Câmara Municipal, mesmo levando a cabo o Plano de Saúde Municipal, só vai conseguir fazê-lo se todos estivermos a trabalhar com os mesmos objetivos. E é isso que pretendemos.

Em relação à questão que colocou dos Srs. Presidentes de Junta, eu já respondi, nada mais tenho a acrescentar. Se depois for dada a possibilidade ao Sr. Vice-presidente de responder, porque também aqui foi dada uma nota sobre isso, sobre a ata, eu dar-lhe-ei a palavra, se lhe for dada essa possibilidade.

Ao Sr. Deputado Bruno Gaetano, adendas dos contratos que foram aprovados pelo Tribunal de Contas: é verdade, é uma situação que nunca tinha sido solicitada pelo anterior Executivo, mas, efetivamente, este Executivo levou as adendas dos contratos a Tribunal de Contas, conforme é exigível, e, efetivamente, elas receberam uma resposta positiva.



Em relação ainda à questão do Sr. Deputado Bruno Caetano, acho que interessa a questão da iluminação de natal, ou daquilo que são as nossas apostas para o natal. Dar conta de que a Câmara Municipal, de facto, vai ter agora no dia 1 de dezembro a inauguração da tradicional iluminação de natal, que será inaugurada pelas dezoito e trinta (18h30). Durante o dia, vamos fazer uma visita aos lojistas. Depois, no dia 3 de dezembro, vamos inaugurar a Aldeia de Natal, no espaço do Mercado Municipal, que estará aberta ao público gratuitamente até 23 de dezembro. Neste espaço teremos, entre outros focos de atração, a Casa do Pai Natal, uma pista de gelo, os duendes, insufláveis, uma cama elástica, *karts* a pedais, *ateliers*, pinturas faciais e também aquela que já é a tradicional distribuição de pipocas. A antecipar a inauguração da Aldeia de Natal teremos, às catorze horas (14h00), a chegada do Pai Natal, que percorrerá as ruas da cidade. No dia 7 de dezembro, às nove e meia (21h30), vamos ter uma peça de teatro “O Pai Natal verde”, que será também no Fórum XXI, para uma ação de sensibilização para os mais jovens. Aos fins de semana, entre os dias 8 e 24 de dezembro, teremos ainda nas ruas da cidade atividades de animação – música, duendes, figuras em andas, distribuição de balões e algumas surpresas para delícia dos mais jovens.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Presidente, conclua, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Em relação ao Sr. Deputado Mário Luís, dizer que vamos aferir a necessidade de retirar os candeeiros, muito obrigada pela sua nota.

Em relação à Ponte de Entre-os-Rios, de facto, não é uma responsabilidade da Câmara Municipal, é da Infraestruturas de Portugal, muito embora este ano já o tenhamos feito, juntamente com a Infraestruturas de Portugal. Este assunto que aqui trouxe, da água que, de facto, fica nas laterais da ponte, já nos foi dado a conhecer por alguns dos munícipes, e por isso nós próprios já diligenciámos junto da Infraestruturas de Portugal que recorressem ao desentupimento das vias, mas mesmo assim acho que não resulta, porque, efetivamente, é uma obra que vai ter que ser feita mais estruturalmente. Mas, estamos atentos.

O desafio da iluminação forte nas passadeiras, por questões de segurança, dar conta de que o Sr. Vereador Paulo Couto já tem uma proposta de uma equipa especializada, que são as chamadas passadeiras inteligentes, e que elas próprias acendem com mais luz quando, neste caso, os munícipes se aproximam delas. É uma proposta que estamos neste momento a estudar, e que dentro em breve provavelmente vai ser também implementada no concelho. Mas, fica também esta nota, e agradecer a proposta.

Em relação ao voto de louvor do Luís Carlos de Sá Ramalho, agradecer, e também nos vamos certamente associar a esse voto.

E creio que está tudo. Sr. Presidente da Assembleia, creio que é só um minuto, mas houve aqui uma nota que deram sobre uma constatação da última ata, e eu gostaria que fosse dada a palavra ao Sr. Vice-presidente, para ele poder explicar, porque é um assunto que lhe diz respeito.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Vice-presidente, nós já vamos em três vezes mais do que o tempo que está previsto no Regimento. Peço-lhe que seja mesmo breve. Muito obrigado.

--- Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Obrigado, Sr. Presidente. Muito boa noite a todos.

Esclareço que o Sr. Paulo Ribeiro, candidato nas últimas eleições pelo Partido Socialista à Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada, residente na Rua da Cruz, n.º 42, em Gouveia, da referida freguesia, é servido pela rede de abastecimento de água desde a década de noventa – repito, desde a década de noventa. O que está aqui em causa é uma extensão de água desde o término da Rua da Cruz até à Rua do Outeiro, ou seja, nem sequer é junto à residência do Sr. Paulo Ribeiro.

Espero ter esclarecido. Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado.

--- Gil Rodrigues (PPD/PSD) ---

Eu penso que três vezes mais do que o tempo que está no Regimento para se responder às pessoas é, de facto, demasiado. E muito mais é demasiado para quem, no último mandato, se fartava de dizer que as pessoas também exageravam naquilo que diziam. Já agora, desculpem lá, mas o que está aqui em causa não é de o Sr. Paulo Ribeiro ser, ou não, servido pela água; o que está aqui em causa é a Sra. Presidente saber ou não saber daquilo que ia ser feito.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado, deixe-me esclarecer o senhor e deixe-me esclarecer a Assembleia: quando eu disse três vezes mais, não era três vezes mais, era menos um bocado. Eu também estou a controlar, ainda não estava em três vezes mais. A questão que se coloca – e o senhor tem experiência disto, peço desculpa – é que eu posso perfeitamente interromper a Sra. Presidente e colocar à consideração da Assembleia para ela ter a oportunidade de responder às questões que lhe são colocadas, só que se eu fizer isso – e não me custa nada fazê-lo – em vez de demorarmos quarenta minutos, podemos demorar uma hora. Isso só atrapalha a vida dos Srs. Deputados que estão aqui presentes. Mas, na próxima vez, o que eu peço é que me indiquem a norma do Regimento ao abrigo da qual querem fazer a interpelação, e eu vou respeitar o Regimento, e vou naturalmente submeter à votação da Assembleia a atribuição de mais tempo à Sra. Presidente para ela poder responder às interpelações que lhe são efetuadas. Não o fiz porque isso ia implicar mais demora. Muito obrigado.

Relativamente ao voto de saudação dos quarenta e três anos do 25 de novembro de 1975, como já foi lido, eu pergunto: quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, com uma (1) abstenção.

Faça favor.

--- Nuno Pinto (PS) ---



Boa noite a todos. Boa noite, Sr. Presidente. Cumprimento todas as pessoas aqui presentes através do Sr. Presidente.

Só para dizer que votei a favor, é verdade que foi lido, mas também reconheço que não estive intensamente atento a cada palavra, e por descargo de consciência, não digo que ele não esteja correto com o meu pensamento, mas por descargo de consciência dizer que com certeza quem fez golpes ou contragolpes que nos levaram à normalização das instituições tem sempre o apoio de quem gosta da democracia, mas dizer que eu nasci em democracia, porque já antes alguém tinha lutado por ela e nos tinha livrado do obscurantismo de quarenta e oito anos. Esses foram o povo português, através dos Capitães de Abril, e destaco um que para mim é o maior patrono entre os Capitães de Abril, que foi aquele que depois da revolução, nada quis, o Capitão Salgueiro Maia.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Ora, eu passo de seguida a ler o voto de pesar:

“Tendo falecido, vítima de um trágico acidente ocorrido no passado dia 12 de outubro, o cidadão Marcoense, Joaquim Vieira de Magalhães, conhecido e conceituado industrial de madeiras, e pai do ex-Vereador deste município, Eng.º Bruno Filipe Teixeira Magalhães, propõe-se a este plenário a aprovação de um voto de pesar pelo seu passamento, transmitindo desta forma a sua solidariedade à família enlutada.

Marco de Canaveses, 23 de novembro de 2018

Os proponentes” (Monteiro da Rocha, Bruno Caetano, Luís Vales)

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ora, passamos de seguida ao voto de louvor apresentado pelo Sr. Deputado Mário Luís da Silva Monteiro:

“Luís Carlos de Sá Pereira Ramalho, ex-deputado desta Assembleia Municipal e ex-membro da Junta de Freguesia de Várzea do Douro, é um cidadão Marcoense que, exercendo a sua profissão na área da saúde, tem também um longo historial de dedicação aos desportos motorizados. Foi navegador de vários pilotos de rallies, nomeadamente Joaquim Alves, Vítor Pascoal e Carlos Vieira, com os quais percorreu uma carreira recheada de sucessos. Este ano, substituindo o seu irmão, Miguel Ramalho, iniciou uma parceria com o conhecido piloto Armindo Araújo. Esta ligação revelou-se tão profícua que, recentemente, a dupla Armindo Araújo / Luís Ramalho se sagrou campeã nacional de rallies.

Pelo longo e valoroso percurso desportivo que culminou na conquista do Campeonato Nacional de Rallies 2018, propõe-se a atribuição de um voto de louvor ao cidadão, campeão nacional, Luís Carlos de Sá Pereira Ramalho.



Marco de Canaveses, 23 de novembro de 2018”.

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Passamos, então, de seguida, ao **Ponto n.º 2**, Período de intervenção do público, nos termos dos n.º 1 e 6 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e n.º 3 do art.º 18.º e dos art.º 21.º e 27.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Que cidadãos é que se querem inscrever, por favor? Não há mais ninguém? Damos, então, a palavra ao Sr. Samuel Pedro Monteiro Vieira.

--- Samuel Vieira (Municípe) ---

Boa noite, Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Deputados, público, comunicação social.

O que me traz hoje aqui à Assembleia é questionar a Sra. Presidente sobre algumas dúvidas que surgiram essencialmente nestes últimos três meses, e uma delas tem a ver com a questão do Orçamento de Estado, e ainda bem, uma grande notícia para Marco de Canaveses, que foi a reforma antecipada para os pedreiros. Espantou-me ninguém falar nisto, até porque está aqui o Sr. Presidente da Junta de Alpendorada, não fazer menção a esta questão, mas eu fiquei com dúvidas, porque o que eu percebi é que quando foi apresentado o Orçamento de Estado, estava lá que a Lei foi apresentada – acho eu, e queria questionar isso à Sra. Presidente – foi apresentada pelo “Diabo”, pela “geringonça”, pelo acordo que vigora no país, o PS, o Bloco de Esquerda, o PCP, porque depois, na passada quinta-feira, fiquei surpreendido com uma manchete de um jornal local, que o Sr. Deputado fez a menção que o PSD tinha feito uma alteração à Lei. Eu até também fiz questão de fazer, porque essa questão, quando foi levantada no Orçamento, essa questão foi levantada e também o PS, logo pelo Sr. Ministro Vieira da Silva, no Porto, apresentou e concordou com essa Lei. Está aqui também a alteração à Lei, o PS não tem vergonha de defender os pedreiros. Ao contrário, Sr. Deputado, está aqui à alteração à Lei. Por isso, na altura – e corrija-me, Sra. Presidente, se eu estiver a cometer algum erro – esta proposta de Lei foi apresentada pelo Governo do Partido Socialista. Eu sei que vocês não gostam de ouvir, mas queria que a Sra. Presidente de Câmara confirmasse esta questão.

Outra das perguntas que queria perguntar aqui à Sra. Presidente, foi aqui falado na antiga Junta de S. Nicolau. Vocês, se bem se recordam – Sra. Presidente, corrija-me se eu estou enganado – que há dois anos, nesta mesma altura, e quando se chegava à altura dos Orçamentos, o PSD dizia “o turismo é a nossa aposta”; a Sra. Presidente lembra-se o que é que o PSD, numa altura, veio propor a esta Assembleia? A criação lá de um hostel. Mas, do hostel, parece que só ficaram as silvas. Na altura, foi apresentado, é só consultar o Orçamento de há dois anos, certamente esta proposta foi aqui bem alavancada.

Outra das questões que também queria falar, também foi suscitada aqui nesta Assembleia, também queria que a Sra. Presidente me ajudasse nesta questão. A Sra. Deputada Susana Loureiro falou aqui no RSI. Não sei se é do seu conhecimento, a Câmara tem feito aqui alguma coisa, fez aqui já uma quantidade de programas CEI+, incorporou uma série de pessoas que recebem esse rendimento social de inserção, para que, como a senhora diz, ao abrigo deste programa, a questão remuneratória deles aumente, e de que maneira – têm direito ao subsídio



de transporte, e outros. Eu vou ser mais direto, queria perguntar à Sra. Presidente de Câmara quantos CEI+, que é um programa que engloba o RSI, a Sra. Presidente fez no decorrer deste mandato.

Relativamente ao IC35, também foi um assunto muito badalado, mas parece que aqui – e corrija-me se eu estiver enganado, Sra. Presidente – o PSD esqueceu-se do IC35. No debate no Parlamento, tive oportunidade de ver o debate, e não vi nenhum deputado – e o Sr. Deputado corrija-me, se algum deputado do PSD se bateu pelo IC35. Realmente, parece que é assunto que já não interessa para a Câmara do Marco, o IC35.

Outra das questões que também queria, e percebi numa notícia do jornal A Verdade, e queria perguntar à Sra. Presidente, relativamente à criação do Conselho Municipal de Turismo. Acho que, sem dúvida, o Marco tem duas opções: é criar aqui acessibilidades e desenvolver o Marco Investe, como estava no seu programa. E também queria, Sra. Presidente, não sei se já tem o plano desenhado sobre esta matéria, mas não tenha problemas, que este Conselho Municipal tem que ser constituído, e dar-lhe uma sugestão: ao pensar neste assunto, acho que é uma ótima ideia, mas também dizer que não deve ter medo de pagar aos bons técnicos, porque não é vergonha nenhuma – olhar como Baião conseguiu vender a marca “Baião”. Acho que deve desenvolver um Conselho com especialistas na matéria, com técnicos de turismo, com gente com uma larga experiência nesta questão da promoção, na divulgação, na imagem, na comunicação, acho que isso certamente é que traz riqueza para o Marco.

E depois, para terminar, também falar aqui de um evento que decorreu na semana passada, que acho que a Sra. Presidente, e muito bem, já fez aqui algumas questões sobre essa questão, e eu acho que as boas iniciativas devem ser apoiadas. A Sra. Presidente também já disse aqui muitas vezes que é parceira sempre que acha que é um investimento, a Sra. Presidente não teve oportunidade de lá estar, mas esteve lá o Sr. Vice-presidente, foi a Feira das Papas da Livração, sem dúvida um evento – eu acho que não estou a dizer nenhuma mentira, acho que este ano foi o melhor evento de promoção de gastronomia. Estavam lá quatrocentas pessoas, ou mais, e notava-se uma falta de espaço. eu acho que esta gente deve ser apoiada, eu acho que a Sra. Presidente não deve ter problemas nenhuns em tornar-se parceira nesta questão, e dar condições a esta gente para fazer uma coisa como deve ser. O que eles precisam é de mais alguma ajuda para tornar este evento de âmbito regional, e se calhar nacional.

Era isto que tinha a dizer. Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Samuel. Faça favor.

--- Gil Rodrigues (PPD/PSD) ---

Mais uma vez, peço desculpa, mas o art.º 20.º do Regimento diz que os cidadãos interessados em intervir para solicitar esclarecimentos, terão que o fazer antecipadamente por inscrição – para solicitar esclarecimentos. Sr. Presidente, tenho dito.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado, eu agradeço sempre as interpelações fundadas, o art.º é o 21.º; por aquilo que eu vejo do Regimento, é o 21.º. De qualquer das formas, eu até vos peço que quando quiserem



fazer uma interpelação à Mesa, indiquem desde logo a norma ao abrigo da qual pretendem fazer a interpelação, porque é aquilo que está no Regimento, antes de virem fazer a interpelação. Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. José Teixeira.

--- José Teixeira (Munícipe) ---

Boa noite a todos. Começo por cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. e Sr. Secretários da Assembleia Municipal, Sra. Presidente da Câmara Municipal, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados da Assembleia Municipal, público, comunicação social aqui presente.

Como Marcoense, e sobretudo como munícipe da ilustre Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, a minha intervenção hoje aqui nesta Assembleia Municipal é de felicitações e agradecimento ao Executivo da Câmara Municipal pela grande obra que foi realizada na minha freguesia, a repavimentação de betuminoso na Rua do Engenho. Durante muitos anos se verificou a dificuldade que os camiões sofriam para chegar à zona empresarial de Vila Boa de Quires e Maureles. Devido ao declive da rua e ao piso da estrada na altura do inverno, especialmente quando caía neve, muito se falava desta importância de alcatroar esta estrada. Mas, isso não foi passado das palavras aos atos. Este Executivo Municipal resolveu esse problema no seu primeiro ano de mandato. Obrigado, Sra. Presidente da Câmara Municipal e Srs. Vereadores, que resolveram este problema na minha freguesia.

Assim termino, apenas sugerindo à Sra. Presidente da Câmara Municipal que assim que seja possível, uma vez que sei a dificuldade financeira que essa obra trouxe ao município, coloque betuminoso também na Rua Maria Carolina Albuquerque Vasconcelos, ficando assim concluída na perfeição essa obra tão desejada para a minha freguesia.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Teixeira. Tem a palavra o Sr. Manuel Santana.

--- Manuel Saraiva (Munícipe) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, público presente, comunicação social:

Sra. Presidente da Câmara, li na tiragem do jornal A Verdade de 25 de outubro, em que chegou a notícia de que foi aprovada por unanimidade no dia 22 de outubro, em Reunião Pública da Câmara, a atribuição de um subsídio de cerca de três mil euros (3.000€) à Associação Recreativa de Tuíás, para um apoio para a remodelação do sistema de aquecimento de águas sanitárias dos balneários, para aí ser colocada uma caldeira de aquecimento a gás. Quando comecei a ler essa informação, pensei para comigo: “Muito bem, excelente, boa medida.” Mas, depois, continuei a ler, e realmente fiquei preocupado com o que vinha a seguir, e que dizia o seguinte: “Com este apoio, a Associação Recreativa de Tuíás baixará os consumos de eletricidade e passará o contador da luz para seu nome, deixando assim a Câmara Municipal de pagar a eletricidade da Associação Recreativa de Tuíás.” Pois muito bem, Sra. Presidente, com



esta medida, a senhora não só dá a entender, como dá com uma mão e tira com as duas. E passo a explicar: a Sra. Presidente dá três mil euros (3.000€) para a colocação da caldeira a gás, mas ao mesmo tempo exige que a Associação Recreativa de Tuías passe o contador da luz para essa mesma associação. Esse contador de luz, como a senhora sabe, esteve sempre em nome da Câmara Municipal. Ora bem, Sra. Presidente, eu fui Presidente daquela Associação durante treze anos, por mim passaram três Presidentes de Câmara – Sr. Avelino Ferreira Torres, Sr. Norberto Soares (como Presidente interino) e o Sr. Dr. Manuel Moreira. Neste último – o último mandato – o Executivo que esteve cá sempre apoiou estas benesses que os clubes e associações tinham, e até agora algumas ainda têm. E o que eu quero dizer é que nessa informação que a senhora deu, esta posição não é só para Tuías; acho que é também para outras associações e até para Juntas de Freguesia. Mas, o que é que acontece? Acontece que isto vai ser imensamente prejudicial para a associação, não só de Tuías, como para as outras também. Acontece que a fatura da luz, no caso de Tuías, ao fim do ano pode ser muito próxima dos dez (10.000€), onze (11.000€) ou doze mil euros (12.000€). E aí, o que me leva a dizer é que se dá com uma mão e se tira com as duas. Sra. Presidente, a senhora sabe que todas as associações do concelho, de cariz cultural, recreativo e desportivo, são privadas, umas têm estatuto de utilidade pública, outras não, mas aí estão todas em termos de igualdade, todas são iguais, e eu estou completamente de acordo com o que a Sra. Presidente diz, que quer transparência, igualdade para todos, estou realmente de acordo. Mas, Sra. Presidente, a medida que a senhora tomou com a Associação Recreativa de Tuías, e possivelmente com as outras associações e Juntas de Freguesia, pode muito bem vir a criar um mau estar entre associações e a Câmara Municipal que a senhora preside. Senão, vejamos: no concelho existem agora vários estádios municipais, mas há estádios municipais que estão a ser usados por clubes, e não só um campo, dois campos de futebol que estão a ser usados todos os dias por clubes privados, e aí sim, aí tem fatura de água e de luz, e essa fatura realmente deve ser abismal. Como disse, são clubes residentes, mas privados. E a pergunta que eu faço à Sra. Presidente é se a posição que tomou em relação à Associação Recreativa de Tuías, se a vai tomar também em relação aos clubes que utilizam os estádios municipais. Uma vez que a Sra. Presidente apregoa muitas vezes e quer igualdade para todos, se é para serem iguais, que sejamos mesmo todos iguais.

Sra. Presidente, outra pergunta, gostaria que me respondesse também, se for possível, porque sabemos que quando se começa a trabalhar em processos, sabemos que também são morosos, demoram o seu tempo, e como este Executivo já está cá há um ano, Sra. Presidente, eu gostaria de saber em que ponto de situação se encontra, se há, ou não, projeto de construção do parque de lazer junto ao Rio de Galinhas, como a senhora prometeu, a pista de pesca e a revitalização da Praia da Pontinha.

Aproveito também agora, uma vez que aqui estou, para mandar um abraço amigo e sentido a todos os agentes desportivos das nossas associações.

Tenho dito, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Sra. Presidente, tem a palavra, por favor, para responder aos pedidos de esclarecimento.

--- Presidente da Câmara Municipal ---



Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em relação à intervenção do munícipe Samuel Vieira, dar conta apenas do seguinte: em relação à proposta da reforma antecipada dos pedreiros, congratulamo-nos que tenha sido neste Governo do Partido Socialista que foi apresentada a proposta no Orçamento de Estado para que, de facto, estes pedreiros pudessem usufruir da reforma mais cedo. E também nos congratulamos, porque, efetivamente, quando foi apresentada a proposta pelo Governo no Orçamento de Estado, não só o Partido Socialista, mas também outros Partidos, nomeadamente o PSD e o Partido Comunista, concluíram que, efetivamente, esta proposta poderia ser ainda melhorada, e apresentaram uma proposta de melhoramento daquela que é a pretensão do Governo do Partido Socialista em, de facto, conseguir que a idade de reforma dos pedreiros, pela sua profissão, que todos sabemos que é mais dura, ser antecipada. E então, a proposta que o Partido Socialista entregou na Assembleia da República, e que creio que vai de encontro àquela que foi também entregue pelos outros dois Partidos, é que incluía também a serragem e o corte da pedra em bruto. Ou seja, no fundo, é que a idade normal de pensão de velhice fixada no Regime Geral de Segurança Social é reduzida em um ano por cada dois de serviço efetivo de trabalho de fundo ou na extração – que era o que já estava contemplado – e agora associa-se também a serragem e o corte da pedra em bruto, neste caso prestado ininterruptamente ou interpoladamente. Por isso, é a única situação. A nota que lhe queria dar é que nos congratulamos todos com isso, efetivamente é uma realidade que diz muito ao território do Marco de Canaveses, mais em concreto à Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, e por isso, mais uma vez, congratulo-me por ser com o Governo do Partido Socialista que esta medida vai ser tomada e vai ser aprovada certamente para repor a justiça.

Em relação à questão do RSI, pergunta-me se a Câmara Municipal integrou beneficiários do RSI para fazer trabalho dito socialmente útil. É verdade, integrámos cerca de quinze beneficiários de RSI, que têm uma bolsa que é o indexante dos apoios sociais, que deve rondar os quatrocentos e vinte e nove euros (429€), mais o subsídio de alimentação. Por isso, é uma forma de também aumentarmos os rendimentos dos beneficiários do RSI e integrá-los na Câmara Municipal, neste caso a trabalhar nas nossas escolas, que estão a fazer um excelente trabalho, juntamente com aqueles que são os funcionários dos Agrupamentos e do Ministério da Educação, e também da Câmara.

Em relação ao IC35, dar conta de que a única coisa que tenho a acrescentar do IC35 é que o Sr. Ministro, na audição que foi levada a cabo na Assembleia da República no dia 12 deste mês, deu nota de que o estudo prévio e posterior parecer da Agência Portuguesa do Ambiente tem previsão para estar concluído no final do primeiro trimestre de 2019 – por isso, muito dentro em breve – perspetivando-se que a obra possa ser executada a partir de 2020, devendo para o efeito estar inscrita no Programa Nacional de Investimentos 2030. Ou seja, necessita de aprovação do Conselho Superior de Obras Públicas e da Assembleia da República. Uma vez que está inscrita no PETI3+, ou seja, o Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas até 2020, a transposição para o Plano 2030, tendo em conta que o estudo está a ser feito, é dada como certa. É esta informação que eu tenho que dar, foi aquela que é pública, na audição do Sr. Ministro do Planeamento na Assembleia da República, no dia 12 deste mês.

Conselho Municipal de Turismo: efetivamente, vamos levar a cabo a constituição do Conselho Municipal de Turismo. O Conselho Municipal de Turismo é, do nosso ponto de vista, um órgão



que vai agregar uma grande parte daqueles que são os agentes turísticos do concelho, desde logo as casas de turismo rural, alojamentos locais, os hotéis, as unidades que têm hoje também um papel importante naquilo que é o desenvolvimento turístico do concelho. E por isso, estamos também a trabalhar na marca do concelho, até ao fim do ano o Marco de Canaveses vai ter uma marca, que como sabem, está a ser estudada por um gabinete técnico especializado, conforme o Sr. Samuel Vieira também nos sugeriu. Efetivamente, queremos também que isso seja trabalhado por gente com especialidade e com competência na matéria, porque queremos, efetivamente, que esta marca seja forte e que possa também potenciar a promoção do Marco de Canaveses e de tudo de bom que temos no nosso concelho.

O regulamento do Conselho Municipal de Turismo há de estar em discussão pública, e nessa altura todos serão certamente informados sobre o seu desenvolvimento.

Feira das Papas: Sr. Município Samuel Vieira, de facto, o Sr. Vice-presidente dizia-me agora que foi uma iniciativa muito importante, que teve uma adesão muito grande. Nós estamos a apoiar a Casa do Povo da Livração, o seu plano de atividades, e por isso, indiretamente esta Feira das Papas é também apoiada. Efetivamente, seria também nossa intenção, se assim o entender a Casa do Povo, de fazermos um evento gastronómico com maior dimensão, porque também sei que é um evento que tem trazido muita gente ao Marco de Canaveses, e hoje há algumas pessoas dos concelhos limítrofes que procuram a Feira das Papas da Livração pela sua extraordinária qualidade, e também pelo evento que é em si, e que já não é muito usual agora termos feiras das papas. Por isso, também um bem-haja à Casa do Povo da Livração por este trabalho que está a fazer na dinamização e promoção da nossa gastronomia.

Sr. José Teixeira, a obra que aqui referiu é uma das obras que os municípios dessa freguesia – nesse caso, da sua, Vila Boa de Quires e Maureles – tanto ambicionavam, e que a Câmara Municipal, efetivamente, quis levar a cabo, e que espero que esteja, de facto, a dar resposta àquilo que são as pretensões das pessoas. É isso que nos interessa. Efetivamente, o que nós queremos é que os problemas das pessoas, dos Marcoenses, sejam resolvidos, e que as pessoas também tenham no Executivo da Câmara Municipal uma resposta positiva às suas expectativas e às suas pretensões. Não conseguimos fazer tudo de uma vez só, estamos apenas há um ano em funções, mas durante este ano, efetivamente, temos ouvido muita gente e temos conseguido dar resposta positiva a muitos dos nossos municípios Marcoenses que nos procuram.

Ao Sr. Santana, a sua questão sobre a Associação Recreativa de Tuías, dar conta do seguinte: no ano de 2017, a Câmara Municipal pagou vinte e quatro mil euros (24.000€) de luz do campo de Tuías, campo este que é da propriedade desta associação. O senhor diz, e muito bem, o que este Executivo quer é transparência e igualdade, o que este Executivo quer é justiça. E por isso, nós, quando aqui chegámos, limitámo-nos a fazer uma coisa que acho que já devia ter sido feita há muito tempo. E quando há bocado eu dizia que nós tratamos os Srs. Presidentes de Junta de igual forma, e tratamos as associações de igual forma, isto vem de encontro àquilo que nós dizemos, porque nós não nos limitamos a dizer. E por isso, Sr. Santana, acha justo que algumas Juntas de Freguesia paguem eletricidade dos seus estabelecimentos, e outras não, que seja a Câmara Municipal a pagar? Acha justo que algumas Juntas de Freguesia paguem a eletricidade dos edifícios que têm sob a sua alçada, e outras não? Não é justo. Aquilo que nós queremos é que seja igual para todos, e o que efetivamente fizemos foi chegar às Juntas de Freguesia que tinham protocolos de colaboração assinados por esta Câmara Municipal, que era representada



pelo anterior Executivo pelo Sr. Presidente, e que agora é representada por mim, mas que não deixa de ser o Presidente da Câmara, seja A ou B, e por isso, o que nós fizemos foi dizer aos Srs. Presidentes de Junta que teriam que cumprir com aquilo que estava escrito e assinado, e decidimos notificar os Srs. Presidentes de Junta, e alguns deles estão aqui sentados nesta sala, que, efetivamente, tinham edifícios cujos protocolos diziam que tinham que ser eles a pagar as despesas, e que, efetivamente, não estavam a pagar. Fizemos o mesmo para as associações, e por isso também lhe faço a mesma pergunta: acha justo algumas associações fazerem um esforço enorme para pagarem a eletricidade das suas associações, e outras não? Acha justo que as associações que proliferam no concelho façam um esforço para poderem cumprir com aquilo que são as suas obrigações com a EDP, aquilo que são as suas obrigações com as Águas do Marco, as suas obrigações com as empresas que lhes entregam o gás e outros bens necessários à eficiente e eficaz gestão das suas associações, e outras não, que seja a Câmara Municipal a pagar? Acha justo? Eu não acho, eu acho que têm que ser todos tratados por igual. E é isso que esta Câmara Municipal está a fazer.

E em relação à Associação de Tuías, vou dar-lhe nota do seguinte, que eu acho que o senhor não sabe. O senhor disse aqui que pertencia aos órgãos sociais, mas não deve pertencer à Direção. Pertenceu, corrijo, porque se pertencesse a estes órgãos sociais, o senhor sabia que a Direção de Tuías reuniu com o Executivo desta Câmara Municipal, e que esta não foi uma medida tomada unilateralmente; foi concertada com a Direção de Tuías. Eles aceitaram; aceitaram, porque sabem que é um critério de justiça. Efetivamente, fomos sensíveis, porque sabemos que é uma associação que tem muitos custos com eletricidade, e sabemos que este subsídio que nós lhe demos, de três mil euros (3.000€) para aquisição das caldeiras a gás natural, vai reduzir muito, mas muito, a conta da eletricidade. E por isso é que decidimos apoiá-los em três mil euros (3.000€), ou seja, fomos parte da solução. Fomos parte da solução.

E por isso, Sr. Santana, dizer que este Executivo está a criar um mau estar entre as associações não é verdade. O mau estar já existia. Eu creio é que muitos dos dirigentes das associações do Marco de Canaveses e muitos dos Srs. Presidentes de Junta não sabiam era que o anterior Executivo pagava contas a uns e não pagava contas a outros. Isso é que não é justo, Sr. Santana. O que este Executivo está a fazer é criar critérios de transparência e de justiça, e no fundo, de tratar todos por igual. É isso que nós fazemos. E em relação aos dois campos que o senhor enumerou, eu vou dizer quais são, são os do Marco e de Alpendorada, são propriedade do município. São propriedade do município. E por isso, se são propriedade do município, cabe a este Executivo e cabe a esta Câmara Municipal, seja quem for o Presidente da Câmara, honrar os seus compromissos, pagar as contas dos nossos edifícios. E por isso, Sr. Santana, aquilo que a Câmara está a fazer não deixa de ser apenas e tão só criar, de facto, critérios de justiça que, do nosso ponto de vista, não estavam efetivamente salvaguardados no passado. Aqui, com esta Câmara, serão todos tratados por igual. E mais uma vez queria acrescentar que esta decisão não foi uma decisão tomada por iniciativa da Câmara Municipal apenas; foi concertada à mesa com a Direção da Associação de Tuías. E queria também dizer que, além disso, a Câmara Municipal vai continuar a dar o subsídio de mil e quinhentos euros (1.500€), conforme estava a dar, para despesas das instalações, no valor que está na fórmula de cálculo na época desportiva 2018/19. O Sr. Vereador está a dizer-me que vai começar a dar, afinal não dava, vai começar a dar mais mil e quinhentos euros (1.500€), corrijo, a partir da época desportiva 2018/19. Por isso, a Associação de Tuías, além de lhe darmos o subsídio de três mil euros (3.000€) para ajudar a criar estas condições para que paguem menos dinheiro na conta da eletricidade, que é uma



responsabilidade sua, vamos ajudá-los com um subsídio de mil e quinhentos euros (1.500€) para as despesas de manutenção das suas instalações.

Em relação à questão que colocou, sobre a pista de pesca, e eu creio que falou na Praia da Pontinha, em relação à Praia da Pontinha, dar conta do seguinte: como sabem, a Câmara Municipal tem vindo a levar a cabo um conjunto de análises que são necessárias para que a Praia da Pontinha possa efetivamente ser considerada no próximo ano como praia concessionada, e por isso, queria dar-lhes conta de que, até agora, todas as análises têm ido de encontro às nossas expectativas, são análises positivas. Tivemos uma reunião na semana passada com a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, estamos a responder a tudo o que são requisitos necessários para que, no próximo ano, a Praia da Pontinha possa efetivamente ser uma realidade. Estamos a dar conta de um conjunto de critérios que enumeraram, e aos quais estamos a dar resposta, alguns deles se calhar vamos ter um bocadinho de dificuldade, têm a ver com o registo ou a titularidade de todos os terrenos que a APA nos solicita para identificar, mas estamos a trabalhar nisso. E reunimos com a APA, pedindo também a colaboração e a sensibilidade deles, no fundo, para que se nos atrasarmos um bocadinho, que nos seja dado esse crédito, porque, efetivamente, aquilo que nós gostaríamos era que isso já estivesse resolvido, mas não estava, estamos a resolver agora, Sr. Santana. E por isso, a Praia da Pontinha, se tudo correr como nós assim pretendemos, e que é expectável, no próximo ano será uma praia concessionada, um objetivo que identificámos no nosso programa eleitoral, e que mais uma vez vamos cumprir, porque palavra dada é palavra honra.

Pista de pesca: estamos a tratar disso com a Associação de Pesca Desportiva do Marco, também já respondemos há muito pouco tempo a uma questão que nos foi colocada sobre o regulamento, e estamos a integrar esta pista de pesca num projeto mais ambicioso, que gostaríamos e que queremos levar a cabo naquela área de Rio de Galinhas. É também sabido que nós colocámos no nosso programa eleitoral uma zona de lazer junto ao Rio de Galinhas, e estamos a tentar aí nessa área identificar um conjunto de potencialidades que possam, de facto, revitalizar essa parte da cidade. Queremos apostar naquela franja da cidade para um desenvolvimento muito a curto prazo – como sabem, agora com a eletrificação da linha, vai ficar ainda em melhores condições para ocorrer. E por isso, a Câmara Municipal quer antecipar-se a esse movimento de pessoas e a esse fluxo de pessoas na estação, e estamos a estudar aqui um conjunto de procedimentos, que na hora certa os vamos apresentar, nomeadamente e eventualmente a criação de uma ARU, uma nova Área de Reabilitação Urbana na área da estação, para que seja mais fácil requalificar todos os prédios, e para que seja mais fácil também conseguirmos algum investimento para aquela área. Estamos a trabalhar nisso, e logo que nos seja possível, traremos à Reunião de Câmara e à Assembleia Municipal mais informações sobre este projeto que queremos também levar a cabo nessa freguesia extinta de Rio de Galinhas, agora Marco.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Manuel Santana, na qualidade de Presidente desta Assembleia, eu fico muito grata por ouvir pessoas do público a ter a coragem de dar a cara para vir aqui. Mas, há uma coisa que eu queria que acontecesse comigo, eu já dizia isso nas minhas aulas, há uns anos atrás: é que quando fala uma pessoa, as outras têm que ouvir. O artigo do Regimento ao abrigo do qual o senhor fez



o pedido para intervir não prevê que eu lhe conceda a palavra. Deixe-me dizer-lhe o seguinte: eu gostava de o fazer, mas o senhor pediu um conjunto de esclarecimentos, e a Sra. Presidente respondeu-lhe. Sr. Santana, o senhor tem sempre o direito de achar que a resposta da Sra. Presidente não vai de encontro àquilo que é o seu anseio; agora, o Regimento da Assembleia não prevê a possibilidade de eu lhe conceder a palavra. Mas, fique certo de que eu só não o faço porque está aqui que não se deve conceder a palavra para fazer nova interpelação ou novo pedido de esclarecimento. Mesmo assim, deixe-me dizer-lhe, se o senhor não se sentir satisfeito com a resposta que a Sra. Presidente lhe deu, tem sempre a possibilidade de enviar à Mesa um pedido por escrito para o fazer. Fique certo que não é por minha lavra que eu não lhe dou a palavra, porque eu fico muito satisfeito que o público venha aqui e que coloque questões. Muito obrigado.

Fazíamos um intervalo, porque a seguir vamos entrar num ponto que é bastante demorado. Eu pedia-vos que não demorassem mais do que quinze minutos.

(Interrupção dos trabalhos)

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Vamos iniciar o **Período da ordem do dia**.

Ponto n.º 3.1, Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município. Damos a palavra à Sra. Presidente de Câmara.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Eu acho que vou prescindir do uso da palavra, tendo em conta que nós enviámos a informação escrita para todos os deputados da Assembleia Municipal. Estarei disponível para responder às questões que forem colocadas sobre a informação escrita. Acho que também atendendo à ordem de trabalhos que ainda temos, não vale a pena estarmos aqui a ler a informação à Assembleia.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente. Estão, então, abertas as inscrições para os Srs. Deputados que queiram fazer intervenção. Agradecia que levantassem o braço, por favor. Ora, eu penso que não há mais ninguém inscrito. Vamos recapitular o nome dos inscritos: Ana Ferreira, José Fernando Barbosa, Leandro Queirós, Luís Vales, Luís Carlos, Luciano, Mário Luís, Bruno Caetano e Miguel Queirós.

Damos, então, a palavra à Sra. Deputada Ana Ferreira.

--- Ana Ferreira (PS) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sra. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, comunicação social, caros Marcoenses:



Gostaria de enaltecer o Executivo pela medida tomada face ao serviço de atendimento ao público na nossa Câmara. A secretaria, desde 5 de novembro, passou a abrir às oito e meia (08h30) e a encerrar às dezasseis (16h00), um horário contínuo, sem encerramento na hora de almoço. Este novo horário vai de encontro às necessidades dos Marcoenses, que desta forma não necessitam de se atrasar, ou mesmo faltar aos seus empregos, quando carecem de tratar dos seus assuntos na Câmara. Estas alterações, que melhoram o atendimento aos munícipes, vêm na continuidade da política de qualidade e proximidade deste Executivo, sempre a pensar nos Marcoenses.

Para terminar, queria sublinhar que são nestas medidas que vão de encontro ao compromisso eleitoral assumido pelo Executivo, de estar mais próximo dos Marcoenses, que se vê a grandeza do mesmo, onde mais uma vez palavra dada é palavra honrada.

Obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Deputada. Damos de seguida a palavra ao Sr. Deputado José Fernando Barbosa.

--- José Fernando Barbosa (Presidente J.F. Tabuado, PS) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Exma. Sra. Presidente da Câmara, Dra. Cristina Vieira, caríssimos vereadores, caros colegas Presidentes de Junta e restantes membros desta Assembleia, órgãos de comunicação social aqui presentes, público presente, ouvintes da Rádio Marcoense, e a todos aqueles que nos seguem através do *site* da Assembleia Municipal, a todos boa noite.

Como é do conhecimento geral, durante quatro anos trabalhei para colocar Tabuado na agenda do anterior Executivo Camarário. Muitos de vós sois testemunhas da minha luta, quase inglória, para exigir do Executivo do PSD a consideração e o dever de zelo para com as gentes e a Freguesia de Tabuado. Por isso, congratulo-me ao ver finalmente Tabuado contemplado com uma série de obras, todas elas muito importantes para o desenvolvimento da freguesia e a qualidade de vida da população. Passava agora a mencionar algumas: pavimentação da Rua do Espinheiro, pavimentação da Travessa dos Pradinhos, com alargamento e consolidação de taludes e encaminhamento de águas pluviais, extensão da rede de saneamento à Rua da Vinha e Rua da Estalagem, construção de um passeio e alargamento de um pequeno troço na Rua da Folgosa, construção de um troço de passeio na Rua Coronel Fernando Monterroso, um reforço em cinquenta por cento (50%) da capacidade da recolha diferenciada dos resíduos sólidos urbanos, com a colocação de mais dois ecopontos, mais uma série de obras dentro da política de proximidade que ainda estão previstas para este ano. É caso para dizer que este Executivo Camarário fez mais por Tabuado num ano do que o anterior fez em quatro anos.

Acredito que hoje vivemos num Marco mais justo, com igualdade de oportunidades para todos os munícipes, em que a frase velha e desgastada “O Marco de todos e para todos”, utilizada anteriormente apenas para embelezar discursos políticos, vazios muitas vezes de conteúdo e desconcertados da realidade, poderá ser reformulada e ganhar um novo sentido. Vejo agora um concelho vivo, dinâmico, em que se atende as necessidades de todos e de cada um, o Marco de



Canaveses no caminho da inovação, do progresso, da promoção da qualidade de vida para os seus habitantes, para os turistas, para investidores e empresários, que deslumbram agora um futuro com mais luz.

Obrigado, Sra. Presidente, por todas as obras realizadas em Tabuado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Damos de seguida a palavra ao Sr. Deputado Leandro Queirós.

--- Leandro Queirós (PS) ---

Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, Sra. Presidente da Câmara Municipal, Sra. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal, comunicação social, caras e caros cidadãos Marcoenses.

Sendo bombeiro profissional há vinte e um anos no Batalhão de Sapadores Bombeiros do Porto, e porque a área da Proteção Civil me diz muito, após várias pesquisas aliadas à minha experiência profissional, queria partilhar com todos vocês a minha opinião sobre os fogos florestais, as suas causas, prevenção e sensibilização, sobre o combate à vespa velutina, sobre a implementação das medidas de autoproteção nas escolas que funcionam em edifícios municipais.

O país tem atualmente um interior socialmente desertificado, tendo-se assistido a uma redução das atividades agrícolas e da pastorícia, que conviviam em simbiose com a floresta, contribuindo para a prevenção dos incêndios florestais. A desertificação, aliada ao deficiente ordenamento do território, desinvestimento na gestão dos espaços florestais, as características do clima, condições meteorológicas, fenómenos extremos, levou a um cenário de risco com que hoje nos confrontamos. Nos últimos anos, os grandes incêndios florestais devem-se essencialmente porque o país tem extensas áreas com uma excessiva acumulação de combustível, numa paisagem cada vez mais despovoada, compostas por complexos de combustível pouco diversificados, decorrentes do abandono da atividade agrária, do abandono de anteriores monoculturas, cobertas por matos invasores, por um clima cada vez mais seco, quente, resultante das mudanças climáticas.

Posto isto, queria aqui elogiar este Executivo pelo excelente trabalho efetuado no âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, pois a articulação dos trabalhos dos Bombeiros Voluntários de Marco de Canaveses permitiu a implementação da gestão do espaço florestal, bem como procedimentos de intervenção. Destaque também para os trabalhos de coordenação, para as ações de sensibilização e para os trabalhos de prevenção dos incêndios florestais, em articulação com as Juntas de Freguesia, Bombeiros Voluntários, serviço de prevenção da natureza e do ambiente, GNR e o GIPS. Perante este trabalho, os resultados são animadores, porque na estatística sobre os incêndios florestais no Marco de Canaveses para 2008 nos diz que diminuiu o número de ocorrências, bem como a área ardida, em comparação com o decénio 2008-2017. Em termos de comparação, tivemos menos cento e noventa e duas ocorrências no ano de 2018, e tivemos menos mil e setenta e cinco hectares de área ardida, ou seja, as medidas de prevenção, de sensibilização e atuação estão a ter efeitos positivos, e por isso mesmo há que reforçar ainda mais o empenho de todos.



Sra. Presidente, a presença da vespa velutina no nosso concelho representa um risco para a apicultura, para a produção agrícola, para o bem-estar e segurança dos cidadãos e do ambiente. No âmbito do combate aos ninhos de vespa velutina, no período de 9 de maio a 27 de outubro do corrente ano, foram dados alertas de quatrocentos e sessenta e um potenciais ninhos, foram tratados todos os ninhos da vespa asiática, e adicionalmente, vinte e cinco ninhos de vespa europeia, por constituir uma ameaça à segurança de pessoas e bens, face à sua localização. Nos restantes alertas, foram prestados esclarecimentos e aconselhamentos. Para os quatrocentos e sessenta e um alertas de potenciais ninhos de vespa asiática, o tempo médio de intervenção rondou apenas trinta e cinco horas desde o alerta. Esta é uma praga que pode dizimar um enxame de europeias em poucos dias, e por isso queria desde já agradecer ao Executivo a atenção que tem dado e o sucesso que tem obtido no combate aos ninhos da vespa velutina.

Sra. Presidente, também elogiar a Câmara pelos trabalhos dos Serviços Municipais de Proteção Civil na realização de exercícios e simulacros para a validação das medidas de autoproteção aprovadas pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, para as escolas que funcionam em edifícios municipais. As medidas de autoproteção têm como objetivo reduzir a probabilidade de ocorrências de incêndio, minimizar os seus efeitos, facilitar a evacuação e salvamento, facilitar a intervenção eficaz e segura dos meios de socorro. Também implicam a formação de trabalhadores municipais, aquisição de equipamentos, realização de simulacros que servem para testar o Plano de Emergência Interno e treino dos ocupantes com vista à criação de rotinas de comportamento e aperfeiçoamento de procedimentos, permitindo assim a valorização das pessoas e dos edifícios.

Posto isto, queria agradecer a este Executivo pela coragem – sim, pela coragem que teve em investir na prevenção. Implementar as medidas de autoproteção para as escolas que funcionam em edifícios municipais não se trata de um custo, mas sim um investimento por parte da Câmara a pensar na segurança dos munícipes, e também do património.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Vales, por favor.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Muito obrigado. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Presidente de Câmara, Srs. Secretários, Sra. e Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Marcoenses:

Eu gostaria, primeiro e antes que tudo, em nome do Partido Social Democrata, congratular a Sra. Presidente da Câmara e o Executivo por estar a dar continuidade aos projetos do PSD, nomeadamente no Ciclo Urbano da Água, e mais especificamente na questão da rede de abastecimento de água e saneamento no Torrão. Este foi um projeto difícil, teve de ser alvo de várias revisões, mas finalmente foi possível a sua adjudicação, e esperamos que dentro em breve a população do Torrão tenha acesso a água e saneamento nas suas casas. Obviamente que para isso foi necessário concluir a ETAR, que tanto quanto sei, está também em fase de conclusão. Esta é uma questão que a todos nós nos deve orgulhar, e por isso, o PSD iniciou o



projeto, cabe agora, naturalmente, a este Executivo terminá-lo, as populações agradecem, e é pelas pessoas que aqui estamos. Portanto, naturalmente que partilhamos esta questão.

Um outro assunto que me traz aqui hoje, e que está vertido na informação escrita da Sra. Presidente, é o da cultura. Folheando essas páginas, verificamos a existência de várias iniciativas. No entanto, existe um problema, há cerca de um ano que existe esse problema, que é a falta de uma agenda cultural no Marco. Existem iniciativas, é um facto, mas são iniciativas que parecem dispersas, muitas vezes apenas com alguma publicidade no *Facebook* da Câmara Municipal, e a informação não chega a todas as pessoas, que muitas vezes gostariam de participar e não podem, porque não sabem que elas existem. A Sra. Presidente disse há um ano que iria reformular a forma como a agenda cultural iria ser apresentada, havia uma agenda cultural todos os meses que saía, as pessoas sabiam o que é que estava a acontecer no Concelho de Marco de Canaveses, hoje isso não existe. Há um ano, a Sra. Presidente disse que iria reformular o conceito, mas se não fossem os nossos órgãos de comunicação local, ninguém saberia destas várias iniciativas. E por isso, o PSD gostaria de propor à Sra. Presidente que constitua, de facto, uma agenda cultural precisa e de acesso fácil a todos, para que todos também possam usufruir dos eventos culturais da nossa terra. E por isso, a pergunta que me traz aqui é se a Sra. Presidente há um ano disse que iria reformulá-la, passou este ano, e portanto, a pergunta é: vai avançar com a criação desta agenda cultural, para que seja universal e de acesso a todos os Marcoenses, ou não?

Uma outra questão, como nos aproximamos das festividades agora do natal, era prática dos anteriores Executivos promover dinâmicas festivas, até também para auxiliar o tecido empresarial da nossa terra, nas duas maiores freguesias do concelho, na Freguesia do Marco e na Freguesia de Alpendorada. Há pouco, na informação do período de antes da ordem do dia, a Sra. Presidente falou sobre algumas questões, ou sobre alguns eventos e iniciativas que iria fazer aqui na Freguesia no Marco. Pergunto-lhe se irá dar continuidade àquilo que acontecia no passado, e se vai replicar esses eventos também na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão.

Uma outra questão que também me traz aqui prende-se com a prática desportiva. A Sra. Presidente e o Executivo do Partido Socialista disseram há cerca de um ano que o Executivo do PSD tinha feito muito mal em ter avançado com a colocação de piso sintético em Vila Boa de Quires, na Livração, em Tuías, em Vila Boa do Bispo. Passado um ano, eu gostaria de saber se a Sra. Presidente mudou de opinião, e qual o *feedback* que tem tido por parte das coletividades que beneficiam destes equipamentos, se acham que foi positiva ou se foi negativa esta construção.

Relativamente à Proteção Civil, Sra. Presidente, e também já aqui foi abordada essa questão, o PSD gostaria de enaltecer, antes de tudo, o papel de todos os atores da Proteção Civil aqui em Marco de Canaveses, desde os Bombeiros Voluntários ao Serviço Municipal de Proteção Civil, aos funcionários da Câmara Municipal, aos Srs. Presidentes de Junta, enquanto também eles próprios agentes da Proteção Civil, e a todos os voluntários que, sempre que é necessário, se dão em prol da nossa comunidade. E soubemos há pouco tempo que o Governo que a Sra. Presidente apoia, e o Primeiro Ministro António Costa, que a Sra. Presidente não se cansa de agradecer, se prepara para introduzir mais uma taxa que os portugueses terão de pagar, e eu refiro-me à taxa da Proteção Civil. E gostaria de saber se, a instituir-se essa taxa, se a Sra.



Presidente concorda com ela, e se concordar, se pretende onerar os Marcoenses com ela, ou seja, se os Marcoenses também terão que pagar mais uma taxa imposta por este Governo.

Finalmente, gostaria aqui apenas de deixar um reparo relativamente a esta informação escrita: de acordo com o art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, na informação escrita têm obrigatoriamente que constar todas as reclamações, recursos hierárquicos, processos judiciais pendentes com a respetiva fase e estado. Ora, não nos tem chegado essa informação nestas informações escritas da Sra. Presidente, e por isso fica aqui apenas o reparo, para que esta situação possa ser corrigida, e para que todos possamos ter acesso a ela na próxima sessão.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Carlos, por favor.

--- Luís Carlos Vieira (PS) ---

Aproveito para cumprimentar o Sr. Presidente, os Srs. Secretários, o Executivo, os restantes vereadores, os Srs. Deputados, o público aqui presente e os Marcoenses lá em casa.

Intervenho hoje, não só na qualidade de deputado do Grupo Municipal do Partido Socialista, mas também na qualidade de habitante da Freguesia de Sobretâmega. E aproveito para agradecer ao Executivo Municipal pela vontade política de realizar as obras nas seguintes ruas: Rua de Macade de Baixo, Rua Direita, Travessa de Santana, Rua de Santana e Rua da Valsa, necessidades há muitos anos sinalizadas e reportadas pelos habitantes desta freguesia, e que tantos mandatos autárquicos viram passar sem que nada fosse feito. Estendo novamente este agradecimento e elogio à coragem e vontade política do Executivo, ao trabalho dos técnicos municipais, à colaboração das Juntas de Freguesia e à participação de toda a sociedade civil que, em simbiose, têm contribuído para a prossecução de dezenas de obras de proximidade que aos olhos dos mais distraídos parecem insignificantes, mas que para quem delas vai usufruir, faz uma diferença substancial.

Para concluir, deixo para reflexão de todos que ao contrário do que se passava no passado, hoje faz-se obra útil, em todos os dias do mandato, obra ponderada e planeada, e cujo propósito é melhorar continuamente as infraestruturas do município, e com isso, o bem-estar de quem cá habita e de quem nos visita. E não, hoje não se faz obra como instrumento eleitoralista, e só na véspera das eleições, e não se faz obra precipitada, só para a tabuleta na parede, para o corte da fita ou para a fotografia na manchete do jornal.

Disse.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Deputado Luciano.

--- Luciano Costa (Presidente J.F. Banho e Carvalhosa, CDU) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sra. e Sr. Secretários da Assembleia, Sra. Presidente da Câmara, Sra. e Srs. Vereadores, colegas Presidentes de Junta, membros da Assembleia



Municipal, estimado público, comunicação social, e aqueles que nos ouvem lá em casa, muito boa noite.

Sra. Presidente, terminou o nosso primeiro ano de mandato. Como não podia deixar de fazer, estou cá para felicitar a si, ao seu Executivo, e agradecer tudo o que em parceria com a Junta de Freguesia de Banho e Carvalhosa fizemos ao longo deste primeiro ano na minha terra. Posso dizer até, Sra. Presidente, que o povo de Banho e Carvalhosa, noto, está bastante satisfeito com o nosso trabalho. Ainda nem sequer começaram as obras de proximidade, mas tem havido bastante movimento de maquinaria, e a minha gente não estava acostumada a este tipo de movimento com tanta frequência. Posso lembrar aqui algumas das recentes obras, como o alargamento da Estrada Municipal 568, que permite a todos os utilizadores mais segurança rodoviária, visto que era um local muito perigoso. Ainda não está totalmente concluída, mas assim que esteja, será sem dúvida uma obra importante para Banho e Carvalhosa e para o concelho, até porque aquela estrada serve utentes de todas as freguesias vizinhas.

Também as obras de drenagem e desvio de águas pluviais na Rua de S. Romão, Rua António Maria Ximénes Gerales e Rua das Margens, são obras pequenas, mas muito importantes.

Mas, Sra. Presidente, a obra que até ao momento mais me marcou foi, sem dúvida, a conclusão da eletrificação da Rua da Beira Alta. Na primeira vez que ligaram a luz, fui convidado para assistir a uma sessão de fogo de artifício, fogo este comprado pelas pessoas que habitam naquela rua.

Sra. Presidente, já estamos no segundo ano de mandato, espero continuar com este bom entendimento entre a Junta de Banho e Carvalhosa e Câmara Municipal, para que no próximo ano, nesta Assembleia, volte a felicitar o Executivo Municipal e dar como positivo mais um ano à frente da Junta de Freguesia de Banho e Carvalhosa.

Sra. Presidente, vejo também com bons olhos no Orçamento de 2019 uma obra que Banho e Carvalhosa tanto necessita e espera há muitos e muitos anos, que é a pavimentação da estrada principal de Carvalhosa até ao topo de Banho. Aqui, queria questionar o Executivo se era só até ao topo, ou se vai fazer a ligação entre o Largo do Eirô e a Quinta da Torre, em Banho, e em Carvalhosa, a ligação da Rua Avelino Ferreira Torres à Rua da Ermida.

Para terminar, e como já estamos muito próximos do final do ano, queria desejar à Assembleia Municipal, a todos os Marcoenses, em especial aos de Banho e Carvalhosa, um santo e feliz natal, e um ano novo para todos com muita saúde.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Agora, dou a palavra ao Sr. Deputado Mário Luís, por favor.

--- Mário Luís Monteiro (CDS-PP) ---

Sr. Presidente da Assembleia, permitindo-me renovar as saudações que fiz inicialmente, passando adiante, gostaria de começar por dar nota da realização de mais uma Bienal da Pedra, em Alpendorada, Várzea e Torrão, que este ano teve uma alteração, que se prendeu



essencialmente com o local, com o espaço. Penso que a Bienal foi, de facto, um sucesso, um espaço é reconhecidamente um espaço agradável, bonito, bem localizado, amplo. Contudo, penso que apesar disso, há que, daqui por dois anos, se voltar a ponderar-se que seja lá, analisar bem a situação, porque, naturalmente, também tem os seus custos, o Parque de Lazer não estaria nas melhores condições este ano, por problemas que foram referenciados, e sabemos que aquilo é maquinaria pesada, não é nenhuma brincadeira que entra ali. Portanto, há que ter uma planificação bem estruturada, se o objetivo for continuar naquele espaço – é o meu desafio.

Na sequência do granito, eu vi há dias com satisfação – e permitam-me a publicidade aos Pardais Granitos – uma divulgação de uma iniciativa da Pardais Academy, em que receberam arquitetos e engenheiros de vários países para um contato direto com a extração e transformação do granito. Pareceu-me, de facto, uma iniciativa muito válida, e talvez fosse bom pensar que essas iniciativas fossem alargadas talvez a turistas nacionais e estrangeiros, e não só, centradas por uma empresa, que fosse algo alargado em conjunto com todos, para podermos promover o turismo na nossa terra.

Na sequência disto, ouvi falar em investimentos, e congratulo-me, eles não estão ainda referidos, na Praia de Bitetos e no Parque de Lazer, futuramente. Espero que, de facto, sejam um sucesso.

Vi uma referência a reparação do piso do Pavilhão de Alpendorada, da EB 2/3 de Alpendorada, claro que não dizem a dimensão da reparação, nem é aquilo que me importa aqui e agora. Tenho que reconhecer que tenho sentido, pelas solicitações da escola e da própria associação que mais utiliza o pavilhão, tem havido uma preocupação de dar alguma resposta rápida a esses problemas, e devemos agradecer isso. Naturalmente que há muitos anseios para ali, e já agora, aproveito, até porque fui alertado por uma colega, de que haja consciência de que aquele pavilhão vai precisar um dia, não muito longínquo, de uma grande intervenção, que será, naturalmente, uma grande despesa.

Permita-me mais uma vez, à Sra. Presidente ao Sr. Vereador Paulo Couto, lançar mais uma vez o desafio, porque, entretanto, tive contatos com as outras escolas, sei que já há alguma disponibilidade para que participem, e penso que ainda não seria a altura de o torneio de professores e funcionários, o intercâmbio que se faz entre as escolas, acho que ainda não seria a altura de esse torneio falecer.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Damos de seguida a palavra ao Sr. Deputado Bruno Caetano.

--- Bruno Caetano (PS) ---

Ora, boa noite a todos.

Ultrapassando os cumprimentos iniciais, é com enorme agrado que enquanto líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista vejo as intervenções que aqui hoje foram feitas, relativamente à informação escrita prestada por este Executivo. Muitas delas fizeram aqui uma ressalva de um ano de mandato, e eu acho que foi meritório, e toda a gente percebeu o trajeto que este



Executivo tem feito aqui, relativamente à informação escrita, pelas intervenções aqui ditas, acho que está tudo dito, quer as vindas do meu lado partidário, quer das restantes, o que quer dizer que estamos no bom caminho.

Pegando aqui agora numa parte das palavras do discurso do colega de órgão Luís Vales, em que agradeceu a continuidade do trabalho feito pelo PSD, eu vou agradecer a este Executivo a continuidade e o melhoramento do trabalho feito. E aqui, o Dr. Mário Luís quase que me roubava a minha intervenção, porque eu vinha aqui falar da Bienal da Pedra, porque de acordo com a informação escrita prestada pelo Executivo, verificou-se que este ano tivemos cerca de noventa expositores e cerca de quinze mil visitantes. Eu gostaria de saber se há aqui alguma grandeza de comparação entre esta edição e as edições anteriores, também para perceber qual é que é a evolução. Acho que esta edição da Bienal nos trouxe uma nova roupagem para o evento, desde logo o local, que pareceu arriscado, e à partida parecia que era um “não local”, mas eu acho que depois veio-se a provar que é o local indicado atualmente para fazer esse evento. Relativamente à imagem e à promoção do evento, acho que também é de ressaltar essa situação. Já aconteceu relativamente às Festas do Marco, e eu acho que mais este evento feito relativamente à Bienal, acho que estamos no caminho certo.

A parceria com a Casa da Arquitetura, para mim, parece-me que é fundamental. Trazermos os arquitetos à nossa terra, que são aquelas pessoas que podem prescrever os nossos materiais, parece-me que é o que nós temos que fazer. E ter uma parceria como esta, a mim parece-me que é o que tem que ser feito, e desculpem o termo, são esses senhores que nós temos que “namorar”, porque são eles que conseguem vender o nosso produto, quer dentro de portas, quer lá fora.

Igualmente, a vinda de uma arquiteta de cariz internacional também faz com que a marca “Granitos de Alpendorada” possa ganhar uma outra roupagem e uma outra dimensão, que acho que este evento merece.

Não tendo a ver nada com o assunto, mas tendo a ver ao mesmo tempo, relativamente àquela questão que também já aqui foi falada, à possibilidade que agora o próximo Orçamento nos pode provocar, relativamente aos nossos pedreiros do Marco – que não é só de Alpendorada – bem-haja essa interação entre todas as forças partidárias, que eu acho que só vai beneficiar quem trabalha no Marco, e no fim, eu acho que só estamos a fazer justiça social a quem trabalha com aquela pedra. Eu peço desculpa, mas ouvi uma intervenção na apresentação do Orçamento de Estado, patrocinada pelo Partido Socialista, e um pedreiro disse que as pedras, quando chegam às pessoas, não são como bifés que saem para a mesa, eles têm que perceber qual é a origem, e eu acho que esta é uma expressão que tem que marcar muito os Marcoenses, do trabalho árduo que aqueles senhores fazem.

Tenho dito.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Ora, dou a palavra ao Sr. Deputado Miguel Queirós.

--- Miguel Queirós (Presidente J.F. Paredes de Viadores e Manhuncelos, PS) ---



Muito boa noite, Sr. Presidente da Assembleia e Srs. Secretários, muito boa noite, Sra. Presidente da Câmara Municipal e Srs. Vereadores, muito boa noite, Srs. Deputados, Presidentes de Junta, caro público.

O caminho de ferro em Portugal muito mudou na mobilidade das pessoas e bens. Os comboios, as linhas, estações, pontes e viadutos mudaram as paisagens e a urbanidade, enriquecendo as pessoas com a descoberta de novos horizontes, como caminhos para novas oportunidades, tornando o longe mais perto.

Em Marco de Canaveses e em Paredes de Viadores, Freguesia de Paredes de Viadores e Manhuncelos, terra que represento nesta Assembleia Municipal, o caminho de ferro representa, e representou no passado, um marco importante na economia e no desenvolvimento do território. Hoje, a Câmara Municipal, e com muito agrado meu, respeita o passado, mas projeta também o futuro. A Câmara Municipal de Marco de Canaveses assinalou no passado dia 15 de setembro os cento e quarenta anos da chegada do comboio ao concelho, com uma exposição intitulada "Cento e quarenta anos da inauguração da Linha do Douro entre Caíde e Juncal". Fico agradado quando ouço a Sra. Presidente da Câmara a dar o valor que este meio de transporte merece, e passo a citar: *"Os caminhos de ferro foram motor potenciador da economia e da sociedade em todo o país, e no Marco de Canaveses não foi exceção. Hoje, a realidade é outra, mas o comboio trouxe-nos mobilidade de mercadorias e pessoas, numa altura em que no país predominavam estradas precárias, carreiros e veículos de tração animal. A história do desenvolvimento do nosso concelho não pode ser dissociada da Linha do Douro, mas sobretudo a história de muitos ferroviários Marcoenses e suas famílias está intimamente associada a esta infraestrutura. Por isso, vamos inaugurar esta exposição para assinalar a chegada do comboio ao Marco."*, justifica a Presidente da Câmara Municipal, Cristina Vieira.

Mas, como olhar o futuro também é de extrema importância, vejo hoje a obra de eletrificação entre Caíde e Marco de Canaveses a avançar como era desejo de há muito tempo. O troço da Linha do Douro, entre Caíde e Marco, vai encerrar no próximo dia 26 de novembro, devido às obras de modernização da via. Tal como foi anunciado em julho deste ano, as obras de eletrificação e renovação da via avançaram e a intervenção necessária no túnel de Caíde implica o encerramento do troço por cerca de três meses, mas serão asseguradas ligações para que haja o menor transtorno possível. É importante olhar o futuro e respeitar o passado, e a Câmara Municipal tem-no feito. Muitos parabéns.

Também enquanto Presidente da Concelhia da Juventude Socialista, recebi no outro dia uma carta para indicar uma pessoa para ir para o Conselho Municipal da Juventude. Fico muito agradado com a informação de que o Conselho Municipal da Juventude vai voltar a existir, e também dou os meus parabéns ao Sr. Vereador Paulo Couto, que é o vereador do pelouro da juventude.

Aproveito também estar aqui neste púlpito para dar uma pseudo aula de economia aqui à parte do PSD, que já várias vezes veio dizer que o anterior Executivo deixou dez milhões de euros (10.000.000€) no banco para se gastar. E eu passo a informar uma coisa, que é: o anterior Executivo pode não ter tido a capacidade de executar verba, porque o Executivo pode colocar as obras a concurso, as obras podem ser adjudicadas, mas não haver tempo de ser executadas. Então, a verba, como não foi paga, não foi executada, passa para o ano a seguir, para pagar



essa mesma obra, que teve concurso e foi executada no ano anterior. O que pode dizer é que, no extremo, os dez milhões (10.000.000€) podem ser zero; se houver dez milhões (10.000.000€) de obras que foram projetadas, e passar para o ano seguinte porque não foi conseguido executá-las, os dez milhões (10.000.000€) podem ser de valor zero. Por isso, não é linear como vocês estão a dizer.

E digo também outra coisa, que é: há bocado, um membro da Assembleia veio aqui acima, com este bloco, indicar que o elemento do público que veio aqui não podia fazer considerações à Sra. Presidente. Mas, quando veio aqui anteriormente, também não leu o art.º 30.º, que diz a invocação do Regimento ou a interpelação da Mesa, em que diz que os membros da Assembleia podem interpelar a Mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões destas ou a orientação dos trabalhos. Por isso, aqui não está descrito que pode fazer interpelações à Sra. Presidente, que não faz parte da Mesa.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Damos de seguida a palavra à Sra. Presidente, para qualquer esclarecimento que entenda efetuar. Muito obrigado.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia. Vou tentar responder às questões que me foram colocadas.

Agradecer a intervenção da deputada Ana Ferreira sobre a questão do novo horário de atendimento que a Câmara Municipal tem desde o mês de novembro. Dar conta de que, de facto, agora a secretaria da Câmara Municipal está aberta desde as oito e meia da manhã (08h30) até às dezasseis horas (16h00), abre mais cedo e está aberta durante o horário de almoço. O que, no fundo, queremos é manter os serviços à hora de almoço e permitir também que os munícipes possam tratar dos seus assuntos sem terem que interromper a sua jornada de trabalho, ou efetivamente poderem vir à Câmara Municipal antes de se deslocarem para o seu trabalho, às oito e meia (08h30).

Queria também dizer que além desta medida que tomámos agora em novembro, dar conta, efetivamente, a quem nos está a ouvir lá em casa, saber que agora pode vir à Câmara Municipal à hora de almoço e pode vir antes das nove horas (09h00), dizer também que estamos a planear a expansão dos serviços do Espaço de Cidadão – que já há bocado tive ocasião e oportunidade de falar – para outras freguesias, para além daquelas que já têm este serviço, e também aumentar o número de serviços disponíveis nesses balcões, quer nos Balcões de Cidadão, quer efetivamente nas Juntas de Freguesia. Queremos que os Marcoenses possam, nas suas freguesias, resolver uma grande parte dos assuntos, sem ter que se deslocar ao edifício dos Paços do Concelho, neste caso na sede do concelho, no Marco. E por isso, muito obrigada, Sra. Deputada, por essa referência que nos fez; fizemo-lo a pensar nos Marcoenses.

Queria também agradecer ao Sr. Presidente da Junta de Tabuado, Sr. Barbosa, pelas simpáticas palavras que aqui nos transmitiu. Dizer-lhe que temos, de facto, nos empenhado, o Executivo tem-se empenhado para resolver muitos problemas e responder positivamente aos vários



pedidos que nos chegam todas as semanas nos atendimentos que fazemos nas freguesias, porque sabemos – e eu sei, pela experiência que tive como Presidente de Junta de Freguesia durante doze anos, que estas pequenas obras são, de facto, muito importantes para a população, são muito importantes para as pessoas, e nós estamos cá para governar para as pessoas.

Ao Sr. Deputado Leandro Queirós, o reforço que fez questão de mencionar, do empenho que a Câmara Municipal teve na prevenção dos fogos florestais, e na redução da área ardida, e também na redução do número de incêndios que ocorreu no ano de 2018. Sr. Deputado Leandro, agradeço as suas palavras, mas este agradecimento, eu quero transmiti-lo a todos aqueles que tornaram possível esta tarefa, e refiro-me aos voluntários das Unidades Locais de Proteção Civil – a do Marco, a de Penha Longa e a de Soalhães – que muito contribuíram e têm contribuído neste objetivo, que têm estado preventivamente a trabalhar na prevenção dos fogos florestais e no rescaldo. É verdade que a Câmara Municipal deu um contributo para o *kit* de prevenção, fizemo-lo com muito orgulho, e fizemo-lo também porque sabemos que aquele trabalho que estão a prestar ao Concelho de Marco de Canaveses é um trabalho notável. E queria aqui também agradecer a todos os que trabalham nestas Unidades Locais de Proteção Civil, e que estiveram, e estão agora, no período de inverno, a trabalhar. Está aqui o Sr. Presidente da Junta do Marco, de Soalhães e de Penha Longa, tenho acompanhado muitas vezes as suas publicações no *Facebook*, quedas de árvores, desentupir aquedutos, são eles os voluntários que estão lá a trabalhar em prol das suas comunidades.

Queria também agradecer aos Bombeiros Voluntários, à GNR e às demais entidades que nos ajudaram e têm ajudado a levar a cabo estes objetivos que aqui o Sr. Deputado Leandro Queirós quis salientar. Um agradecimento especial a todos eles, que têm contribuído para este objetivo.

Em relação à vespa velutina e às medidas de autoproteção, a Câmara Municipal tem essa consciência, nomeadamente no combate à vespa velutina, o trabalho que está a ser feito tem sido referenciado até por alguns concelhos aqui à volta, que nos têm questionado sobre a forma tão célere como estamos, de facto, a destruir estes ninhos de vespas velutinas, e esse trabalho, de facto, deve-se também à entidade que contratámos para o fazer, a entidade Nativa. E também, já agora, agradecer aos Srs. Presidentes de Junta, porque a entidade Nativa começou, efetivamente, a trabalhar convosco, foi aos Srs. Presidentes de Junta que eles recorreram em primeiro lugar para levarem a cabo o seu propósito.

Sr. Deputado Luís Vales, em relação ao facto que aqui trouxe, dizendo que estava satisfeito com o facto de a Câmara Municipal poder também dar continuidade ao Ciclo Urbano da Água, e principalmente à obra de água e saneamento no Torrão, dar-lhe conta que, efetivamente, é uma necessidade, e nós estamos cá para também continuar com as boas políticas. Sabemos reconhecê-las, e sabemos continuar, e dar-lhes continuidade, quando assim entendemos, e quando achamos sobretudo que elas dão resposta àquilo que são as necessidades da população Marcoense. Estamos a fazer muito para além disso, e o Orçamento que vamos certamente aprovar dentro em breve vai refletir também muitas das obras que queremos fazer no Concelho de Marco de Canaveses, e que já estamos a fazer algumas nesta área, no ciclo urbano da água e na água e saneamento.



Em relação à agenda cultural, eu creio que o Sr. Deputado Luís Vales se está a referir a um desdobrável que a Câmara Municipal tinha, tinha no passado recente a sua impressão, e que costumava enviar para as sedes das Juntas de Freguesia – pelo menos para aí, eu sei que enviavam, porque eu recebia, enquanto Presidente de Junta, na minha freguesia. A agenda cultural a que o Sr. Deputado Luís Vales se refere é esse desdobrável. A agenda cultural que este Executivo tem não é um desdobrável; a agenda cultural que o Executivo Municipal tem é um calendário, o qual, agora em 2019, o senhor vai poder perceber, e algumas das medidas já estão refletidas no Orçamento, que é a verdadeira agenda cultural. Nós não queremos que a agenda cultural seja um desdobrável, só porque aí tem as iniciativas, que muitas delas a Câmara Municipal nem sequer tinha qualquer contributo, ou dava qualquer contributo. A agenda cultural que o senhor refere era um desdobrável, que a Câmara Municipal reunia as iniciativas das associações e das Juntas de Freguesia, e distribuía pelas sedes das Juntas de Freguesia. E eu, Sr. Deputado, também fui Presidente de Junta durante doze anos, e vou dizer-lhe que, infelizmente, e também pela experiência que tive, não era a melhor forma de divulgar as iniciativas do concelho. E eu vou-lhe dizer por quê: porque, efetivamente, nós colocávamos a agenda cultural no balcão da sede da Junta de Freguesia, e quando chegávamos ao mês seguinte, elas ainda lá estavam, porque são muito poucas as pessoas que, efetivamente, pegam no desdobrável para ver aquilo que são as iniciativas do município – e quando digo município, digo Câmara Municipal e restantes associações que têm também a sua agenda, ou que têm pelo menos eventos recreativos e culturais a promover.

Temos algumas iniciativas que vamos implementar em 2019, desde logo um ciclo de *jazz*, o teatro, reunimos com as entidades que estão a promover teatro no concelho, vamos ter um verdadeiro ciclo de teatro no concelho, vamos ter um conjunto de iniciativas, eventos culturais, exposições, apresentações de livros, etc., que são publicitados no jornal – e felizmente, os nossos meios de comunicação social, não só o jornal A Verdade, como também a Rádio Marcoense, têm contribuído, e muito bem, para divulgar as iniciativas do município, iniciativas culturais, iniciativas desportivas e recreativas, é esse o papel da comunicação social, e ainda bem que o fazem, porque muitos dos nossos munícipes conseguem saber quais são os eventos que estão a decorrer através dos meios de comunicação social. Fazemo-lo também através dos MUPI's, fazemo-lo também através das redes sociais, e como lhe disse, temos um conjunto de meios de divulgação das nossas atividades.

Mas, queria responder-lhe, tendo em conta aquilo que é a sua preocupação de ter um *flyer*, ou ter um documento ao qual chama agenda cultural. Sr. Deputado, nós vamos ter, muito dentro em breve, aquilo que nós chamamos de revista do município. E na revista do município, o Sr. Deputado Luís Vales e todos os Marcoenses vão ter a oportunidade de ver, não só as atividades que nós vamos realizar, ou seja, a agenda dos meses seguintes. E nessa altura, certamente todos os Marcoenses vão estar melhor informados sobre as iniciativas do município.

Em relação à questão que colocou sobre a taxa da Proteção Civil, dizer-lhe, Sr. Deputado, que os vinte e três diplomas setoriais serão publicados, em princípio, na próxima semana. Estivemos ontem reunidos, alguns dos autarcas com o Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais, que nos deu conta que, de facto, estes diplomas que são muito importantes na transferência de competências vão ser aprovados na próxima semana, em princípio. E por isso, nessa altura, quer o Executivo da Câmara Municipal, quer o órgão executivo, quer o órgão deliberativo, vão ter que opinar, não só sobre o diploma da Proteção Civil, mas sobre todos os outros, na área da



educação, na área da saúde, nas áreas das vias – todos os diplomas, são vinte e três. E essas são as competências que nos querem delegar a nós, mas também às Juntas de Freguesia. E o Executivo da Câmara Municipal vai certamente também estar atento à sua promulgação, e vamos fazer também aqui uma discussão, que tem que ser uma discussão muito participada pelos Srs. Presidentes de Junta, pela Assembleia Municipal, porque, de facto, a descentralização de competências, não é um problema, mas que pode trazer problemas, e nós vamos estar cá para acautelar alguns deles, mas que felizmente existe um acordo entre o Governo e o maior Partido da Oposição, e por isso eu estou certa que esta descentralização de competências vai chegar a bom porto.

Ao Sr. Deputado Luís Carlos, agradecer-lhe a sua intervenção que também aqui fez. Fazemos obras nas freguesias com o intuito que aqui já disse, de dar resposta também àquilo que são as expectativas dos nossos munícipes. Eu digo, e já disse hoje nesta Assembleia várias vezes, que nós saímos todas as terças-feiras ao encontro da população nas freguesias. E felizmente, esse contato com a população tem-nos feito chegar à Câmara Municipal, ao Executivo da Câmara, várias necessidades, muitas delas de maior grandeza financeira, outras nem por isso, mas temos tentado dar resposta a elas todas, e fazemo-lo com muita convicção, e fazemo-lo com muito empenho, porque é essa a vontade deste Executivo, trabalhar em prol da população do Marco de Canaveses.

Ao Sr. Presidente de Junta, Luciano Costa, Presidente da Junta de Banho e Carvalhosa, ainda bem que o Sr. Presidente da Junta reconhece o trabalho e o empenho deste Executivo na sua freguesia, que não tem sido só na sua freguesia, mas ainda bem que aqui veio reconhecer, fico muito feliz por tê-lo feito. E também queria agradecer ao Sr. Presidente da Junta a compreensão, porque também é daqueles Srs. Presidentes de Junta que nos acompanha em todos os atendimentos realizados na sua freguesia – e quando digo “na sua freguesia”, às vezes fazemo-lo em locais distintos, em Banho, em Carvalhosa, tentamos descentralizar, mesmo dentro da freguesia queremos ir a todos os lugares. E por isso, dizer-lhe, Sr. Presidente de Junta, que espero que os seus munícipes não deem foguetes sempre que nós fazemos uma obra que ambicionavam há muito, porque senão aqui os homens dos foguetes vão ter muitos foguetes para vender.

Dizer-lhe, Sr. Presidente de Junta, que aquela obra que nos lançou o desafio de fazermos está no Orçamento de 2019 e vamos cumpri-la, porque foi uma promessa, ou um compromisso eleitoral que assumimos com a sua freguesia, e por isso, palavra dada, neste caso vai voltar a ser novamente palavra honrada. A nossa pretensão de pavimentar a rua que liga Carvalhosa a Banho vai ser, muito dentro em breve, realizada. Acho que o Sr. Presidente de Junta agora já queria mais um bocadinho, já agora, mas ainda só estamos no primeiro ano de mandato, Sr. Presidente de Junta, ainda nos faltam, para terminar este mandato, mais três. Tem que guardar alguma coisa, porque senão lá se vão os foguetes todos neste ano.

Sr. Deputado Mário Luís, Bial da Pedra: queria dizer-lhe que, de facto, a Bial da Pedra, segundo aquilo que conseguimos aferir junto dos empresários, foi um evento que correu muito bem. Dar conta de que tivemos o cuidado, nesta semana passada, de fazer uma reunião – já a tínhamos marcado para mais cedo, mas gostaríamos muito que a Sra. Eng.^a Francelina, da ANIET, que é a Associação Nacional que, no fundo, representa os empresários da pedra, e temos muitos associados, estivesse também presente, e ela fez esse esforço, e por isso é que a



reunião só decorreu na semana passada. Fizemos uma avaliação da Bienal, dizer que na generalidade das opiniões, a Bienal correu muito bem, desde logo o local onde a fizemos este ano, no Parque de Lazer de Alpendorada, como correram bem muitas outras coisas, e queria aqui também salientar, porque o Sr. Deputado Bruno Caetano já o fez, a nossa parceria com a Casa da Arquitetura, queremos também alargar esta parceria com a Faculdade de Arquitetura também para a Faculdade de Engenharia e para o LNEG, vamos fazê-lo para daqui a dois anos, na próxima Bienal. E queria dizer também que dessa reunião conseguimos aferir aquilo que também não correu bem, porque este Executivo está disponível para ouvir os elogios, conforme estivemos, mas também estamos disponíveis para ouvir aquilo que correu menos bem, porque ouvindo aquilo que correu menos bem, o nosso intuito é que não voltemos, daqui a dois anos, a cometer os mesmos erros. E foram-nos dadas sugestões, nesta reunião com os empresários da pedra, com a Junta de Freguesia, com a Confraria do Granito e com a ANIET, que foram questões pertinentes – por exemplo, aumentar o espaço de estacionamento, colocar o setor do granito, todo ele ao fundo da Bienal, de forma a que os visitantes tenham que percorrer todo o espaço, por exemplo, tentar que os expositores façam as inscrições o mais cedo possível, de forma a permitir a organização de uma melhor disposição do espaço, porque, às vezes, uma semana antes, ou um ou dois dias antes, ainda estamos a receber inscrições, e depois temos que mexer em todo o espaço, o que nem sempre é fácil, reservar dentro do espaço de lazer o estacionamento para expositores, avaliar o corte de trânsito no acesso ao Parque de Lazer, exceto para os expositores, dado que eles não têm interferência com a circulação de moradores, dada a facilidade de acessos nas imediações, colocar pontos de abastecimento de água e reforçar a luminosidade no espaço, reforçar os pontos de luz, repensar o local do palco e animação na colocação do próximo palco, e tenho aqui muitas outras notas, que também não vos quero maçar com isto. Mas, dizer-vos que fizemos esta avaliação da Bienal com aqueles que são os maiores interessados, que são os empresários do setor da extração e transformação da pedra deste concelho, que em muito contribuem para a economia e para a taxa de empregabilidade do nosso concelho. Quisemos ouvi-los, e vamos ter em conta isto para a próxima Bienal, todas estas sugestões que nos deram.

Ainda em relação à intervenção do Sr. Deputado Mário Luís, campo de Alpendorada, creio que se referia ao pavilhão da Escola EB 2/3. Muito bem. Eu tenho acompanhado as suas solicitações, no âmbito até das reuniões que temos no Conselho Geral, já nos fez chegar esta pretensão – ainda hoje me acabou de entregar, há muito pouco tempo, um documento que também acaba por dar conta de todas as diligências que o Agrupamento de Escolas já fez, não têm conseguido junto da DGEstE, nunca vos respondeu, mas vamos agora tentar aferir junto da DGEstE essa disponibilidade, e certamente que estamos disponíveis para contribuir, até porque me parece que uma ou duas coisas que estão a solicitar já estavam assumidas pelo anterior Executivo, e por isso vamos continuar a dar conta daquilo que são os compromissos assumidos por esta Câmara Municipal, e estou certa de que o pavilhão da Escola EB 2/3 de Alpendorada, muito dentro em breve vai ter melhores condições.

Queria aproveitar aqui para falar também, a reboque desta questão do pavilhão da Escola EB 2/3, do Pavilhão de José de Jesus Oliveira, na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão. Neste caso em concreto, dizer que a Câmara Municipal vai fazer um investimento neste pavilhão, que ronda os noventa mil euros (90.000€), é uma intervenção em que está prevista a substituição do piso, e que permitirá também a todas as associações, principalmente do Baixo Concelho, a prática desportiva neste pavilhão de Várzea do Douro. Creio que a obra está para



começar dentro em breve, acaba o concurso na segunda-feira, e por isso, ainda é uma obra que vamos levar a cabo, se tudo correr bem, no ano de 2018.

Em relação à intervenção do deputado Bruno Caetano, a Bienal da Pedra, também já acabei por responder naquilo que respondi ao Sr. Deputado Mário Luís. Estamos muito orgulhosos da forma como correu, a parceria com a Casa da Arquitetura e o facto de termos trazido cá uma arquiteta, Carla Juaçaba, brasileira, conhecida, acho que foi também mote para podermos trazer aqui, à volta da Bienal, vários outros motivos, e sobretudo os da arquitetura, porque são os arquitetos que prescrevem a pedra, o granito, mas também agora com novas parcerias, nomeadamente o reforço da Escola da Pedra. Queria aqui dar conta de que um dos presentes na reunião de avaliação que fizemos da Bienal da Pedra, quisemos e fizemos questão de convidar a Escola da Pedra a estar presente. Acho que a Escola da Pedra faz todo o sentido, está fixada na freguesia onde está o maior número de empresários do setor da extração e transformação da pedra, e por isso também queremos ajudar a Escola da Pedra a ter uma nova dinâmica, e a dar também ela própria um contributo, ou uma parceria com alguns dos empresários do setor da pedra, também um bocadinho semelhante àquilo que o deputado Mário Luís aqui disse, sobre a Pardais Academy. Eu tenho acompanhado a Pardais Academy, ainda esta semana estive nas Jornadas da ANIET com eles, e de facto, tem sido um trabalho de grande satisfação para nós, e sobretudo para os empresários da pedra. Acho que é uma academia que tem um papel muito importante, e que pode ser ainda reforçado esse papel, porque vai de encontro aos objetivos do setor da extração e transformação da pedra, e também àquilo que são os objetivos da Câmara Municipal. E acho que temos todos que dar a mão neste projeto, que é um projeto do município, e é sobretudo um projeto que traz maior destaque na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, mas não deixa de engrandecer o Marco de Canaveses e os seus empresários, que têm todos os motivos e mais alguns para serem aqui também homenageados pelo extraordinário trabalho que têm feito ao longo destes últimos anos, sobretudo na inovação da tecnologia que têm, e sobretudo na capacidade que têm tido, ainda que alguns deles não tenham formação superior, mas na capacidade que têm tido para fazer expandir as suas empresas, e dar-vos conta de que não é por acaso que as nossas empresas de Alpendorada, Várzea e Torrão hoje exportam mais de oitenta por cento (80%) daquilo que produzem, ou que transformam no concelho. É sobretudo pela capacidade, iniciativa e resiliência, de muita motivação que estes empresários têm, e que eu queria aqui também dar essa palavra de homenagem a todos eles.

E acho que respondi a tudo. Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, peço desculpa, mas já agora, eu esqueci-me aqui de responder a uma questão, que não é bem uma questão, mas uma pequena nota ao Sr. Presidente da Junta, sobre a questão da Linha do Douro, até porque eu acabei de dizer, este Executivo está cá não só para dar as boas notícias, mas também para estar ao lado da população quando as coisas correm menos bem. Dizer-vos que a linha vai encerrar agora na segunda-feira – aliás, segunda-feira já estará encerrada – a Infraestruturas de Portugal, durante este fim de semana, já vai trazer as máquinas para os seus estaleiros, para que, de facto, agora na próxima segunda-feira em que a linha vai estar encerrada, comecem as obras. Nós tivemos o cuidado – nós, Executivo da



Câmara Municipal – de termos reunido – aliás, eu até queria dizer isto: antes de ser Presidente de Câmara, tive o cuidado de reunir com a Comissão de Utentes, na altura com os Srs. Deputados do Distrito do Porto, e também com o Sr. Presidente da Infraestruturas de Portugal e da CP, para tentarmos perceber o que é que iria ser feito na Linha do Douro. Hoje congratulamo-nos, porque, de facto, esta que era uma pretensão e uma ambição do povo de Marco de Canaveses vai ser levada a cabo com o Governo do Partido Socialista, e vamos ter, de facto, aqui a eletrificação da linha. Dizer-vos que o encerramento da linha foi concertado, a linha vai encerrar durante três meses, mas vai encerrar porque é preciso um trabalho muito específico de rebaixamento dos túneis, e para o qual é preciso também um trabalho árduo da equipa, ou da empresa que ganhou este concurso. E por isso, o encerramento durante três meses, além de tornar a obra mais barata em cerca de quarenta por cento (40%), vai também reduzir o tempo da obra em cinco meses. E por isso é que houve uma concertação entre a Infraestruturas de Portugal e entre a Comissão de Utentes, acho que é perceptível por que é que toda a gente quis, de facto, ou achou que era mais positivo a linha encerrar durante três meses, estamos aqui a ter uma redução dos custos em quarenta por cento (40%), e uma redução do tempo do limite da obra em cinco meses. Mas, efetivamente, nós reunimos e promovemos esta reunião no dia 11 de outubro deste ano, em Lisboa, com a Comissão de Utentes, a CP, a Infraestruturas de Portugal, e neste caso, foi o Sr. Vice-presidente que representou a Câmara Municipal nas instalações da CP em Lisboa. E aí, concertámos, porque foi uma reunião com a qual nos comprometemos realizar, concertámos os horários para fazer o transbordo dos comboios, porque agora, encerrando a linha, vai ter que haver transbordo dos comboios entre Caíde e Marco. Concertámos os horários, efetivamente nem tudo correu assim tão bem, porque agora, quando saíram os horários, a Comissão de Utentes apercebeu-se que havia ali alguns horários que não estariam a dar resposta – a CP, no transbordo – e por isso, voltei a reunir com eles esta semana, na terça-feira, na quarta-feira enviámos uma missiva ao Sr. Presidente da Infraestruturas de Portugal, porque há horários que não estão salvaguardados, e este é um problema que vai trazer transtornos a muita gente, a muitos Marcoenses, mas sobretudo àqueles que residem para lá do Marco de Canaveses, até à Régua. Esses ainda são, por aquilo que percebi e consegui aferir, os que vão ter mais problemas para poderem chegar ao seu local de trabalho de manhã – também lembrar que alguns trabalham de noite, e por isso fazem a viagem para o Porto ao fim do dia, e não vai ser muito fácil corresponder a todas as expectativas. Mas, fizemos essa reunião, fizemos as nossas diligências com o Sr. Presidente da CP, fizemos as nossas diligências com o Sr. Vice-presidente, Eng.º Carlos Fernandes, da Infraestruturas de Portugal, e estamos a tentar atenuar ou amenizar algumas destas falhas do transporte. Mas, queria dizer que a Câmara Municipal está atenta, tem acompanhado desde o primeiro momento esta situação, estamos também a divulgar nas nossas redes sociais os horários dos comboios, e vamos na primeira semana fazer esta avaliação conjunta com a Infraestruturas de Portugal e com a CP, e no final da semana – quero eu dizer no final da próxima semana, início da outra – vamos voltar a reunir para perceber o que é que temos que afinar, e onde é que temos que afinar algumas questões. E por isso, a eletrificação da linha vai ser uma realidade muito dentro em breve, mas também queria pedir aqui, através dos microfones da Rádio Marcoense, alguma tolerância e alguma sensibilidade de quem está a viajar nos comboios, porque, efetivamente, esta obra vai trazer alguns transtornos – todas as obras trazem. Mas, acho que é um mal menor, porque daqui a algum tempo vamos ter certamente melhores condições, efetivamente, para que os passageiros possam viajar, e para que a linha, a Estação do Marco e o Marco de Canaveses possa ainda usufruir de melhores condições, neste caso dos passageiros.



Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Passamos de seguida ao **Ponto n.º 3.2**, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa ao Lançamento de Derrama para o ano de 2018.

Se a Assembleia não vir inconveniente em juntar os três pontos, tudo bem. Sra. Presidente, tem, então, a palavra, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito bem, muito obrigada, Sr. Presidente.

Na proposta do lançamento da Derrama para o ano de 2018, de acordo com o n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, os municípios podem lançar anualmente uma Derrama até ao limite máximo de um e meio por cento (1,5%) sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponde à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português e que exerçam a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, e a não residentes com estabelecimento estável neste território. O que aqui hoje trazemos é uma proposta para submeter à Assembleia Municipal, é o pedido de autorização para lançamento das seguintes taxas de Derrama Municipal a aplicar ao lucro tributável do período fiscal de 2018, que vai ser cobrado em 2019: taxa normal a aplicar aos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a cento e cinquenta mil euros (150.000€), um por cento (1%), e isentar da aplicação da taxa de Derrama Municipal os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros (150.000€). Um por cento (1%) para o volume de negócios no ano anterior superior a cento e cinquenta mil euros (150.000€), e isenção para aqueles que não ultrapassem os cento e cinquenta mil euros (150.000€). É esta a proposta da Derrama para o ano de 2018.

Sr. Presidente, posso, então, apresentar as outras duas propostas que vamos votar? Muito obrigada.

O Ponto n.º 3.3 é a fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2018 (IMI). O Imposto Municipal sobre Imóveis, mais conhecido por IMI, incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português. E assim, aquilo que hoje aqui trazemos é uma proposta que se propõe a que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal o pedido de autorização para fixação das taxas para o ano de 2018, e a cobrar em 2019, do Imposto sobre Imóveis, nos seguintes termos: prédios urbanos, zero vírgula três por cento (0,3%) – é a taxa mínima; e redução do IMI a aplicar ao prédio, ou parte do prédio urbano, destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, com dependentes a cargo, que seja efetivamente afeto a tal fim: famílias com dois dependentes a cargo, quarenta euros (40€); famílias com três ou mais dependentes a cargo, setenta euros (70€). Repito: prédios urbanos, três por cento (3%), taxa mínima; e depois, a redução do IMI para as famílias com dois dependentes a cargo, quarenta euros (40€), e famílias com três ou mais dependentes a cargo, setenta euros (70€).



Passando ao Ponto n.º 3.4, a proposta que aqui trazemos da participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares relativa aos rendimentos de 2019 (IRS), no último ano, como sabem, após muitos anos da fixação do valor máximo, foi fixada em quatro por cento (4%) a participação do Município de Marco de Canaveses no IRS. Muito embora a expectável quebra da receita corrente do município, entende este Executivo Municipal ser importante também a manutenção do alívio da carga fiscal sobre os rendimentos das famílias Marcoenses no ano de 2019. Assim, propomos submeter à Assembleia Municipal que delibere o pedido de autorização para fixação da participação de quatro por cento (4%) no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho de Marco de Canaveses.

E falta, então, o Ponto n.º 3.5, que é a Taxa Municipal de Direitos de Passagem. O que propomos é que se fixe a Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2019 em zero ponto vinte e cinco por cento (0,25%) sobre a faturação emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Município do Marco de Canaveses. Propomos, então, que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem seja de zero ponto vinte e cinco (0,25%).

E creio que está.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente. Eu dava a palavra aos Srs. Deputados, e agradecia que fizessem a inscrição com indicação do ponto da ordem de trabalhos sobre o qual pretendem usar da palavra. Quem se inscreve, por favor? Relativamente ao primeiro ponto, Ponto n.º 3.2, não há inscrições? Sr. Gil Mendes Rodrigues. Não há mais ninguém para se inscrever? Relativamente ao Ponto n.º 3.3, quem pretende inscrever-se? Não há inscrições. Relativamente ao Ponto n.º 3.4, quem pretende inscrever-se? E relativamente ao Ponto n.º 3.5? Também não há inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Rodrigues, se faz favor.

--- Gil Rodrigues (PPD/PSD) ---

Então, dispensando os habituais cumprimentos, Sr. Presidente, permita-me só que diga ao Sr. Presidente da Junta de Paredes de Viadores que tem que estar mais atento, porque eu fiz a interpelação ao Sr. Presidente da Assembleia, e não foi a mais ninguém. O Sr. Presidente da Junta tem que estar mais atento, estava distraído. Ficamos por aqui, está bem? Foi dito pelo Sr. Presidente da Junta de Paredes de Viadores e Manhuncelos que eu tinha feito uma interpelação ao Executivo, mas não foi, foi à Mesa, em relação aos assuntos que o Sr. Município trouxe cá, e em relação aos temas que ele trouxe, e que não era assim. Pronto, mas já passou.

Então, o que me traz cá, eu vou falar do IMI, da Derrama e do IRS. Na última Assembleia, houve aqui uma intervenção de um Sr. Deputado, e que disse o seguinte: "Pode estar em causa a saúde financeira do município por causa da descida dos impostos." Ora, isto deixou-me preocupado. Então, o município estará com dificuldades financeiras só por causa da descida dos impostos? E os nossos munícipes não teriam já, durante estes anos todos, muitas dificuldades financeiras para pagar as taxas máximas de todos os impostos? O que é que nós estamos aqui a fazer? Não estamos aqui para defender os interesses dos munícipes do Marco? Será que a baixa da Derrama não trouxe também mais investimento para o Marco de Canaveses? Será que



foi só a criação de infraestruturas? Eu acho que os empresários também devem ter em conta isso, pelo menos eu penso que é assim, que têm em conta as taxas que pagam. E eu acho que o município deve tentar equilibrar as contas de forma a ajudar os nossos munícipes, até porque mesmo em questão de habitação, nós podemos reparar nas contas que houve, de facto, um decréscimo da receita do IMI, mas houve um aumento do IMT. E o que é que isto significa? Que houve mais transações. Eu sei que a estabilidade económica que se vive neste momento no país permitiu mais compra de imóveis, e tudo o mais, mas também o facto de pagarmos menos IMI faz com que as pessoas arrisquem mais um bocadinho, porque não é fácil chegar ao fim do ano, compram uma casa nova agora, e ela é avaliada em cento e cinquenta mil euros (150.000€), ou cento e sessenta mil euros (160.000€), e da taxa máxima para a taxa mínima há uma diferença substancial, são trinta e três por cento (33%). E por isso, acho que também devemos ter isto em conta, porque nós estamos aqui para ajudar os nossos munícipes a fixarem-se na nossa terra, a fixarem-se no nosso concelho, e as taxas no mínimo ajudam a isso.

E por isso, há outra coisa que também vos quero dizer: deixou-me surpreendido a afirmação, na última Assembleia, porque eu vi uma frase ali à entrada da Ponte de Canaveses, por baixo de um cartaz, que dizia: “Obrigado, Sr. Primeiro Ministro, por descer os impostos”. Ora, então em que é que ficamos? É bom ou é mau descer os impostos? Será que era melhor não descer, para nós termos saúde financeira? É uma questão que deixo no ar.

E penso que tenho tudo dito em relação aos impostos. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu dou a palavra à Sra. Presidente, para efeitos de algum esclarecimento que entenda fazer. Muito obrigado.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Queria dizer ao Sr. Deputado Gil Mendes e aos Marcoenses que é muito bom que o Governo desça impostos, é muito bom. Mas, também é bom que depois haja equilíbrio nas contas do país e da Câmara Municipal. E por isso, dizer-lhe que o Executivo Municipal se congratula pelo facto de as famílias Marcoenses poderem, efetivamente, pagar menos impostos, e por isso votou favoravelmente esta proposta no passado, e hoje, naturalmente, a apresenta assim nos mesmos termos. Efetivamente, é uma excelente medida reduzir os impostos, mas também não podemos descuidar que são cerca de um milhão e seiscentos mil euros (1.600.000€) que deixam de entrar nos cofres da Câmara como receita corrente. E por isso, cabe a este Executivo, provavelmente para enquadrar aquilo que o Sr. Deputado disse sobre outra intervenção de um deputado na Assembleia Municipal anterior, que cabe a este Executivo arranjar alternativas que cubram esta receita corrente – o IMI e a Derrama, sobretudo, porque foram os que reduziram, e projeta-se que reduzam ainda mais no próximo ano de 2019. Mas, estamos a falar de um milhão e seiscentos mil euros (1.600.000€). Certamente que os Srs. Presidentes de Junta devem estar a pensar, com um milhão e seiscentos mil euros (1.600.000€), já se fazia muita obra. Mas, efetivamente, não deixa de ser para este Executivo um desafio e uma preocupação para conseguirmos o equilíbrio orçamental. Queria dar conta de que, de facto, para mantermos o equilíbrio orçamental, dar nota do seguinte: a receita corrente do Orçamento tem que ser sempre suportada com despesa corrente, e a despesa corrente, mais as amortizações dos empréstimos,



têm sempre que ser cobertas pela receita corrente dos impostos. E por isso, há aqui um desafio para este Executivo Municipal, para conseguir arranjar alternativas para dar conta desta redução de impostos, que mais uma vez digo que muito me congratulo que, efetivamente, os Marcoenses paguem menos IMI e paguem menos Derrama. E também é verdade que pese embora a redução do IMI e da Derrama, também é bom saber que o Município do Marco de Canaveses está hoje em expansão – hoje recebemos mais IMT, e também se vendem mais carros, porque também recebemos mais do IUC, do imposto automóvel. Por isso, era só essa nota que queria dar.

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vamos passar, então, à votação do Ponto n.º 3.2. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Passamos de seguida à votação do Ponto n.º 3.3, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2018. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Passamos ao Ponto n.º 3.4, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal respeitante à participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares relativa aos rendimentos de 2019. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.5, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto seguinte, **Ponto n.º 3.6**, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento – Ano Financeiro de 2019.

Tem a palavra a Sra. Presidente, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Muito bem, passo, então, a apresentar aqui algumas notas sobre o Orçamento, que eu creio que todos os Srs. Deputados tiveram oportunidade de ler. O Orçamento global municipal previsto para o ano económico de 2019, que agora apreciamos, é de vinte e sete milhões, quinhentos e oitenta e três mil, duzentos e oitenta e cinco euros (27.583.285€).

Falando na receita corrente, esta estima-se nos vinte e dois vírgula sete milhões de euros (22.700.000€), e em contrapartida, prevê-se uma despesa corrente de dezasseis vírgula oito milhões de euros (16.800.000€). A receita de capital, estimamo-la nos quatro vírgula oito milhões de euros (4.800.000€), que serve para cobrir uma parte da despesa de capital, que se prevê



acima dos dez vírgula sete milhões de euros (10.700.000€). Prevê-se assim a existência de um superáвите corrente no valor de aproximadamente cinco vírgula oito milhões de euros (5.800.000€), justificado essencialmente pelo diferimento de parte da despesa corrente, que ficará consignada a uma parte do saldo de gerência da execução orçamental de 2018, e que à data se estima em cerca de dez milhões de euros (10.000.000€). Este procedimento permite, por um lado, o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, conforme exigido no art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, que estipula que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo. Por outro lado, este procedimento permite contemplar o Orçamento com a dotação necessária para iniciar a realização dos investimentos cujos procedimentos concursais tiveram início em 2018, ou iniciarão em janeiro de 2019, suscetíveis de beneficiar da participação de fundos comunitários, e de que são maior exemplo o conjunto de investimentos a realizar no centro da cidade do Marco, no âmbito do Plano de Ação de Regeneração Urbana, e só assim se compreende que este superáвите corrente seja de cinco vírgula oito milhões de euros (5.800.000€), e que se financie em idêntico valor a despesa de capital.

Em relação à receita, vamos começar pela receita corrente. A receita corrente esperada apresenta uma variação marginal positiva relativamente ao ano de 2018, traduzida em mais cento e quarenta e cinco mil euros (145.000€), pelo efeito acumulado do aumento previsto das transferências correntes, dos rendimentos de propriedade e dos impostos diretos. Esta variação positiva na receita corrente é obtida não obstante a redução da receita fiscal prevista para o ano de 2019 – estamos a falar de menos cento e cinquenta e um mil euros (151.000€) – que se deve ao grande peso dos impostos diretos na receita fiscal, e que está associado à diminuição do IMI (menos duzentos e setenta e dois mil euros (272.000€), além do que já há bocado referi), e a Derrama, que será menos oitenta e nove mil euros (89.000€), e trará um efeito negativo, em parte mitigado pelo previsto crescimento da receita proveniente do IMT, e também do Imposto Único de Circulação, que são cento e cinquenta e cinco mil euros (155.000€) mais cinquenta e oito mil euros (58.000€) de IUC.

Na receita de capital, prevê-se uma variação de mais onze vírgula cinco por cento (11,5%), traduzida em mais quatrocentos e noventa e nove mil euros (499.000€) e sustentada no agregado das transferências de capital, com um peso de dezassete vírgula três por cento (17,3%) na receita total, sendo a única componente materialmente relevante da receita de capital. Esta variação positiva na receita de capital é justificada pelo aumento da verba do FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, e na componente de capital prevista também na Lei do Orçamento de Estado de 2019, e pelo aumento da receita arrecadada em projetos de investimento participados por fundos comunitários, de que são maior exemplo as ações previstas no Plano de Ação de Regeneração Urbana, que são cinco milhões de euros (5.000.000€).

Em relação à despesa, a despesa corrente mantém uma estrutura idêntica à prevista para 2018, salientando-se a despesa com pessoal e a despesa com a aquisição de bens e serviços, que representam, no seu conjunto, quarenta e nove vírgula três por cento (49,3%) de toda a despesa total. As despesas correntes incluem as despesas com pessoal, a aquisição de bens e serviços, as transferências correntes, os subsídios, os juros e os encargos e outras despesas correntes.



Do lado da despesa de capital, mantém-se a vontade do Executivo Municipal em continuar a apoiar os investimentos de todas as Juntas de Freguesia e das entidades sem fins lucrativos, pese embora esta vontade esteja também sempre limitada e condicionada à evolução do serviço da dívida e às variações dos montantes das transferências provenientes do Estado, definidos em Orçamento Geral de Estado.

Em 2019, a aquisição de bens de capital, e que se reflete diretamente no investimento direto definido no PPI, estima-se em oito vírgula oito milhões de euros (8.800.000€), valor que será substancialmente aumentado no início do próximo ano, com a inclusão da parte do saldo de gerência da execução orçamental de 2018.

Em relação às Grandes Opções do Plano, são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia, e incluem estas linhas o Plano Plurianual de Investimentos e as atividades mais relevantes da gestão autárquica, absorvendo não só despesas de capital, como também despesas correntes. O valor global definido das GOP (Grandes Opções do Plano) apresentadas para 2019 supera os dezasseis milhões de euros (16.000.000€), dos quais oito vírgula sete (8.700.000€) dizem respeito ao PPI, e sete vírgula três (7.300.000€) refletem-se no conjunto de ações identificadas como ações relevantes. De referir que na comparabilidade das dotações das diferentes rubricas do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, não se poderá deixar de fazer sempre referência às medidas de diminuição da dotação previsível por diferimento de parte da despesa que fica consignada a uma parte do saldo de gerência do ano de 2018. Estas medidas foram estrategicamente definidas de forma a não prejudicar o nível de desempenho do município nas competências essenciais inerentes ao normal desenvolvimento da atividade autárquica.

Caros Marcoenses, caros deputados:

Este é um Orçamento que reflete, como podem verificar, muitos dos compromissos para este mandato deste Executivo. Quisemos copiar – eu digo copiar, porque foi o que nós fizemos – do nosso programa eleitoral e colocar aqui, colando aquilo que foram os compromissos que assumimos na campanha eleitoral. E por isso, no ano de 2018 e 2019, temos já alguns dos compromissos, os quais nos orgulhamos de cumprir, os de 2018, e aqueles que queremos cumprir em 2019. Mas, a proposta política que acompanha este Orçamento e que explana medidas que se refletirão nas Grandes Opções do Plano do próximo triénio 2019-21, foram propositadamente detalhadas para serem claras e objetivamente assentes no programa eleitoral do Partido mais votado nas últimas eleições autárquicas. Com o Partido Socialista, palavra dada será palavra honrada.

E por isso, eu queria falar apenas, não de todas, mas de algumas das GOP, das Grandes Opções, e também de algumas medidas relevantes que estamos já a levar a cabo no ano de 2018, mas sobretudo aquelas a que vamos dar continuidade no ano de 2019.

Nas políticas sociais de saúde e educação, destacamos, por exemplo, no apoio à terceira idade – e depois podem ter oportunidade de ler no preâmbulo do Orçamento, fizemos questão de aí colocar o programa eleitoral do Partido Socialista – tínhamo-nos comprometido a ajudar o fomento da capacidade de resposta da rede das instituições sociais nas respostas à terceira idade, centros de convívio, lares, centros de dia e serviço de apoio domiciliário. Em relação a



este assunto, no ano de 2018 já fizemos duas candidaturas à Comunidade Intermunicipal, uma para o Centro Social de Favões, e outra para o Centro Social de S. Martinho de Soalhães. Estamos a planear para o ano de 2019, na área da infância e juventude, porque também nos comprometemos que iríamos avançar com a concretização de creches para melhorar as respostas às famílias, vamos avançar – pelo menos estão a ser estudadas e vão ser realizados os projetos para duas creches, uma em Vila Boa do Bispo, e outra no Marco. Também nos comprometemos que íamos melhorar as respostas dos jardins de infância das escolas básicas, possibilitando que as crianças ficassem na escola ou no JI nas interrupções letivas e nas férias – já o fizemos este ano, e vamos continuar a fazê-lo no próximo ano. Queria também dizer que vamos também, no apoio às famílias, agilizar a atribuição dos apoios do Fundo de Emergência Social. Temos neste momento cinco apoios económicos – porque o regulamento é, diria eu, bastante restritivo, e por isso, temos apenas cinco famílias que conseguiram o apoio do Fundo de Emergência Social, estamos a falar em cerca de dois mil e oitocentos euros (2.800€).

Em relação ainda a outra vertente que agora, de facto, integramos neste Orçamento de 2019, que são as obras, ainda dentro do Fundo de Emergência Social, temos estes processos avaliados, que são seis apoios para obras, em treze mil euros (13.000€), mas temos os treze mil euros (13.000€) avaliados se forem por administração direta, que ainda é uma situação que vamos avaliar, se são por administração direta ou por empreitada, e a empreitada, teremos que ter logicamente o IVA. Mas, vamos também agilizar a atribuição destes apoios do Fundo de Emergência Social.

Iremos também criar, em parceria com uma instituição de solidariedade social, uma unidade de apoio a vítimas de violência doméstica e outras situações de risco, em 2019 será uma realidade, vamos cumpri-la. Apoiaremos o aumento da capacidade de respostas na área da deficiência, um trabalho de efetiva parceria com a CERCIMARCO, vamos reunir esta semana com o grupo de trabalho da rede social para apresentar esta proposta.

Na habitação social, pretendemos implementar o Marco Habita Social, com o objetivo de a médio prazo converter as nossas escolas devolutas em habitação social, podendo assim integrar nas freguesias que cumpram com os requisitos regulamentares para ter acesso a uma habitação social. Já enumerámos estas escolas, já as identificámos, já as avaliámos, estamos neste momento a fazer os projetos, e depois, de facto, teremos que também fazer as estimativas orçamentais.

Na área da saúde, iremos levar a cabo a construção do Plano Municipal de Saúde, num trabalho de estreita parceria com as entidades com responsabilidade na área da saúde, e em concreto num trabalho mais colaborativo com o ACES, equipa de saúde pública e os Agrupamentos de Escolas, que é o que estamos a fazer já. Iremos também desenvolver a resposta ao nível da medicina dentária, de acordo com o programa do Governo, para todos os Marcoenses, a partir do segundo trimestre de 2019.

Na educação, temos o projeto de sucesso escolar “#sucessoescolar”. Pretendemos implementar um conjunto de ações definidas pelo município e que são complementadas pelas previstas para o Concelho do Marco de Canaveses no chamado Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar do Tâmega e Sousa. Neste momento, já contratámos sete técnicos, uma equipa multidisciplinar que está em funções na Câmara Municipal desde o início deste mês de



novembro, e que, além de muitas outras iniciativas, desde orientação vocacional, projeto “Sagaz”, mostra da qualificação, o projeto “É a escola para onde eu vou”, os Jovens “Nem-Nem”, a aquisição de novos recursos didáticos, as salas do futuro, etc. São tudo medidas para o combate ao insucesso escolar que queremos levar a cabo com esta equipa durante os próximos três anos.

No ano letivo de 2018, além do inglês e da educação física, as nossas crianças já têm, no 1.º ciclo, uma nova atividade, de música, dança e outras expressões. Foi também um compromisso que assumimos com o eleitorado, com os Marcoenses, e por isso, com a parceria que levámos a cabo com a Artâmega e a Associação de Pais, vamos potenciar o desenvolvimento de outras competências artísticas nas nossas crianças do 1.º ciclo do ensino básico.

No desporto, queria ainda referir a introdução da canoagem como nova atividade física no 2.º e 3.º ciclos, e a continuação do investimento nas aulas de educação física no 1.º ciclo do ensino básico. Continuaremos a trabalhar em conjunto com as escolas, de forma a colmatar as lacunas existentes no apoio às crianças com necessidades educativas especiais, bem como ajuda às respetivas famílias. Está para muito breve concluído o concurso que abrimos para sete assistentes técnicas com formação específica em necessidades educativas especiais, para apoiar estas crianças. É também uma medida que já tomámos e estamos, no fundo, a cumprir.

Paralelamente a este projeto decorrerá um intenso programa de melhoramento das condições de conforto das nossas escolas, com obras de apetrechamento das mesmas, nomeadamente com novo mobiliário. Algumas delas foram intervencionadas na interrupção letiva, nas grandes férias do verão, outras vão ser agora durante o período de férias letivas do inverno, do natal, e ao longo do ano letivo algumas vão sofrer também algum apetrechamento.

Queria dar conta de que temos uma candidatura, como sabem, para a eficiência energética, para dez intervenções nos estabelecimentos de ensino ao nível das coberturas, dos revestimentos e do isolamento térmico. Infelizmente, há um longo caminho a percorrer, ainda existem no concelho muitas escolas com muitas necessidades. Não conseguimos em um ano, nem em dois, mas estou certa de que vamos melhorar muito, mas muito, as condições de educação no concelho, com estas obras que vamos levar a cabo nas nossas escolas.

Na área do empreendedorismo, emprego e desenvolvimento económico, destacamos para o ano de 2019 um serviço de apoio especializado, designado por “Marco Investe”. Este gabinete servirá investidores, empresários ou outros profissionais, de forma a impulsionar a captação de investimentos e a promover o empreendedorismo, e apoiar também a economia local, o comércio tradicional, o turismo e a inovação na região. Queremos também potenciar o aparecimento, a afirmação e o desenvolvimento de novas áreas de acolhimento empresarial, já o estamos a fazer, como já há bocado tive oportunidade de referir, a nova área de acolhimento empresarial de Constance, estamos já a trabalhar nela, já temos projetos, temos concertado estes projetos com a Infraestruturas de Portugal, e estamos também neste momento a levar a cabo – vai iniciar na próxima quarta-feira – a expansão da área empresarial de Tuías, mais concretamente a pavimentação da via estruturante, a designada Maria Gil, com cerca de cento e trinta mil euros (130.000€) para dar condições a algumas empresas para se fixarem nesta área de expansão empresarial. Queremos também nesta área empresarial de Tuías aumentar o espaço disponível para acolhimento de empresas, e por isso requalificar os espaços já



existentes, valorizando os acessos e dotando-a de melhores condições para quem aí se fixou. Queremos contribuir para a promoção nacional e internacional do setor da extração e transformação da pedra, constituindo um setor relevante da economia do concelho. Cumpre ao município ser um parceiro inultrapassável do seu desenvolvimento, apostando em tornar a Bial da Pedra num evento como ele é, num verdadeiro evento profissional.

Paralelamente, estamos também a apoiar esta indústria, a desenvolver esforços e a resolver alguns dos problemas com que se confrontam estas empresas, designadamente a eliminação de lamas e depósitos de inertes, também articulando com as entidades públicas competentes e as associações empresariais do setor, estamos a envidar esforços para tornar possível a utilização dos combustíveis coloridos em veículos não matriculados em uso nestas empresas. Queremos também potenciar uma rede de mentores e embaixadores no Marco de Canaveses – aliás, já estamos a trabalhar nesta rede – selecionando profissionais de sucesso nas suas áreas de intervenção, e que vão certamente, com as suas melhores práticas, fomentar programas de formação e mentoria a todos os jovens que queiram iniciar novos projetos.

Para a promoção do concelho, iremos também criar uma marca – há bocado já tive oportunidade de vos dizer, que é um logotipo e demais elementos da identidade do concelho, que no fundo são representativos da identidade do Marco de Canaveses e dos Marcoenses, e com esta marca apostar na promoção e internacionalização das nossas empresas e dos produtos locais, principalmente o vinho verde, a indústria do granito e dos têxteis. Esta marca, em princípio, estará pronta ainda este ano de 2018.

Na área do ambiente e urbanismo, permitam-me destacar, de facto, algumas das questões que estamos a levar a cabo. Vamos, por exemplo, construir WC's, casas de banho nos parques de lazer – neste caso em concreto, no Parque de Lazer do Tâmega e no Parque de Lazer de Alpendorada. Dizer que em relação ao Parque de Lazer do Tâmega, a APA – Agência Portuguesa do Ambiente deu-nos um parecer desfavorável àquele que foi o projeto que queríamos implementar em Sobretâmega. Felizmente, na semana passada reunimos com a APA e conseguimos ultrapassar esse obstáculo, e por isso conseguimos arranjar aqui uma solução para que, dentro em breve, também tenhamos em Sobretâmega aquelas casas de banho que há muito ambiciona a população, e principalmente aquelas pessoas que usam o Parque Fluvial do Tâmega. Queria dizer que esta solução vai ser também replicada no Parque de Lazer de Alpendorada, onde também, efetivamente, temos consciência de que é necessário e urgente construir umas casas de banho de apoio a este parque.

Queremos também tornar o espaço urbano edificado acessível para todos, criando acessibilidades universais no espaço público, nos edifícios, jardins e praças. É um trabalho que também estamos a fazer em parceria com o nosso Provedor da Deficiência, para pessoas com mobilidade reduzida. Queremos também aumentar o estacionamento público nas zonas de maior afluência do centro da cidade, já avançamos com um estudo com os nossos técnicos, até ao final deste ano temos esta proposta para apresentar, vamos discuti-la com os comerciantes e com alguns a quem dizem respeito sobretudo estes estacionamentos, junto das áreas comerciais. E estamos também a ultimar uma solução para o piso da obra que temos hoje na cidade, e ainda só não avançamos com ela porque temos uma solução A, mas queremos ter uma solução B, porque, efetivamente, a solução A não é tão abrangente como aquilo que gostaríamos para resolver o problema desta obra, que foi a requalificação da cidade, não só a



questão do piso, mas uma ou outra situação. E por isso, estamos a ultimar a solução B – a solução A, já a temos, estamos a ultimar a solução B, para que depois possamos escolher aquela que vai de encontro aos interesses da população do Marco, e sobretudo dos comerciantes, e aqueles que aqui têm a sua unidade de investimento.

Queremos também melhorar o acesso à Praia de Bitetos e promover a criação de um novo acesso. Já realizámos aquilo que nós designamos por um estudo prévio, já sabemos o que queremos fazer em Bitetos, agora só precisamos, de facto, de concretizar este projeto de arquitetura e as devidas especialidades. Vai ser também enquadrado aqui em Bitetos o projeto da Arq.^a Carla Juaçaba, que cá esteve na Bienal, e que vai ter estes dois anos para poder projetar uma obra sua, que sabemos nós, e estou convicta de que isso vai acontecer, que vai ser também um elemento que vai trazer muita gente ainda a visitar a Praia de Bitetos, ou Bitetos, em termos de arquitetura, ou seja, com algum gosto pela arquitetura.

Queremos também requalificar a margem do Douro para uso de lazer, estamos também agora a iniciar o estudo prévio na marginal junto ao Rio Douro, em Paços de Gaiolo – aliás, como sabem, a maior parte dos clientes do Hotel do Douro Valley utilizam aquela marginal para fazerem passeios a pé, e estamos agora a começar o estudo prévio para requalificar essa margem do Douro também.

Também estamos agora com um procedimento concursal para o serviço de topografia, para fazermos o levantamento topográfico para a ecovia, que liga Alpendorada, Bem Viver e Vila Boa do Bispo, e também estamos agora, como há bocado também já pude dar nota à Assembleia Municipal, a ultimar alguns dos elementos para consolidarmos o projeto da Praia da Pontinha, que é um projeto que vai valorizar localmente esta paisagem, esta freguesia, mas sobretudo que vai também potenciar o concelho com esta praia.

No turismo e desportos náuticos, também não podia deixar de referir aqui o Cais de Bitetos e Torrão, que terão um aproveitamento estratégico no âmbito turístico, temos que captar e saber captar ainda mais os milhares de turistas que navegam no Douro para visitar e ficar no Marco. Os desportos náuticos serão uma importante aposta para o Douro, e também para o Tâmega, cuja Albufeira da Barragem do Torrão e o espelho de água de Canaveses são ótimos exemplos que estamos a intervencionar. Já falei aqui na Praia de Bitetos, já falei na Praia da Pontinha, estamos agora em algumas conversações com a APA para podermos delinear um corredor no Tâmega para que seja possível aí também haver a navegabilidade de barcos de recreio, e que alguns dos agentes turísticos possam aí também ter os barcos de recreio no Rio Tâmega.

No desporto e juventude, permitam-me realçar o apoio aos clubes e associações com formação ao nível das camadas jovens, para que adquiram o gosto pela prática desportiva saudável. Aumentámos já este ano de 2018 as participações financeiras para a formação desportiva, já o fizemos no ano de 2018, e estamos agora também a procurar alterar algumas fórmulas de cálculo para o ano de 2019, e vamos continuar o apoio aos clubes e associações na participação em provas ou competições de desporto federado e não federado. Vamos também fazer uma aposta na promoção e apoio de modalidades velocípedes, como o BTT e o cicloturismo, que têm no Marco de Canaveses um significativo número de participantes, e temos algumas freguesias que têm condições extraordinárias para esta prática. Vamos também apoiar a realização de eventos de desporto motorizado, de carácter regional, nacional e mundial, como forma de



potenciar o território Marcoense, nos seus rios e nas suas serras. Já o fizemos este ano, com o Rally Raid, vamos ter em 2019 o Nacional de Moto Enduro, e em 2020 o Mundial de Enduro no Marco de Canaveses. E queria também dizer que este ano também tivemos a Copa Ibérica, vai-se repetir a Copa Ibérica de Jet-Ski no ano de 2019, e temos interesse, e já o fizemos chegar à Federação, num campeonato europeu, em 2020, de Jet-Ski, da Copa Ibérica.

E meus caros deputados municipais, Marcoenses que me ouvem, creio que já aqui deixei ficar algumas daquelas que são as nossas pretensões, algumas das coisas que já estamos a fazer, e outras que queremos levar a cabo no ano de 2019. Este projeto é um projeto para este mandato, embora aí estejam só salientadas algumas das obras para 2019, mas queria dizer que, de facto, há aqui uma mensagem clara do investimento que queremos levar a cabo no município, que já estamos a levar a cabo, para fazer do Marco uma terra melhor, com maior qualidade de vida para as famílias Marcoenses, uma terra mais atrativa, mais bonita, potenciando os diversos recursos, e bons, que temos no Marco de Canaveses.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente. Quem se inscreve para falar sobre este ponto da ordem de trabalhos? Eu pedia a vossa atenção para a leitura que o 1.º Secretário irá fazer.

--- Bruno de Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Ora, então, estão inscritos os Srs. Deputados José Fernando Barbosa, o Sr. Deputado, Dr. Monteiro da Rocha, o Sr. Deputado António Monteiro, Sr. Deputado Nelson Toni Coelho, Sr. Deputado Celso Santana, Sr. Deputado Luís Vales, Sr. Deputado Miguel Carneiro, e o Sr. Deputado Nuno Pinto.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Damos a palavra, então, ao Sr. Deputado José Fernando.

--- José Fernando Barbosa (Presidente J.F. Tabuado, PS) ---

Ora, Sr. Presidente, eu pedia a dispensa dos habituais cumprimentos.

E o motivo da minha intervenção prende-se com um facto que é transversal a todas as freguesias, e que este documento que estamos agora a analisar é espelho disso. Está na mente de cada um de nós a necessidade emergente de extensão de uma rede de saneamento e água no Concelho de Marco de Canaveses. Todos sabemos que esta é uma preocupação que afeta também, de um modo especial, este Executivo Camarário, que assumiu o compromisso de resolver um problema que se arrasta há anos, e que tem um grande impacto na qualidade de vida da população Marcoense. Em Tabuado, ainda há carência de água, mas principalmente de saneamento, e este assunto tem movimentado as pessoas, que dão conta desta preocupação à Sra. Presidente aquando do seu atendimento aos munícipes, mensalmente.

Ora, se é dever da Junta de Freguesia zelar pelo bem-estar das suas gentes, pretendo com esta intervenção reforçar o interesse dos Tabuadenses em particular. Depois de analisar este Orçamento, é com agrado que tomei conhecimento que o mesmo contempla uma obra há muito reivindicada pelo meu Executivo para Tabuado, ou seja, a extensão de rede de saneamento à



Rua Gonçalo de Barros, Rua da Vindima, e consequentemente à Rua Joaquim Teixeira e Rua da Freita, na Freguesia do Marco. Esta intervenção a nível de saneamento e águas pluviais na Rua Gonçalo de Barros é extremamente urgente, sendo colocada como uma das prioridades para o mandato do meu Executivo. Claro está que esta problemática só está completamente sanada aquando da resolução da ETAR de Ponte das Tábuas, já antiga, para uma nova ETAR, ou nova geração, obra essa também contemplada para o Orçamento de 2019, resolvendo assim um problema de saúde pública, de poluição, que como todos nós sabemos, esta ETAR já está desatualizada, e praticamente está a vazar para o rio a céu aberto, pondo em causa o próprio ecossistema do rio.

Embora este Orçamento vá de encontro ao compromisso assumido pelo Executivo Camarário no que diz respeito ao saneamento, apelo à Sra. Presidente que assuma hoje aqui o compromisso com os Tabuadenses que esta obra será concluída em 2019.

Pedia ainda à Sra. Presidente que neste Orçamento – e eu penso que será por uma causa que toda esta sala deva abraçar, já aqui votámos um voto de louvor a uma pessoa que já presidiu a Câmara Municipal, Dr. Amadeu Marramaque, e julgo que seria justo fazermos uma homenagem digna à pessoa. Como todos sabem, ele é de Tabuado, e eu propunha à Sra. Presidente que se pensasse – será uma proposta que eu também vou levar à minha Assembleia de Freguesia, à próxima Assembleia – uma homenagem à pessoa. E eu propunha um busto em bronze, ou em granito, num dos sítios mais emblemáticos da freguesia, que é o Largo das Capelas, e até – por que não? – trocamos o nome com o nome do Dr. Amadeu Marramaque, e ao mesmo tempo aproveitar esta homenagem e dignificar ainda mais o espaço com uma intervenção urbana naquele local. Portanto, pedia à Sra. Presidente que pensasse neste assunto, acho que era importante e uma homenagem justa para a pessoa que foi o Dr. Amadeu Marramaque, para Tabuado e para o Marco.

E como esta é a minha última intervenção, vou fazer também um convite aqui a toda esta Assembleia: no próximo dia 30, uma personalidade do nosso concelho, também de Tabuado, conhecido por Raúl Minh'alma, vai fazer a apresentação do seu último trabalho, no Olival da Cabana. Portanto, estão todos convidados, Tabuado sabe receber, e serão todos bem recebidos.

Boa noite.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Damos de seguida a palavra ao Sr. Deputado Monteiro da Rocha.

--- Joaquim Monteiro da Rocha (CDS-PP) ---

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, caros Marcoenses:

Venho aqui trazer algumas considerações sobre as Grandes Opções do Plano, são quatro essencialmente, e começo pela primeira, que é esta: nas Grandes Opções do Plano prevê-se aqui, sob o título “Marco Habita Social”, a passagem das escolas desativadas para habitação social. O fim é naturalmente bom, mas muito sinceramente, não me parece que seja a melhor solução. As escolas foram construídas para fins públicos gerais de educação e cultura, e acho



que nessa esfera se devem manter, mesmo quando deixem de ser utilizadas para esse fim específico de escola, mas manter-se dentro dessa esfera, como por exemplo, para sedes das associações, para bibliotecas, etc., mantendo-se dentro do espírito público. São edifícios a que as pessoas estão afetivamente ligadas porque lá estudaram, ou estudaram os filhos, ou os pais, e que são em relação a muitos a sua principal ou única referência cultural que se apagará se o edifício passar a ser uma simples habitação. O dinheiro que se despenderia na reestruturação das escolas para habitação social poderá ser utilizado em construção de raiz para habitação social. Além disso, nada nos garante que esta onda de escolas concentradas, em prejuízo da pequena escola do lugar e da freguesia, em que as crianças não têm que fazer grandes deslocamentos e estão perto e sob o olho das famílias, nada nos garante que não passe essa onda e se volte ao anterior modelo, valorizando a pequena escola, onde as crianças gozam da proximidade e não têm o desgaste da deslocação. Essa onda também passou nas esquadras, nas grandes esquadras, abandonou-se a esquadra de bairro, e depois as pessoas e as populações começaram a sentir-se indefesas, e começa a crítica a isso, e começam outra vez a pedir a esquadra de bairro. Não será que se vai passar o mesmo com as nossas escolas? É uma ideia que deixo, porque julgo que o que nasce público, com toda a franqueza, público deve continuar, na nossa opinião.

A segunda questão é esta, e é só um problema de esclarecimento: fala-se aqui em sensibilizar o Governo e demais entidades públicas para a criação do nó de ligação da A4 em Marco de Canaveses, bem como o IC35. Eu não sei se é sensibilizar o Governo para a construção do IC35, ou se é sensibilizar o Governo para que o IC35 tenha um nó que sirva diretamente Alpendorada. Era isso que gostaria que me fosse efetivamente esclarecido. Seja uma coisa, ou seja outra, acho as duas boas, mas eu queria saber aquilo que está na mente aqui da GOP.

Outro problema sobre o qual falo aparece aqui, a determinada altura, no eixo 03, Ambiente, Urbanismo e Espaço Público, a requalificação das áreas centrais das freguesias. Acho bem, mas eu queria acrescentar aqui uma coisa: há necessidade, que nós temos neste concelho, de preservar os lugares antigos, as aldeias típicas, que valem não por edifícios individuais, mas pelo conjunto desses lugares como formas de vivência histórica das nossas populações. E no nosso concelho, nós, infelizmente, valorizamos pouco isso, e as pessoas, muitas vezes, um lugar estruturado, um lugar bonito, antigo, que podia ser reabilitado, lá vem um “chico esperto” espetar ali um mamarracho que estraga efetivamente tudo. Meus senhores, é preciso que isto comece a ser posto nas políticas municipais, para que isto efetivamente não aconteça. Eu dou-vos um exemplo que vocês conhecem muito bem: como sabem, a parte histórica do Porto esteve abandonada, aquilo esteve desprezado, estava tudo a cair, volta e meia lá se construía um mamarracho ao pé daqueles prédios antigos, mas agora recuperou-se aquilo tudo, e aquilo está a dar, efetivamente, muito dinheiro. À nossa escala, esses nossos lugares que ainda temos por aí espalhados, que ainda estão mais ou menos intactos, se forem preservados, podem ser uma galinha de ouro para o nosso turismo. Eu lembro só um exemplo – podia dar muitos: lembram-se do Lugar de Quintandona, que esteve para lá abandonado, antigo, ninguém lhe mexeu, e ao fim e ao cabo, vieram a descobrir aquilo intacto, e hoje é uma atração que efetivamente há.

Outro ponto que eu queria falar, requalificação da margem do Douro para uso de lazer, turismo e desportos náuticos, com uma incidência sobre o Cais de Bitetos e do Torrão. Não tenho nada contra, mas queria acrescentar o seguinte: nomeadamente no Douro, julgo que não podemos olhar apenas para os grandes Cais de Bitetos e do Torrão, e não podemos esquecer os



pequenos cais que existiam, portos, eram as barcas. Em Alpendorada havia a Barca de Fontelas, que era importantíssima, que era uma ligação romana do Couto, passavam o rio, atravessavam pelo Convento de Alpendorada e seguiam por ali acima, para Magrelos, e prosseguia. Era uma estrada romana, que criminosamente foi cortada em Alpendorada por uma pedreira. Alpendorada tem sido negligente com o seu porto típico, que é Fontelas. Era de o reabilitar. Mas, não é só esse; temos a Barca da Seara também, que são barcas de travessia, mas simultaneamente portos que eram portos fluviais. Mas, temos o Vimieiro, em Sande, há também outro em Penha Longa, que era a Barca da Barbeira, e há outros. Portanto, pensar também nestes pequenos cais que, realmente, são importantes, e reabilitar, no fundo, as barcas, não propriamente para aquele atravessamento antigo, que as pessoas passavam a pé, mas para pequenos portos, até, efetivamente, de turismo.

E creio que os pontos que eu tinha falado eram estes, que deixo à consideração. Naturalmente, não pretendo que as pessoas tenham as ideias que eu aqui defendi, mas também devem reconhecer o direito que eu tenho de as expor. Eram estas coisas que deixava à consideração da Sra. Presidente e da Assembleia Municipal.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Monteiro.

--- António Monteiro (Presidente J.F. Soalhães, PS) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sra. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, caros colegas Presidentes de Junta, respeitado público, comunicação social, a todos muito boa noite.

Hoje, a minha vinda aqui é para dar um agradecimento especial à Sra. Presidente por finalmente pôr a concurso a futura obra da construção da sede da Junta de Freguesia. Para nós, Soalhenses, e para mim em especial, que sou o atual Presidente de Junta, é um orgulho ver que realmente vai ser uma realidade. Era uma obra já almejada há muitos anos, já do anterior Executivo, enquanto a Sra. Presidente como Presidente de Junta, que infelizmente o anterior Executivo não quis levar a cabo, ou não teve pretensão disso, mas que, felizmente, este atual Executivo já o lançou neste novo Orçamento para 2019, e eu espero que em 2019 possamos fazer a inauguração da mesma. Portanto, muito obrigado, Sra. Presidente, por esta grande obra que vai ser feita em Soalhães.

Também queria aproveitar, não tem a ver com o Orçamento, mas também aproveitar para agradecer o início de uma obra, que é o alargamento da Rua do Coqueludo, em Lardosa. Também é uma obra que já estava pedida há não sei quantos anos atrás, que infelizmente o anterior Executivo, mais uma vez, não conseguiu chegar a acordo com o proprietário da Casa da Volta, e que o novo Executivo, em apenas um ano, consegue chegar a acordo com o proprietário, consegue lançar a obra, e consegue pôr a obra em execução. Portanto, isto é que é empenho deste novo Executivo. Muito obrigado. E também deixar um agradecimento especial ao Dr. Morgado por ceder o terreno para benefício da freguesia.

Muito obrigado. Boa noite.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Damos a palavra de seguida ao Sr. Deputado Nelson Toni.

--- Nelson Coelho (Presidente J.F. Santo Isidoro e Livração, PS) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sra. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, estimado público, comunicação social:

O Marco está a mudar, e de facto, está a avançar. Permitam-me que nesta primeira intervenção nesta Câmara realce a mudança de paradigma no que toca às opções de investimento, destacando o forte investimento na educação e na valorização da cultura. Realça-se o investimento que se prevê no melhoramento das condições de conforto e conseqüentemente de ensino das nossas escolas, adaptando-as às necessidades de uma sociedade cada vez mais atenta e exigente. No que respeita à cultura, este é também um Orçamento diferenciador, permitindo-nos olhar com esperança para um futuro que afirme, de facto, o Marco de Canaveses na cultura. Aqui não me refiro apenas ao investimento no edificado, como são exemplo as obras do velho Cineteatro Alameda ou a renovação do Museu Cármen Miranda, mas sim às políticas culturais, e aqui realçando – e já realçado pela Sra. Presidente de Câmara – as apostas no teatro e na música.

Contudo, não posso deixar de me referir às obras – e aqui, permitam-me que destaque a opção deste Executivo em levar a cabo neste próximo ano a segunda fase do arranjo urbanístico da zona envolvente à Igreja de Santo Isidoro, monumento nacional integrado na Rota do Românico. Não se tratando esta de uma obra de investimento direto num equipamento cultural, trará sem dúvida outra dignidade a um ponto de interesse turístico e cultural do nosso concelho, bem como ao melhoramento das condições das atividades que se desenvolvem, e outras que certamente se virão a desenvolver naquele centro cívico da freguesia.

Como comecei por dizer, o Marco de Canaveses está a mudar, e isso também se nota, olhando de uma forma mais global para o Orçamento, na distribuição geográfica do investimento. Finalmente, a margem direita começa a ser lembrada, não se resumindo apenas a rubricas abertas que se perpetuam no tempo.

Muito boa noite a todos.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Deputado Celso Santana, por favor.

--- Celso Santana (Presidente J.F. Marco, PS) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Secretário, Sra. Secretária, Sra. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, caros colegas Presidentes de Junta, comunicação social e público lá em casa que assiste a esta Assembleia:

Falar sobre este Orçamento, sobre este ponto, o preâmbulo deste Orçamento, sabemos que é para o mandato, mas o mandato está aí, o final do mandato está já aí, já passou um ano, só temos mais três anos pela frente, ou mais dois anos para podermos trabalhar a sério. Tudo o que está neste Orçamento, estamos ansiosos por isso, e está já aí.



Não me querendo desviar daquilo que é o ponto das Grandes Opções do Plano e Orçamento, eu tenho que frisar aqui uma das situações que foi hoje aqui falada, e também vai ao encontro daquilo que está neste Orçamento. Neste Orçamento estão as transferências para as freguesias, e daí a assinatura dos contratos de delegação de competências e acordos de execução. E nesses acordos de execução, contempla a verba com que as Juntas de Freguesia devem fazer a manutenção dos espaços envolventes dos edifícios. O edifício da antiga sede da Junta de S. Nicolau é da responsabilidade da Junta de Freguesia do Marco – é um edifício da Câmara Municipal, mas é da responsabilidade da Junta de Freguesia do Marco. Aquilo que foi aqui dito, e a preocupação de um deputado da Freguesia do Marco também, o edifício não está ao abandono, a Junta de Freguesia do Marco tem um plano de trabalho, e fizemos a limpeza da zona envolvente, em volta de todo o edifício há uma limpeza, nesse dia acabou a limpeza às quatro e meia (16h30), como é óbvio os funcionários foram embora, e ficou única e simplesmente junto ao edifício por fazer a limpeza nesta última passagem, porque passámos lá já várias vezes. Como nós temos um plano de trabalho, está mencionada no nosso plano de trabalho a intervenção de limpeza muito proximamente, daqui a dias. Só para dar nota de que o edifício não está abandonado, em volta do edifício está tudo limpo, essas célebres silvas, realmente elas crescem muito rápido, não haja dúvida de que elas são quase como o tempo, passa rápido, e as silvas crescem também muito rápido. E nós que o digamos, porque sabemos perfeitamente quantas vezes somos obrigados a fazer a manutenção de limpeza das nossas freguesias.

Durante doze anos, a Sra. Presidente da Câmara, como autarca e Presidente de Junta de Freguesia, lutou em defesa dos interesses dos munícipes, e não foi em vão. Hoje, como Presidente de Câmara, reflete-se neste Orçamento, que será sem dúvida o Orçamento de todos os Marcoenses – já era no passado, e hoje nós sabemos perfeitamente que este Orçamento vem ao encontro daquilo que foi o anseio, durante muitos anos, da nossa população.

Falando do Plano de Ação da Regeneração Urbana da cidade, que são as obras do PARU que dizem respeito à Freguesia do Marco, nós sabemos que no passado houve erros que se cometeram, e que vamos ter que retificar no futuro. Respeitamos o passado, sim senhor, mas é o futuro que se aproxima, é no futuro que nós temos que pensar. Sem dúvida, o projeto que já foi apresentado, já há algum tempo, aqui no Auditório Municipal, onde estiveram presentes arquitetos e engenheiros do concelho, vai assear o centro da cidade, a freguesia a que eu presido, e que muito me orgulho, e sabemos também que por essa altura, vai haver muitas vozes que se vão insurgir contra os trabalhos, porque isto vai criar aqui uma certa dificuldade na mobilidade e na movimentação das pessoas dentro da Freguesia do Marco, principalmente junto às escolas, mas isso, no futuro, será tudo compensado, as pessoas terão melhores condições de vida, terão oportunidade de automóveis e peões circularem todos ao mesmo tempo com maior segurança, a cidade ficará mais atrativa, e é isso que nós queremos, é isso que nos foi apresentado, e acho que este investimento nestas obras do PARU realmente vai dar uma alma viva, uma nova alma ao centro da cidade do Marco e à freguesia à qual presido.

Gostaria também de falar aqui, e que está explanado neste Orçamento, no investimento por parte do Executivo, a intenção do Orçamento – que como eu disse, será para o mandato, mas que está já aí também – as obras que vão fazer de requalificação e regeneração da zona industrial 1 do Marco, mais propriamente em Tuías, já com a pavimentação da obra de Maria Gil



e António Moreira – aquela rua é dividida em duas, faz parte da antiga Freguesia de Tuías e da antiga Freguesia de Rio de Galinhas – que dará melhores condições para os empresários que quiserem investir naquela área, expandir esta zona, porque a nós também, Freguesia do Marco, interessa-nos que a freguesia seja o motor da economia local, e é para isso que temos que criar condições, para sermos uma freguesia e um concelho empreendedor, chamar o investimento para assim podermos criar postos de trabalho, que bem são precisos para o Marco de Canaveses, porque aquilo que são os dados contrariam um bocadinho a estatística a nível nacional do desemprego. Trazer empresários para o Marco de Canaveses, dar-lhes condições, é isso que está na ideia deste Executivo, e muito bem, criar condições para que eles se possam instalar no nosso concelho.

Sabemos também que já se falou aqui de obras de proximidade; mais uma vez, está neste Orçamento o valor que será atribuído às Juntas de Freguesia nas obras de proximidade. Eu, como Presidente de Junta de Freguesia do Marco, posso dizer-vos que intervimos em todas as obras que foram indicadas pelo Executivo da Junta de Freguesia, estão a ser executadas a bom ritmo, tenho muitas delas que já foram finalizadas, acompanhei todos os dias, tive oportunidade de visitá-las juntamente com o Sr. Vereador, e tenho tido, juntamente comigo – eu não sou técnico, mas o meu parecer tem sido sempre levado em consideração. O Eng.º Vítor Pires tem-me acompanhado, tem desempenhado um trabalho fabuloso, espetacular, tem sido uma pessoa compreensiva, e temos chegado a um acordo com todos os proprietários. E há uma coisa que nós gostamos antes de acabar a obra, de dar a obra por terminada, falar com as pessoas por onde passamos nas entradas – porque, por vezes, há um incómodo porque as entradas sofrem uma ligeira alteração – temos ido ao encontro das pessoas, falar com as pessoas, se ficam satisfeitas, se querem que altere mais alguma coisa para que a obra seja concluída na plenitude e que as pessoas fiquem realmente satisfeitas com a obra, porque muitas das vezes abandonamos, acabamos a obra, damos por concluída, e no fundo, não é aquilo que vai ao encontro das necessidades das pessoas. Por isso, tenho tido acompanhamento, tenho estado no terreno, e essas obras têm sido concretizadas. E nós sabemos – e como dizia o meu colega, “já agora” – chegamos ao final de uma obra, e já agora, se pudesse ser mais um bocadinho, e temos conseguido. Sabemos perfeitamente que os valores atribuídos a todas as freguesias têm sido ultrapassados, e muito, este ano tem-se feito muita obra, a Freguesia do Marco felizmente tem sido contemplada, também é uma das maiores freguesias do concelho, e tem sido contemplada por essas obras que o Executivo tem levado a cabo, a pedido da Junta de Freguesia, a pedido – e a mim não me incomoda absolutamente nada, que é uma coisa que até o nosso Executivo gosta, tem acompanhado as reuniões com a visita do Executivo aos fregueses, os nossos fregueses também pedem obra. Às vezes têm mais poder, mais força do que nós, e nós gostamos, ficamos todos contentes. Eu tenho assistido quando as pessoas pedem obra, fico todo contente, porque não é um compromisso meu, é um compromisso do Executivo que vai ao encontro daquilo que foi o programa que nós apresentámos. E é isso que espero que continuem, e uma vez mais também, em algumas dessas obras, vou ver se consigo arranjar foguetes, como teve o colega de Carvalhosa, de certeza absoluta que vou conseguir.

Dizer também, na parte do ambiente, que também está aí a preocupação deste Executivo, e tem tido até há bem pouco tempo a colocação de ecopontos em toda a área da freguesia, e também no concelho. Sabemos que há uma preocupação na rede de iluminação pública da área do concelho, no âmbito da iluminação de LED, e isso também trará economia nas finanças públicas desta Câmara, a nossa cidade ficará ao nível daqueles concelhos que já estão equipados com



luzes LED, e espero também que depois do centro da cidade, que se alargue a todas as freguesias, porque o LED é a iluminação do futuro.

Sabemos que também há na política de ambiente, além da colocação dos ecopontos, tem sido uma preocupação do Executivo, pelo menos tem comunicado com os Presidentes de Junta, aquelas pequenas obras em que sabem que há a possibilidade de colocar saneamento em articulação com as Juntas de Freguesia, juntam os recursos, e fazerem aquelas pequenas obras de saneamento que vão resolver grandes problemas – pequenas obras resolvem grandes problemas. E às vezes, como nós costumamos dizer, são meia dúzia de trocos, basta conciliarmos aqui os recursos que tem a Câmara Municipal, a maquinaria e a mão de obra por parte da Junta de Freguesia, e a obra concretiza-se.

Sabemos também que vai haver um investimento, há intenção do Executivo de fazer um investimento nas escolas, na modernização, a retirada do amianto das escolas. Infelizmente, no nosso concelho ainda temos, salvo erro, dez ou doze escolas que estão sinalizadas com amianto. Sabemos perfeitamente que o amianto é um problema para a saúde pública, há a preocupação do Executivo em fazer a retirada desse amianto o mais breve possível. Sabemos também que tem que reunir condições financeiras, porque não é de um dia para o outro que aparece um financiamento para fazer face a este investimento. Há uma ansiedade por parte dos pais, dos professores e das pessoas que lá trabalham. Isso, tenho quase a certeza que até ao final deste mandato, será concretizada a retirada de todo o amianto das escolas do Concelho de Marco de Canaveses.

Muito mais coisas teria para dizer sobre este Orçamento, há outros deputados que também vão intervir, a hora também já não é muito convidativa a falar muito, não vos queria maçar, e como disse ali o Sr. Domingos, trazia muitas folhas, mas como vê, fui breve.

Só falar, por último mesmo, do PARU, só dizer aquilo que está mais ou menos previsto, e que será aquilo de que vai ser feita a requalificação: a reabilitação do Jardim Municipal Adriano José de Carvalho e Melo, a Avenida Prof. Dr. Carlos Mota Pinto, na zona em frente às Finanças, também irá ter uma intervenção de fundo para melhorar tudo o que é aquele espaço envolvente, porque nós estamos a ver que o comércio da cidade retira-se de zona para zona, vai acompanhando a tendência de uns locais para os outros, e depois, quem não investir em determinados locais do centro da cidade, fica a perder em relação a outros. O comércio é mesmo assim, as pessoas andam à procura daquilo que é o maior rendimento, aquela zona não pode ser esquecida. E esta requalificação vai trazer, de certeza absoluta, mais investimento, mais atração para aquela zona também. Haverá também intervenção daquele que será o Cineteatro, a biblioteca e o Museu Cármen Miranda. Isto nas obras do PARU, que vão dar uma nova imagem e uma nova alma ao centro da cidade e ao centro da Freguesia do Marco.

Não vos maço mais. Muito obrigado. Tenho quase, de certeza absoluta, oportunidade de me cruzar com vocês todos até ao natal, mas se não tiver essa oportunidade, desejar também um bom natal a todos, e um próspero ano novo, cheio de coragem, e que se cumpra aquilo que hoje nós estamos aqui a discutir, que de certeza absoluta, mais uma vez reforço também, palavra dada, palavra honrada.

Muito obrigado.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Vales, por favor.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Presidente de Câmara, estimada Mesa, Srs. Vereadores, caros colegas, Marcoenses:

Antes de mais, e de entrar aqui – que também faz parte – nesta questão do Orçamento, eu não sei se ainda irá a tempo, mas a Sra. Presidente, na informação escrita, não respondeu a quase nada daquilo que eu questioneei, e portanto, fica aqui essa nota, relativamente à questão da construção dos campos sintéticos, se achou positiva, ou não, se vai estender as festividades de natal a Alpendorada, Várzea e Torrão, se concorda com a taxa de Proteção Civil que o Governo propôs para este Orçamento de Estado, e se a vai acolher e onerar os Marcoenses desta mesma taxa, e se vai cumprir a Lei quanto à informação escrita e disponibilizar a informação aos membros desta Assembleia, relativamente aos recursos hierárquicos, processos judiciais pendentes, com indicação da fase e estado.

Relativamente às Grandes Opções do Plano e Orçamento que o Partido Socialista aqui traz, gostaríamos de enaltecer aqui algumas questões. O PSD, enquanto governava o município, baixou o IMI, a Derrama e outros impostos, renegociou a dívida, diminuiu o encargo do município com juros, o que permitiu desonerar os Marcoenses e devolver à economia dois milhões de euros (2.000.000€). Há um ano, a Sra. Presidente e o Grupo Municipal do Partido Socialista atacaram o PSD, referindo que estas medidas poderiam colocar em causa o equilíbrio financeiro do município. Na pág. 34 das Grandes Opções do Plano é referido, e cito: “A contratação de um empréstimo a médio / longo prazo para a realização de operações de substituição da dívida permitiu reduzir significativamente os encargos correntes da dívida em 2018. Por conseguinte, a previsão dos juros e encargos para 2019 é sensivelmente de igual valor face ao período homólogo de 2018.” Ora, aqui está a prova provada que não foi assim. Este Orçamento é quatrocentos e sete mil euros (407.000€) superior ao Orçamento do PSD para 2017, o que significa que a diminuição da austeridade por parte do PSD deu bons resultados, ao contrário do preconizado pelo Partido Socialista. E aliás, cumpre-me aqui também relembrar que até, na altura, o atual Vice-presidente da Câmara, Mário Bruno Magalhães, até votou contra esta renegociação. E portanto, de facto, esta diminuição da austeridade e diminuição dos impostos municipais deu bons resultados, e a Câmara, de facto, tem uma situação perfeitamente equilibrada do ponto de vista financeiro. Aliás, já a tinha, e continua a tê-la.

Uma outra questão prende-se com a violação, por parte deste Orçamento, do princípio orçamental da universalidade previsto no POCAL, na medida em que não compreende todas as despesas e receitas. Ou seja, não contempla cinco vírgula oito milhões de euros (5.800.000€) da despesa corrente. Esta opção não tem qualquer justificação desde a entrada em vigor da Lei n.º 114/2017, de 29 de setembro, que passou expressamente a permitir a integração do saldo da gerência anterior logo no início do ano, bastando para tal que a Câmara Municipal submeta à aprovação desta Assembleia o mapa dos fluxos de caixa. Vemos por isso aqui uma clara suborçamentação de várias rubricas que gostaria de ver explicada. Durante anos, o Partido Socialista proclamou a existência de suborçamentações de determinadas rubricas, e dizia na altura que, no seu entendimento, isto era um “saco azul” político – já no ano passado disse isto,



mas como não me conseguiram explicar, e hoje, como a Lei já permite que assim não o seja, a Sra. Presidente, o que é que nos tem a dizer sobre esta questão. Durante anos dizia que havia suborçamentação e sacos azuis; agora, os seus Orçamentos fazem o mesmo, apesar de a Lei ter sido alterada e lhe dar os mecanismos para apresentar um Orçamento mais transparente.

Uma outra questão que lhe gostaria de colocar é quanto à rubrica da educação. Neste caso, vemos aqui um desinvestimento de duzentos mil euros (200.000€) desde 2017 para hoje. Quer isto dizer que a educação já não é uma prioridade? Por outro lado, para o turismo, vemos que a verba em 2017 era de trezentos e seis mil euros (306.000€); agora, neste Orçamento do Partido Socialista, temos cento e trinta mil e quinhentos euros (130.500€), menos de metade. O turismo era também uma grande prioridade para o Partido Socialista, e nós esperamos que continue a ser, mas não compreendemos esta diminuição para metade da verba que está adstrita.

A questão, Sra. Presidente, é que criou expetativas às pessoas, deu entrevistas, pagou um suplemento num órgão de comunicação social local sobre a educação, a dar conta de várias iniciativas que já existiam ou que estavam dentro do programa da Comunidade Intermunicipal, e agora reduz o valor adstrito à educação. Também no turismo, a Sra. Presidente o declarou como uma grande aposta. O PSD, como disse, concorda que é essencial investir mais na promoção da nossa terra e apostar no turismo, mas agora vemos que diminuiu as verbas para menos duzentos mil euros (200.000€). Pode explicar-nos estas questões, Sra. Presidente?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Municipais, neste Orçamento percebemos que a receita é superior em meio milhão de euros (500.000€) face a 2017. Este Executivo tem menos dois milhões de euros (2.000.000€) em despesa, o que dá um total de dois milhões e meio de euros (2.500.000€) a mais do que o que existia em 2017. Sra. Presidente, se dividirmos isto por doze, estes dois milhões e meio (2.500.000€), dá mais duzentos e dez mil euros (210.000€) por mês. A Sra. Presidente, na nossa opinião, deveria fazer muito mais do que aqui está e do que aquilo que anunciou aqui nestas Grandes Opções e neste Orçamento. Isto que aqui está, o PSD considera que é pouquinho. E para além disso, as contas são públicas, tem onze milhões de euros (11.000.000€), e ainda bem, ainda bem que os tem. E por isso, o PSD considera que o Executivo Socialista deveria fazer mais, apostar mais na educação, fazer mais investimento na ação social, na juventude, no turismo, nas infraestruturas básicas, em obras estruturais e que acrescentem valor. Sra. Presidente, com onze milhões de euros (11.000.000€) no banco, e com mais dois milhões e meio (2.500.000€) por ano, a Sra. Presidente tem obrigação de fazer muito mais do que está aqui a propor neste Orçamento. Para o PSD, o Marco e os Marcoenses já fizeram demasiados sacrifícios no passado, e por isso agora merecem muito mais. E eu acho que nisto estamos de acordo, os Marcoenses merecem muito mais, e com as verbas que tem hoje disponíveis, este Executivo do Partido Socialista tem obrigação de fazer muito mais do que o que aqui está neste documento. E a Sra. Presidente tem de estar à altura das expetativas que criou às pessoas. E nós dizemos isso porque as obras estruturais que aqui estão vertidas, como as infraestruturas básicas de água e saneamento, os projetos cofinanciados, são os mesmos que já estavam previstos e preparados pelo anterior Executivo pelo PSD. E por isso, onde é que está obra do Partido Socialista? Onde é que está o cunho do PS? E nós, de facto, aqui não conseguimos vislumbrar, mais uma vez, neste Orçamento.

E por fim, gostaria de lhe apelar, Sra. Presidente, a que me responda, porque as perguntas que aqui faço não foram dirigidas ao Grupo Municipal do PS; foram dirigidas ao Executivo do Partido



Socialista, neste caso à Sra. Presidente, e como tal, espero que o Executivo, ao contrário daquilo que aconteceu no ano passado, me possa responder. E mais uma vez – e agora mesmo para terminar – pedia-lhe o favor, neste caso, para que me pudesse responder àquelas perguntas que ficaram por responder no outro ponto.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Miguel Carneiro.

--- Miguel Carneiro (Presidente J.F. Vila Boa do Bispo, PS) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, caras e caros Marcoenses.

Ora bem, tenho aqui um desafio grande, porque eu tenho que demonstrar que aquilo, em parte, que o meu colega deputado Luís Vales disse não corresponde à verdade. Não é muito difícil, mas de facto, vocês serão juízes disso, e os Marcoenses também. Eu acho que, acima de tudo, gostava de dizer aqui, e serei o primeiro da Bancada do Partido Socialista a mencioná-lo – se calhar o Nuno, a seguir, também irá fazê-lo – mas, é uma grande satisfação, não é uma questão de “desde pequenino”, porque eu ainda continuo a ser bastante pequenino, mas este é o primeiro Orçamento Municipal que eu vejo no Marco de Canaveses realmente feito pelo Partido Socialista. E isto não é dizer pouco, são quarenta e muitos anos de democracia, e este é o primeiro em que, realmente, o punho do Partido Socialista está lá. E acho que nós temos também que saber reconhecer que há coisas que, obviamente, melhoraremos, e há coisas que também serão revistas em fevereiro, mas há coisas que também existem aqui que refletem aquilo que são as prioridades e a matriz ideológica do Partido Socialista, e por isso eu estou muito contente. E estou contente por quê, e qual é o desafio aqui relativamente à intervenção do meu colega Luís Vales? É porque eu acho que, exatamente, a educação está aqui plasmada como sendo uma prioridade, embora se tenha mencionado aqui um desinvestimento de duzentos mil euros (200.000€) relativamente ao ano anterior. Pronto, mas é interessante, exatamente, que se aborde essa informação, e aproveitando para começar desde logo por aí, porque estamos a falar numa alteração em despesa corrente, e não em desinvestimento, estamos a falar de uma alteração em despesa corrente, que, aliás, será certamente – e isto depois deixo à consideração do Executivo esclarecer – revista aquando do momento certo, que, aliás, era uma prática também normal e comum no anterior Executivo da Câmara Municipal, e também aceite por todos, e é normal e comum em qualquer município. Mas, acima de tudo, eu creio que é interessante porque eu procurei fazer aqui um exercício de retrospectiva para dizer que este punho realmente existe, e até tentei ser algo simpático para com os Executivos anteriores ao escolher os Orçamentos que procurei comparar com o Orçamento atual do Partido Socialista. E para isso, fiz aqui uma retrospectiva, por informação pública – que, aliás, está de livre acesso a toda a gente – e fui, então, procurar o último Orçamento da responsabilidade do Sr. Avelino Ferreira Torres e do seu Executivo, o último Orçamento da responsabilidade do CDS nesta Câmara Municipal, e fui procurar o Orçamento de 2009, o Orçamento da Câmara Municipal de 2009, do Executivo PSD, por ser um Orçamento de ano eleitoral, e por ser um Orçamento em que, à partida, a despesa deveria estar mais explanada do que o normal. E aquilo que nós verificamos é que em 2003, em 2009 e em 2019, todos estes Orçamentos têm condições e contextos diferentes, que nós vamos perceber o por quê e como é que eles se refletem depois no Orçamento. Mas, é importante que se perceba que em 2003 se previa



qualquer coisa como cinquenta e um milhões de euros (51.000.000€) de despesa – que todos nós sabemos como é que isso resultou, e acho que devemos também fazer sempre uma salvaguarda relativamente àquilo que foi a nossa experiência nessa altura – dos quais estavam previstos aproximadamente três vírgula nove milhões de euros (3.900.000€) para construção de escolas, que eram, em parte, financiadas em três vírgula seis milhões de euros (3.600.000€) pelo FEDER. Esta é uma percentagem daquilo que era o investimento total da Câmara Municipal, que correspondia a nove por cento (9%) do Orçamento total da despesa da Câmara Municipal, sendo nessa altura assumido um serviço da dívida, em 2003, ao longo desse ano, de dois milhões e meio de euros (2.500.000€). No Orçamento de 2009, entre aquilo que eram despesas de educação, cultura e recreio – imagino que sejam aquelas que o meu colega Luís Vales estava a mencionar há pouco – reparações em edifícios escolares e investimentos em ampliações e requalificações escolares, estavam previstos aproximadamente um milhão de euros (1.000.000€), dos quais havia mais um milhão de euros (1.000.000€) de financiamento do FEDER, mas para a educação em particular, aproximadamente também um valor de novecentos mil euros (900.000€). Isto, estamos a falar de um valor total de despesas que corresponde aproximadamente a quatro vírgula quatro por cento (4,4%) do Orçamento Municipal para aquilo que são os investimentos na área da educação. Nessa altura, tínhamos nós um serviço da dívida de quatro milhões de euros (4.000.000€) assumido no Orçamento.

Em 2019, o Orçamento que nós hoje estamos aqui a analisar e a discutir, assume um valor total de despesa de vinte e sete milhões e meio de euros (27.500.000€), dos quais assumimos dois vírgula nove milhões de euros (2.900.000€) para ampliações e requalificações escolares, e neste, aproximadamente valor semelhante é também apoiado por fundos FEDER, que não serão necessariamente todos para este efeito, mas para razão da análise, utilizámos o mesmo argumento, e como tal, assumimos uma totalidade de investimento na ordem dos dois vírgula nove milhões de euros (2.900.000€), assumindo para isso que temos um total de despesa com educação no âmbito do Orçamento de onze por cento (11%) do Orçamento Municipal. E neste ano, em 2019, assumimos que o serviço da dívida irá amontar a um valor total de dois milhões de euros (2.000.000€). Estamos aqui a falar de uma diferença, como disse o deputado Luís Vales, de aproximadamente dois milhões de euros (2.000.000€) de desoneração de serviço da dívida ao município. Se nós pegarmos nestes dois milhões de euros (2.000.000€) e os aplicássemos todos, cem por cento (100%), na educação, no ano de 2009, ano de Orçamento eleitoral – e todos nós sabemos o que é que isso quer dizer – assumindo que estes dois milhões de euros (2.000.000€) seriam apenas aplicados na educação – que acho que também é uma perspetiva bastante simpática para o abono do exercício – conseguimos chegar à conclusão que caso toda essa despesa que foi perspetivada tivesse sido executada na educação, chegaríamos exatamente aos mesmos onze por cento (11%) da despesa total do município, do Orçamento. Ou seja, quando muito, na melhor das perspetivas, num Orçamento eleitoralista, nós teríamos a mesma despesa na educação que tem este Executivo no seu primeiro Orçamento, por assim dizer, de autoria própria, no segundo ano de mandato. Isto quer dizer que, realmente, existem prioridades que vão sendo valorizadas ao longo dos anos. Mas, para além disso, acho que é muito importante nós fazermos aqui uma reflexão disto, que é: isto aconteceu em algum contexto, aconteceu sim senhor, todos nós sabemos, em 2003 – estamos aqui a pensar numa altura em que havia uma dinâmica de crescimento da população completamente diferente, havia umas necessidades de investimento completamente diferentes, havia financiamentos até com percentagens de participação maiores a nível de fundos comunitários. Em 2009, havia uma palavra que ainda hoje em dia circula nas notícias, e pelas piores razões, recentemente, que se



chamava “Parque Escolar”, e certamente todos nós aqui nos lembraremos o que é que era a Parque Escolar e o investimento colossal que era feito na educação em todo o país, tantas vezes criticado pelo PSD e nunca aproveitado neste município. E eu, atenção, falo com muito à vontade, porque felizmente Vila Boa do Bispo e Sande são felizes exceções neste cenário no Concelho de Marco de Canaveses, mas é óbvia a diferença de investimento que houve entre o Concelho de Marco de Canaveses e qualquer um dos concelhos aqui à volta nesse período. Todos nós temos as nossas responsabilidades relativamente à dívida e aos nossos problemas, é verdade; agora, o que é facto é que quando o contexto se propôs, aquele que foi o investimento com um apoio completamente diferente a nível de contexto, neste caso em particular através da veiculação de fundos por via da Parque Escolar, a prioridade nunca esteve lá, como esteve, na altura, realmente disponibilizado o financiamento por parte do Governo Central. E nessa altura, nós vimos por aí – e tal como hoje em dia ainda podemos verificar em muitos dos municípios aqui à volta, a evolução do parque escolar, é muito fácil eu atravessar a ponte, ir a Abragão, Duas Igrejas, até Penafiel, quase todos os equipamentos escolares estão renovados, quase todos. Haverá algumas exceções certamente, mas infelizmente, no nosso concelho, as exceções são exatamente ao contrário, quase todos foram renovados pelos serviços mínimos. E além disso, além dos investimentos que nós vimos neste tipo de equipamentos, vimos também evoluir dados estatísticos em concelhos limítrofes – e eu aqui gosto muito de mencionar, porque é um concelho que eu acho que apesar de ter uma dimensão menor que a nossa, é um concelho que fez um trabalho notável a nível da educação, o Concelho de Lousada, com verbas e com investimentos inferiores, com programas muito mais eficazes, conseguiram sair de níveis muito mais baixos, ou um *ranking* muito pior a nível de literacia e chegar a *rankings* muito bem posicionados a nível nacional. Mas, tudo isto exemplifica de forma comparativa que perante contextos diferentes – é verdade, mas contextos que favoreciam o investimento escolar, em 2009, por isso é que eu escolhi o ano de 2009, porque foi um contexto em que nós tínhamos um Governo muitas vezes criticado, que investia largamente, e não tivemos a devida repercussão a nível municipal. E agora, num contexto, em 2019, em que se investe muito mais em imaterial, que se investe muito mais em projetos como o projeto “#sucessoescolar”, em que é muito mais difícil nós conseguirmos angariar todo o apoio e todo o financiamento para fazer face a estas necessidades de investimento, vemos que as prioridades estão cá. E isso significa muito, significa que perante os recursos que são escassos, e perante aqueles recursos que nós ainda teremos depois de rever, em fevereiro, as prioridades já estão aqui assumidas.

Mas, eu queria, para além da comparação, queria utilizar outro método para exemplificar aquilo que realmente é, em meu entender, uma leitura que deve ser feita de forma objetiva do Orçamento, que é utilizar os exemplos, o dia a dia, o impacto, para perceber, obviamente através de um rol curto de exemplos, porque estamos a falar de um ano de mandato, daquilo que tem sido a inversão de prioridades deste Executivo ao nível da educação. Enquanto Presidente de Junta de Freguesia, senti, relativamente ao que era o dia a dia na educação, confesso que o relacionamento é completamente diferente, mas não tem nada a ver com questões pessoais ou sequer questões partidárias, e estão aqui vereadores que podem assegurar isso, realmente havia uma preponderância diferente ao nível da educação. E hoje em dia, o que nós vemos aqui e que está preconizado nas Grandes Opções do Plano, e que também já foi aqui mencionado em alguns pontos, pequenos detalhes que demonstram que as prioridades estão lá. Acima de tudo, e começando desde logo – sou uma pessoa que tem vindo a bater-se bastante por esta temática – o reforço – ainda que ténue, é verdade, mas grão a grão, a galinha enche o papo – dos valores mensais que estão previstos nos contratos interadministrativos de delegação de



competências, designadamente no apoio às cozinheiras, e designadamente no apoio à limpeza e manutenção dos equipamentos das salas e das áreas envolventes aos equipamentos escolares. Isto é pequeno, mas faz a diferença, acreditem. Posso também sublinhar o reforço dos colaboradores nas escolas do concelho, obviamente continuando o programa de colocação através dos contratos de emprego-inserção do Centro de Emprego, mas este ano, eu senti muita diferença, senti que a Sra. Presidente estava disponível para me resolver problemas. Tivemos N funcionários, a colocação foi tardia, e esse problema continua por resolver, e é necessário fazer isto com mais tempo, mas tivemos N funcionários em falta, e a Câmara Municipal veio substituir o Ministério da Educação. A Câmara Municipal, em Vila Boa do Bispo, este ano colocou mais um colaborador que aquilo que tinha colocado no ano passado. Além disso, prevê-se ainda – ou já está em concurso – a contratação de auxiliares de ação educativa para os alunos com necessidades educativas especiais. Isto é uma medida que está feita no presente, mas que tem muito futuro. Para além disso, podemos também, obviamente – não sei até que ponto todas as Juntas de Freguesia têm utilizado, mas para mim tem sido muito importante, em Vila Boa do Bispo – o acompanhamento ao serviço de confeção de refeições através da colaboração técnica da Câmara Municipal, com as ementas, com iniciativas de educação alimentar, através de uma nutricionista, e isto tem tido um impacto no dia a dia muito interessante para nós, quer na relação com os pais, com os alunos, quer com os professores. Isto, como eu digo, é uma medida de presente, mas que tem muito futuro.

E gostava também de sublinhar como exemplo neste tipo de medidas uma coisa que às vezes pode ser um pequeno detalhe, mas hoje, nós, quando pensamos em “Viana, Terra e Mar”, tudo começa de algum lado. E quando nós pensamos agora que as AEC’s alargaram a sua oferta, e têm agora o ensino musical em colaboração com uma instituição do concelho, e têm agora também a canoagem em colaboração com uma instituição do concelho, isto é muito importante. É muito importante para valorizar e para dizer às crianças o que é que nós entendemos que é o futuro, e para dizer às escolas o que é que nós entendemos que o nosso concelho deve promover no futuro. Isto, mais uma vez, é uma medida do presente, mas que tem muito futuro.

Esta, de uma forma geral, é a minha leitura, que eu faço, de uma das matérias que é estrutural para a nossa sociedade, e é aqui que nós cultivamos o substrato para o futuro, é na educação. É um daqueles assuntos que diz ao que um Executivo vem, que diz qual é que é a preponderância dessa matéria na sua ação de médio e longo prazo. E eu gostava muito de sublinhar que para além destes projetos que, obviamente, reconhecemos que vêm já desde períodos anteriores, como o Programa Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), que é articulado com a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e com o Conselho Municipal de Educação, obviamente há aqui uma continuidade, e ainda bem, a seriedade e o profissionalismo fazem-se também assim, é também importante sublinhar que há pequenas diferenças e há aqui compromissos já assumidos à frente, a nível de investimento, que realmente materializam um aprofundamento das prioridades. E eu gostava que as pessoas percebessem que há aqui, comparativamente, há aqui um compromisso muito maior por parte deste Executivo, mas que do ponto de vista material, esse compromisso existe também.

E deixem-me terminar com dois exemplos muito concretos, que eu creio que são coisas que eu acho que pequenas coisas por vezes fazem uma grande diferença, como há pouco estava a dizer o meu colega Presidente de Junta de Freguesia. E este tipo de coisas teve diferença na nossa comunidade escolar, teve diferença no próprio quadro de docentes na Escola em Vila Boa



do Bispo, eu acho que este tipo de coisas realmente sublinha aquilo ao que viemos. E queria dar dois exemplos muito concretos: primeiro, foi um diferendo continuado, que resultava do atraso da colocação dos funcionários por parte do Ministério, e depois o atraso no processo do contrato de emprego-inserção, e que obrigou os funcionários da Junta de Freguesia a cumprirem funções extraordinárias no início do ano letivo para garantir o funcionamento, neste caso, do Centro Escolar. E neste caso em particular, houve umas certas cócegas – acho que é o termo mais simpático para colocar – umas certas cócegas em alguns funcionários, designadamente da Câmara Municipal, em darem um litro extra, porque naquela hora, quando as coisas estão em falta, toda a gente tem que ajudar para que aquilo funcione. E naquela hora, Sra. Presidente da Câmara, pessoalmente, com a Sra. Coordenadora do Centro Escolar, fez uma coisa que nunca tinha feito o anterior Executivo, que tinha sido solicitado, por exemplo, à anterior Sra. Vereadora da Educação, e tratou do assunto. Quando falou com a Sra. Coordenadora do Centro Escolar, no dia a seguir as colaboradoras da Câmara Municipal estavam a fazer as tarefas que eram do Ministério da Educação e a ajudar as funcionárias da Junta de Freguesia. Isto é definir prioridades, é atribuir tempo a uma prioridade. E outro exemplo que eu acho que é muito concreto e a nós nos diz muito é uma solicitação que nós vínhamos a fazer desde 2015 à Câmara Municipal, para perceber se era possível ceder um equipamento para que se pudesse instalar uma resposta social de creche em Vila Boa do Bispo, e a Sra. Vereadora sempre colocou como primeira hipótese vender aquele imóvel, o Jardim de Infância de Tenrais, seja por alienação, ou por qualquer outra finalidade, mas a primeira hipótese que estava colocada em cima da mesa era vender o imóvel. Pois bem, hoje em dia estamos a discutir, já com questões concretas, estamos neste momento a terminar as questões formais, que infelizmente nunca foram resolvidas desde que foi construído aquele imóvel, mas estamos já a terminar as questões formais para que se possa avançar com uma candidatura ao licenciamento, para depois poder solicitar apoio à Segurança Social para o funcionamento de uma valência de creche. Exemplos ajudam as pessoas a ver que as prioridades são outras, comparação também nos ajuda a perceber que perante contextos diferentes, perante situações diferentes, se a resposta foi diferente para melhor ou para pior, nós também estamos cá para julgar e para comparar com tudo aquilo que nós andámos aqui a dizer sempre – eu sempre ouvi aqui dizer, mais de uma dezena de anos, que a educação era a grande prioridade, a grande prioridade; sim senhor, parece-me que era possível fazer mais. E eu dou os parabéns à Câmara Municipal por ter feito da educação um assunto ainda mais central na sua política, e por ver plasmado neste Orçamento aquilo que é uma grande prioridade para o Partido Socialista a nível nacional, que é a educação e a preparação das futuras gerações.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o deputado Nuno Pinto.

--- Nuno Pinto (PS) ---

Sr. Presidente, eu não vou demorar muito mais do que isso, mas peço já uma benevolência, que pelas minhas contas, há de passar um bocadinho, mas não há de ser muito. Sr. Presidente, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Sra. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público, comunicação social, Marcoenses:



Antes de começar o discurso, eu vou fazer um pequeno introito sobre uma outra situação do que foi dito aqui anteriormente, mas prometo compensar, já cortei aqui algumas partes que eu achei que podia fazer, porque compreendo que as sete ou oito pessoas que nos devem estar a ver neste momento no *Facebook* já estarão cansadas. Mas, antes de começar, eu quero dizer: eu vou fazer questão de ler a maior parte do que aqui está, compreendendo que vocês estão maçados, eu também estava desse lado, compreendo, mas hoje estou aqui, daqui a quatro anos não estarei, e eu não quero deixar de dar a minha opinião sobre um documento tão importante, para que os Srs. Deputados, e toda a gente no futuro, possa cobrar de mim o que eu aqui disse. Eu assumo sempre o que digo. E eu não quero que, depois, um dia digam assim: “O deputado Nuno Pinto disse isto” ou “esteve lá em cima e não disse aquilo”, e eu quero poder defender-me, eu gosto de me defender. Se errar, sou o primeiro a dizer que errei; se for enganado, sou o primeiro a dizer que fui enganado. Agora, não me posso é defender se um dia alguém vier aqui, ou lá fora, e me disser assim: “Houve um deputado que disse...”, isso não sei, isso é tipo soldado anónimo caído em combate, e esse nunca se pode defender. Eu, no dia em que se referirem a mim, quero a minha opinião completamente clara para toda a gente perceber a minha ideia. Não é a verdade, é a minha verdade.

Sobre o que disse – e sendo direto, e com calma, sem atrito nenhum – o deputado Luís Vales, podíamos estar aqui a debater questões técnicas do saldo de gerência, que têm a sua validade, não discuto isso, podíamos perder aqui tempos a discutir, como já no passado o Sr. Deputado também referiu, a cor da letra, as fotografias que eram as mesmas – disse isso no passado. Eu reconheço isso, tudo bem, nós compreendemos que os técnicos que fazem o Orçamento até ao dia de hoje são os mesmos, você sabe melhor do que eu, e toda a gente que aqui está, sabe que são eles que fazem tecnicamente o documento. Eu não vou por aí, e também não vou usar a demagogia, nem vamos voltar ao mesmo assunto, que o Sr. Deputado não disse bem, mas disse: “Continuam a ter onze milhões (11.000.000€) no banco”, mas deixou aquela, que é para ficar assim no ar, para dar a entender. Eu continuo a ter a mesma opinião, a opinião que tinha há um ano atrás é a mesma que tenho, seja o saldo de gerência deixado pelo Executivo, ou em parte, pelo Executivo do PSD, seja do PS, a opinião é a mesma, não a mudo, e desculpe lá, mas não é esse entendimento que quer passar para fora, de dinheiro no banco, porque na linguagem comum, o dinheiro no banco, nós pressupomos que o dispõe como quer, e você sabe bem que não é assim. Mas, pronto, é a sua opinião, e eu respeito, e ficamos por aqui.

Voltaria, então, se me permitem, ao que escrevi. Esta sessão ordinária da Assembleia Municipal em que hoje participamos representa um verdadeiro virar de página na governação do Município de Marco de Canaveses. Por um lado, é a primeira sessão após o assinalado e inédito primeiro ano de mandato da nova maioria do Partido Socialista. Por outro lado, é a sessão onde nos é apresentada, nos documentos previsionais para 2019, a distinta e muito transparente visão da nova maioria para as prioridades para o município no próximo ano, mas também o apontar o caminho para o triénio que nos levará a 2021, o ano do término do presente mandato.

Sra. Presidente, falemos, pois, das coisas que interessam a todos. A marca diferenciadora das Grandes Opções do Plano e Orçamento que hoje apreciamos está, como seria óbvio, no conteúdo das propostas políticas para o triénio 2019-21, que nos são apresentadas e que parcialmente já encontram respaldo financeiro em 2019. Em relação à proposta política que acompanha os documentos previsionais e que traça com total transparência o caminho para o próximo triénio, assinalo aqui a coragem política da Sra. Presidente e dos seus pares em verter



para a proposta política para o triénio 2019-21, que aqui apresentam, a generalidade dos compromissos eleitorais assumidos com os Marcoenses nas últimas eleições autárquicas. O detalhe com que as propostas e os compromissos são apresentados responsabiliza muito mais a governação e aumenta exponencialmente a possibilidade de escrutínio público, encurtando o espaço para o erro. Errar faz parte da condição humana; ter medo de errar é o primeiro passo para o erro. Por isso falei em coragem, pois aqui houve coragem.

Sra. Presidente, falemos, pois, das promessas diferenciadoras que nos são apresentadas e que assentam em cinco grandes eixos de atuação: políticas sociais, saúde e educação, empreendedorismo, emprego e desenvolvimento económico, ambiente, urbanismo e espaço público, turismo e cultura, e desporto e juventude. Destas, destacarei a seguir algumas medidas.

Nas políticas sociais, destaco a sinalização de um reforço de apoio às instituições sociais para aumento da capacidade de resposta à terceira idade e à infância. Na habitação social, é de assinalar a intenção de reconversão de antigos edifícios escolares em habitação para famílias que cumpram os requisitos de acesso às mesmas, ação que marcará o firmar do projeto Marco Habita Social.

Na saúde, destaco o arranque do projeto piloto “Lancheira Saudável”, e não esquecendo o desenvolvimento da resposta ao nível da medicina dentária, em parceria com o Governo, que permitirá já no segundo trimestre de 2019 resposta para todos os Marcoenses.

Na educação, nitidamente uma das grandes apostas e marcas distintivas da nova maioria, destaque para o projeto “#sucesso escolar”, já bastante apresentado pela Sra. Presidente em diversos meios, e estou certo que marcará indelevelmente este mandato.

A nível das infraestruturas, 2019 será um ano de ampla intervenção no parque escolar em todo o concelho, nomeadamente na retirada do amianto das nossas escolas. A isto soma-se o investimento no contínuo apetrechamento dos estabelecimentos de ensino, iniciado já neste ano de 2018.

No desporto e lazer, destaque para o forte investimento na reabilitação dos equipamentos desportivos municipais por todo o concelho, o investimento na ampliação e na requalificação do Cais de Bitetos, Parque Fluvial do Tâmega e da prometida e muito ansiada requalificação e reativação da Praia da Pontinha. Palavra dada é palavra honrada.

No turismo e na cultura, destaco o início dos estudos para a reabilitação da Casa dos Arcos, que poderá receber um centro interpretativo da vinha e do vinho, não esquecendo a contínua aposta no aumento da oferta cultural no concelho, num plano integrado que aponta para uma maior diversificação, e de que o expoente máximo são as Festas do Marco, agora sim, motivo de orgulho para todos os Marcoenses. Neste ponto, já prevejo os contínuos pedidos – legítimos e legais, diga-se – de documentação por parte da liderança do maior Partido da Oposição. Fazer mais e melhor, de forma transparente, no lazer e na cultura, não aprova este Executivo como uma boa comissão de festas, mas sim, define este Executivo como próximo das pessoas e dos seus anseios, e isso confunde muitos. Mas, alerta que isso não se encontra em nenhum documento financeiro, terão de procurar outra fonte. Têm tempo para isso.



Sra. Presidente, na economia e emprego, outras das marcas distintivas desta maioria, destaco sucintamente e em paralelo o apoio especializado ao investidor, com a criação do Gabinete Marco Investe e o investimento nas necessárias infraestruturas, quer na zona industrial do Marco, quer na área de acolhimento empresarial de Constance. Para o Baixo Concelho, forte motor da economia local, assinalar a importância dada pela nova maioria na potenciação e promoção do setor da pedra. Disso foram exemplo as melhorias visíveis na Bienal da Pedra realizada este ano, e que estou certo, terão impacto crescente na edição de 2020. No apoio à indústria da pedra, de assinalar ainda os esforços da nova maioria na resolução de problemas que afetam trabalhadores e empresários. Do lado dos trabalhadores da pedra, foi exemplo o empenho político desta nova maioria na possibilidade de reforma antecipada, anseio e luta de muitos anos. Do lado dos empresários da pedra, destaque do empenhamento da Sra. Presidente e da nova maioria no desenvolvimento de esforços que permitam a utilização de combustíveis coloridos em veículos não matriculados afetos às empresas, e também para a resolução do problema de eliminação de lamas e depósitos de inertes.

Nas medidas de intervenção no espaço público e urbanismo, destaco o desenvolvimento do plano de investimentos no centro da cidade, no âmbito do PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana, com a reabilitação de alguns importantes arruamentos, intervenções no Jardim Municipal, no Museu Cármen Miranda e no futuro Centro Cultural do Marco. Fora dos investimentos do PARU, mas com certeza muito importante para os Marcoenses, destaco aqui o assinalado melhoramento do piso da cidade, fruto de uma obra executada pelo Executivo anterior, com muito dúbia qualidade de planeamento.

Sra. Presidente, por fim, no ambiente, falemos de água e saneamento. Esperamos todos – sim, talvez seja pedir demais falar em todos, mas pelo menos os que querem o bem dos Marcoenses esperam que 2019 traga o impulso decisivo na resolução do conflito legal com a empresa concessionária. Que todos assumam a sua responsabilidade, acabando com as manobras político-partidárias que podem causar impacto nas capas dos jornais, mas que muito penalizam o esforço do atual Executivo para encontrar a melhor solução para o problema – problema que, é sempre bom lembrar, custe a quem custar, foi criado, não pelo Partido Socialista, mas pelo Partido Social Democrata, quando no poder, e que através de uma modificação unilateral do contrato de concessão efetuada com intuítos marcadamente eleitoralistas, colocou o município numa situação que ainda hoje afeta duramente os Marcoenses. Lamentavelmente, o PSD do Marco, agora maior Partido da Oposição, e a sua atual liderança, num surto de possível amnésia, esquece disso, e mais grave, quer que todos nos esqueçamos disso. Nesta matéria, estou certo de que os Marcoenses se lembram do compromisso eleitoral assumido pelo Partido Socialista em momento eleitoral, e fazem muito devem, devem-se lembrar, mas estou mais certo ainda de que se lembram todos os dias de quem nos colocou nesta situação, os Executivos do PSD.

Sra. Presidente, a resolução do litígio com a empresa concessionária permitirá, mais do que o cumprimento de um compromisso eleitoral, levar à prática um conjunto de avultados investimentos assinalados nas Grandes Opções do Plano, e que irão catapultar o município para níveis de cobertura de água e saneamento que colocarão o Marco de Canaveses, nesse campo, mais perto do nível dos municípios vizinhos da região.



Caras e caros Marcoenses, este é o Orçamento de verdade, este é o Orçamento do Partido Socialista, que aquando da integração do saldo de gerência de 2018, operação a efetuar no início do próximo ano, será o documento completo e integrado que definirá a estratégia política para o concelho no triénio 2019-21. Caras e caros Marcoenses, já aqui nesta Assembleia, em sessão anterior, fiz este apelo, que me irão permitir repetir: passou um ano de governação da nova maioria – um ano, não quatro, não oito, não doze, como muitos parecem querer fazer passar a ideia. Todos terão as suas legítimas expetativas em relação ao desempenho deste Executivo, fazem muito bem, mantenham-nas, sejam exigentes, mas só vos peço que tenham com a nova maioria a ínfima parte da imensa tolerância temporal que foi dada aos Executivos do PSD, a bem de todos nós, Marcoenses.

Obrigado. Peço desculpa pelo tempo.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, o Regimento da Assembleia é claríssimo no que diz respeito ao facto de as Assembleias não deverem decorrer para além da uma hora e trinta minutos (01h30). Não quero que amanhã me acusem que eu não respeito o Regimento. Poderá acontecer em situações em que, dada a minha novidade nesta matéria, não perceba, mas percebendo, tenho que o dizer às pessoas. Se algum de vós quiser fazer proposta no sentido da interrupção dos trabalhos, eu de maneira nenhuma me vou opor a isso, nem podia, tenho que respeitar o Regimento. Se não há nenhuma sugestão no sentido da paragem dos trabalhos, vamos continuar. Não quero é que fiquem dúvidas. Muito obrigado pela compreensão. Vamos, então, continuar.

Tem a palavra, para esclarecimentos, que lhe agradeço que sejam o mais breves possível.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em relação à intervenção do Sr. Presidente da Junta, Sr. Barbosa, queria agradecer a intervenção que fez, no fundo, a agradecer ao Executivo Municipal as obras que estamos a realizar, e que vamos realizar no ano de 2019. E apenas salientar que este Executivo estará certamente solidário, e vai estar associado à homenagem que quer fazer ao Sr. Amadeu Marramaque, e que vamos pensar, de uma forma conjunta – a Câmara Municipal e o Executivo de Freguesia – vamos pensar numa forma de o homenagear com a dignidade que é merecida e exigível. Agradeço essa sua nota sobre esta questão, vamos chegar a um acordo, certamente, sobre esta homenagem, à qual a Câmara Municipal também se quer associar.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Monteiro da Rocha, em relação às escolas, o Sr. Deputado Monteiro da Rocha acha que nós não devíamos utilizá-las para habitação social, e que devíamos continuar a dar-lhe um uso de acordo com aquilo que foi o objetivo da sua construção. Mas, dar-lhe nota, Sr. Deputado Monteiro da Rocha, que são muitos, elas estão a degradar-se, requerem manutenção e apoio, algumas delas estão a ser vandalizadas. Efetivamente, como sabe, ao longo do concelho muitas das Juntas de Freguesia já têm vindo a adaptar algumas das suas escolas que ficaram desertificadas por falta de alunos para outros equipamentos sociais, nomeadamente centros de dia e centros de convívio, mas, efetivamente, como são muitas, nós



entendemos que lhes podemos dar um uso – e eu também queria lembrar os Srs. Deputados que, efetivamente, existem hoje muitas famílias no Marco de Canaveses que não têm rendimentos suficientes para pagar os valores de mercado para uma habitação, e por isso este Executivo entende que deve dispor dessas habitações para dar melhores condições habitacionais às famílias, e que são bastantes que têm vindo ao encontro da Câmara Municipal requerer apoio para uma habitação social.

Em relação ao IC35, o que nos limitámos a transpor para o Orçamento foi o texto do programa eleitoral – como acabei de dizer, nós fizemos quase um *copy / paste*, e por isso, dar conta de que aquilo que nos interessa agora é reunir com as Infraestruturas de Portugal, que foi esse o compromisso que assumimos em sede de Reunião de Câmara última, em que incluímos este ponto do IC35 na ordem de trabalhos, para, de facto, perceber qual é o trajeto que o IC35 vai ter, e por isso, o que interessa é que tenha, de facto, um nó que sirva Alpendorada, Várzea e Torrão, e desde logo o Concelho de Marco de Canaveses, e por isso, nessa altura, vamos discutir esse projeto em sede de Reunião de Câmara, depois de conseguirmos esta reunião e o traçado.

Em relação à requalificação das áreas centrais das freguesias, também foi um compromisso que assumimos, dar conta de que já estamos a ter em conta esse compromisso. Por exemplo, a título exemplificativo, temos agora um projeto para renovação de aldeias do PDR 2020, em Sobretâmega, em que vamos reconstruir e apoiar a preservação dessa aldeia, um investimento que vai ser realizado com um orçamento de cento e dezasseis mil euros (116.000€), vamos intervir no piso, no chafariz, vamos integrar aí um ponto de visualização virtual, vamos também colocar ali alguns suportes informativos. Por isso, é um exemplo do que podemos fazer com os pequenos sítios que, muito bem referenciou, são locais de interesse turístico, mas que também interessa preservar. Uma das outras iniciativas que temos em mente apoiar, e apoiar de uma outra forma, de forma mais intensa, é a questão do Mercado Romano, com o exemplo da Aldeia do Freixo, que também merece esse estatuto.

Em relação à requalificação do Torrão e Bitetos, como lhe disse há pouco, tudo isso que aí está foi o que foi retirado do nosso programa eleitoral, são compromissos assumidos, mas agradeço a sua pertinente observação em relação aos pequenos portos, que certamente vamos ter em atenção. E creio que eram essas quatro coisas.

Em relação ao Sr. Presidente da Junta de Soalhães, António Monteiro, sobre a nova sede da Junta de Freguesia, de facto, foi uma das maiores Juntas de Freguesia que nunca teve uma sede de Junta à altura daquilo que eram as necessidades da freguesia. Dizer que no último mandato que fiz na Junta de Freguesia, tive que abdicar do gabinete de atendimento para poder ter na freguesia um Balcão de Cidadão – ou seja, a Freguesia de Soalhães, na sua sede, tem apenas um balcão de atendimento para as administrativas, uma casa de banho e uma sala de reuniões, não tem sequer um gabinete com a mínima privacidade, e por isso, achamos que é a altura ideal e a altura em que a Freguesia de Soalhães merece uma nova sede da Junta de Freguesia para dar a dignidade que este Executivo também merece para continuar os seus trabalhos.

Em relação ao alargamento do Coqueludo, também queria aqui dar nota do seguinte: desde o primeiro dia em que entrei na Junta de Freguesia de Soalhães que esta foi uma das prioridades que tive em cima da mesa. Foram doze anos que protelei o alargamento da Rua do Coqueludo,



onde não ia um carro de bombeiros nem uma ambulância, pelo menos que me lembre, há treze anos – doze anos que fiz como Presidente de Junta, à frente dos destinos da freguesia, e nunca consegui, de facto, que esta Rua do Coqueludo fosse alargada. Estou hoje, se calhar, tão ou mais feliz do que o Sr. Presidente da Junta, porque, efetivamente, as máquinas já lá estão, e este alargamento deu início hoje. E também queria aqui agradecer à simpatia e à vontade que o Dr. Morgado mostrou em ceder este terreno para o alargamento da Rua do Coqueludo.

Em relação ao Nelson Toni, também quero agradecer ao Sr. Presidente da Junta de Santo Isidoro e Livração a sua intervenção, pela forma como aqui também explanou o seu pensamento em relação ao que é este Orçamento de 2019, do Executivo Municipal.

Em relação ao Sr. Presidente da Junta, Celso Santana, dizer que este Orçamento vai, de facto, de encontro ao anseio da população, é esse o nosso objetivo e é disso que nos congratulamos. De facto, o PARU, o plano em que vamos intervir e que vamos levar a cabo no próximo ano, aqui no centro da cidade, são cinco milhões de euros (5.000.000€) que vamos investir, cinco milhões de euros (5.000.000€) para a requalificação da zona envolvente do edifício dos Paços do Concelho, para a reabilitação do Jardim Adriano José de Carvalho e Melo, para a reabilitação da Avenida Prof. Dr. Carlos Mota Pinto, para a reabilitação de vários arruamentos aqui à volta, desde logo a Rua Dr. Queirós Ribeiro, Rua Adriano José de Carvalho e Melo, a Praça Dr. Crispiniano da Fonseca, a Rua de Chãos, a Rua Eng.º Carneiro Galdes e o Jardim da Alameda Dr. Miranda da Rocha, a Avenida Eng.º Adelino Amaro da Costa, a Avenida Gago Coutinho, desde o entroncamento da Travessa Gago Coutinho até à rotunda, e a reabilitação da Rua da Santa Casa da Misericórdia, além ainda da reabilitação do edifício do antigo Cineteatro, o novo Centro Cultural, e do edifício da antiga biblioteca e museu, que será o novo Museu Cármen Miranda. No próximo ano de 2019, estamos também a tentar projetar estas obras de forma a que causem o mínimo de impacto negativo na cidade, desde logo referiu, e muito bem, as consequências no trânsito em volta das duas escolas, quer da EB1, quer da Escola Secundária, mas estamos conscientes de que é uma obra necessária e é uma obra que vai beneficiar em muito o centro da cidade, são cinco milhões de euros (5.000.000€) que durante o ano de 2019, e ainda durante algum período do ano de 2020, vamos conseguir levar a cabo na cidade do Marco de Canaveses.

Queria também dizer que em relação à zona industrial, já aqui expliquei a expansão da zona industrial, a pavimentação da Rua Maria Gil e António Moreira.

Em relação às escolas, de facto, vamos investir nas escolas cerca de um milhão e meio (1.500.000€). Não tivessem ainda as nossas escolas o amianto, e nós não estaríamos a gastar certamente este dinheiro. Mas, não ficamos por aí, porque a intervenção não é só para retirar o amianto, é uma intervenção que tem em conta também a eficiência energética – mudar caixilharias, colocar o pavimento, capoto, e também decorar as escolas com outro tipo de revestimento. E por isso, congratulamo-nos com isso, que temos estes projetos para levar a cabo, que são um milhão e meio (1.500.000€) de intervenção nas nossas escolas.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Luís Vales, dizer ao Sr. Deputado Luís Vales que, de facto, me esqueci, na informação escrita, ou pelo menos não escrevi tudo o que me tinha referenciado. Mas, dizer-lhe que nós estamos muito contentes com os sintéticos, foi um investimento avultado que a Câmara fez, sem recurso a fundos comunitários, como sabe. O



problema não é só pagar os sintéticos; é que, de facto, é preciso mantê-los, e isto custa pelo menos, a cada um, cinco mil euros (5.000€) ao ano, porque é preciso fazer um contrato com uma empresa especialista para que o sintético se mantenha sempre com aquela qualidade que é exigível para a prática desportiva. E de facto, nós, Câmara Municipal e o anterior Executivo, fizemos os sintéticos no concelho, mas a seguir aos sintéticos veio, de facto, uma enxurrada de pedidos para realizar a construção de balneários, para construir bancadas, para apetrechar melhor todas as instalações das sedes das associações desportivas que foram contempladas com estes sintéticos, e é um investimento que ainda não parou, e que todos os dias somos quase confrontados com novos pedidos das associações para apetrechar melhor estes edifícios. Os sintéticos foram uma grande parte do investimento, foi um investimento que saudamos, é verdade que, se calhar, da forma como foi feito, sem financiamento comunitário, foi um esforço financeiro para a Câmara Municipal, mas foi uma opção que o anterior Executivo tomou, e que nós queremos manter, e queremos também – e sobretudo, e era isso que eu queria dizer – potenciar ainda melhor para a prática desportiva.

Em relação às festividades do natal, dizer que nós já fizemos uma reunião com os comerciantes, já definimos – e há bocado tive oportunidade, não vou ler outra vez, de dizer quais são as atividades que vamos fazer no período natalício, temos como parceira a AEMarco, e este ano ficou decidido que não iríamos fazer o concurso das montras de natal alargado às freguesias limítrofes, porque foi também sugerido pelos comerciantes que a fazer, teríamos de fazer não a duas, como era habitual, mas a outras todas, porque o que era usual era alargar só a duas, e desde logo havia ali comerciantes que entenderam que, então, a alargar a essas duas, teríamos que alargar a outras, teríamos que alargar a Vila Boa do Bispo, que também tem um núcleo habitacional forte, e comercial, teríamos que alargar a Bem Viver, teríamos que alargar a Constance. E por isso, o que se entendeu foi que, de facto, iríamos fazer apenas no centro da cidade. O concurso das montras é uma parceria que temos com a Associação Empresarial, tudo o resto será levado a cabo também com esta parceria com a Associação Empresarial, mas sobretudo com a Câmara Municipal, em parceria com os empresários, que foram devidamente envolvidos, e que também eles deram sugestões para estes eventos que vamos levar a cabo na época natalícia.

Em relação à questão da informação escrita, dizer que nós, certamente, se a Legislação o prevê, vamos disponibilizar a informação escrita da forma como o senhor refere. Mas, dizer-lhe, Sr. Deputado, que eu estive doze anos sentada desse lado, e sempre recebi a informação escrita nestes moldes, e o senhor já esteve sentado deste lado. Mas, mesmo assim, isso não nos inibe de qualquer responsabilidade naquilo que refere. Se a Lei assim o prevê, a partir de agora vão receber a informação escrita conforme é referido e conforme nos solicita.

Sr. Deputado, eu podia perder mais alguns minutos e ler-lhe tudo aquilo que aqui tenho na área da educação e na área do turismo. Mas, não o vou fazer, não o vou fazer por respeito a esta Bancada, e porque já o referi em outras circunstâncias, e porque também, atendendo ao adiantado da hora, não vou estar aqui a ler o conjunto de iniciativas e de projetos que a Câmara Municipal quer levar a cabo na área da educação e do turismo. Mas, dizer-lhe, Sr. Deputado, que dizer que a Câmara Municipal não tem como prioridades a educação e o turismo é, no mínimo, estonteante a esta hora da madrugada, porque uma Câmara que vai investir, só em dez escolas, um milhão e meio de euros (1.500.000€), uma Câmara que já tem aqui um conjunto de projetos que já estão a ser levados a cabo – o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo



falou aqui, e muito bem, em alguns deles, mas temos tanta coisa já feita durante o ano de 2018. É verdade, o Sr. Deputado pode sempre dizer: “Queríamos mais”. Mas, Sr. Deputado, aquilo que estamos a fazer é concertado com os Agrupamentos de Escolas, nós vamos receber ainda mais competências na área da educação, estamos a preparar-nos para elas, mas isto que aqui está, este projeto que nós decidimos designar por “#sucessoescolar” é um projeto do qual eu me orgulho muito, mas posso dizer-lhe, Sr. Deputado, que me sinto ainda muito triste porque durante este ano, embora tenha concertado um conjunto de atividades e de projetos para a área da educação, consigo perceber que persistem muitas, mas muitas carências no nosso concelho a nível da educação. E deixe-me que lhe diga, os Srs. Presidentes de Junta são testemunhas disso, muitos dos locais onde vou fazer atendimento têm sido aproveitados pelos Srs. Professores e pelas Associações de Pais para me irem interpelar para fazerem obras nas escolas. E posso dar-lhe nota de que em cada uma das terças-feiras em que saio à rua, para lhe dizer até que nestes dois meses – estou a olhar para o Sr. Presidente da Junta do Marco – tive uma Associação de Pais que atendi e duas professoras de escolas. Na Freguesia da Folhada, tive a Associação de Pais, e na Freguesia de Penha Longa tive a Associação de Pais, só nestes quinze dias deste mês. E por isso, Sr. Deputado, só por aí pode ver o conjunto de necessidades que ainda persistem no concelho, de intervenções nas nossas escolas; são muitas, que me deixam triste, porque eu não gosto nada de saber, e acho que ninguém fica feliz de saber que, por exemplo, as escolas do concelho, onde provavelmente pessoas com a idade do Sr. Deputado e da minha idade estudaram, estão exatamente iguais. Existem escolas que têm o mesmo mobiliário, as mesmas casas de banho, o mesmo mobiliário de refeitório, estão exatamente iguais, as mesmas janelas todas podres, as mesmas portas de madeira cheias de buracos, exatamente as mesmas escolas. E por isso, Sr. Deputado, dizer que este Executivo não tem ambição na área da educação não é verdade. E tanto não é verdade que nós temos aqui um milhão e meio (1.500.000€) para executar no ano de 2019, e durante este ano, nas férias da interrupção letiva do verão, os Srs. Presidentes de Junta são testemunhas disso, todos os nossos colaboradores estiveram afetos à área da educação, fizeram obras naquelas que eram as mais prioritárias. Nas interrupções letivas deste natal, vamos estar a fazer obras nas escolas; na interrupção letiva do carnaval, vamos estar a fazer obras nas escolas. E posso garantir-lhe, Sr. Deputado, que eu tenho a certeza que no próximo ano, em 2019, as Associações de Pais, as Sras. Professoras e os Srs. Presidentes de Junta vão continuar a pedir-me intervenções nas escolas, porque as necessidades são mesmo muitas. Mesmo muitas. E por isso, Sr. Deputado, eu podia falar-lhe nelas, mas não vou falar.

Em relação ao turismo, eu acho que aqui o Sr. Presidente da Junta de Vila Boa do Bispo já deu duas ou três notas que são muito importantes. Se nós não estivéssemos a atuar e se não estivéssemos a ter aqui uma atitude concertada a nível da promoção turística do concelho, não tínhamos, por exemplo, feito o estudo para a requalificação de Bitetos. O Sr. Presidente da Junta teve essa oportunidade, até porque teve um Executivo durante doze anos do PSD, e o Sr. Presidente da Junta nunca conseguiu que o Executivo Municipal requalificasse Bitetos. Já viu, a entrada principal do concelho, onde passam centenas de milhares de turistas, por via fluvial, e o Sr. Presidente da Junta nunca conseguiu. Está a ver? O Sr. Presidente da Junta de Sobretâmega provavelmente nunca teve tanto investimento na zona ribeirinha, temos projetada uma piscina flutuante em Sobretâmega, um Parque Fluvial de Sobretâmega que vamos alargar, que vamos melhorar com iluminação, vamos construir as casas de banho que faltam construir, aqui em Alpendorada. Estamos a tentar fazer agora o levantamento para a ecovia, um projeto estruturante no Rio Tâmega. Dei há bocado conta de que vamos construir, ou vamos tentar fazer



um corredor para a navegabilidade dos barcos de recreio no Rio Tâmega. Mas, está no Orçamento, Sr. Deputado. Sabe o que é que falta no Orçamento? Falta aquilo que o senhor disse, e muito bem, que é primário, que é aqui incluir os dez milhões (10.000.000€) do saldo de gerência. E quando os dez milhões (10.000.000€) do saldo de gerência estiverem aqui, o senhor vai ver que, de facto, este Orçamento, que já tem corpo, vai ainda ficar, diria eu, mais encorpado. E nessa altura, espero que o Sr. Deputado não tenha dúvidas sobre aquilo que são, de facto, os objetivos e quais são aquelas que são as prioridades deste Executivo, porque se nessa altura ainda persistirem dúvidas, então, Sr. Deputado, eu consigo vou desistir, porque não vou gastar tempo a ler as nossas medidas, porque o senhor, se não percebe, é porque não quer perceber. E eu vou perder tempo com aqueles Marcoenses que dão valor ao que este Executivo está a fazer e àquilo que o Executivo vai fazer nos anos de 2019 e 2020. Aliás, não vou perder, vou ganhar tempo a explicar aos Marcoenses o que queremos fazer.

E por isso, Sr. Deputado, só terminando com isto, dizer que este Orçamento não tem o cunho do Partido Socialista, Sr. Deputado, o Partido Socialista foi o único Partido até agora que teve a coragem de transpor o seu programa eleitoral para o Orçamento de 2019. Para quem não o leu, está aqui o nosso programa eleitoral para este mandato, todo, Sr. Deputado. E por isso, se isto não é o cunho do Partido Socialista, diga-me onde é que está o cunho do Partido Socialista. Nós tivemos esta coragem, porque não temos receio que o analisem e que nos digam o que é que vai ser feito e o que é que não vai, porque temos quase a certeza de que vamos conseguir fazer tudo o que aqui está. Ainda vamos conseguir fazer mais, porque os Srs. Presidentes de Junta estão sempre a pedir mais – ainda há bocado estavam aqui a dar sugestões sobre coisas que não estão vertidas no Orçamento nem nas GOP. Por isso, Sr. Deputado, dizer que este Orçamento não tem o cunho do PS é porque, de facto, não leu o enquadramento do Orçamento de 2019, senão não teria feito tal afirmação.

E acho que respondi a tudo. Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Como não há mais nada a discutir relativamente a este ponto, vamos à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Os Srs. Deputados que votam a favor, agradecemos que levantem o braço. Ora, o ponto da ordem de trabalhos foi aprovado, com vinte (20) votos a favor, e dezasseis (16) abstenções.

Passamos de seguida ao **Ponto n.º 3.7** da ordem de trabalhos, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.

Dou a palavra à Sra. Presidente para que esclareça algum aspeto que julgue pertinente.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, este, no fundo, é um pressuposto legal, nós temos que trazer aqui à Assembleia a autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente, e esta tem que ser dada aquando da aprovação dos documentos previsionais e Grandes Opções do Plano. É isto que, no fundo, está cá para deliberação, que tiveram oportunidade de ler, que agora também me privo de estar a ler este documento.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

A Assembleia pretende manifestar-se sobre este ponto da ordem de trabalhos? Quem se inscreve? Não há inscrições. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.8 da ordem de trabalhos, Informação sobre os compromissos plurianuais face à autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA. Este ponto é para conhecimento.

Mesmo sendo para conhecimento, alguém se quer inscrever para intervir? Sra. Presidente, peço desculpa, não lhe dei a palavra, dou-lhe a palavra de imediato.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Só dar nota de que esta informação decorre da anterior. No fundo, é obrigatório fazer esta informação à Assembleia Municipal. Por isso, não é votação, é só para tomar conhecimento, mas temos que trazer esta informação sobre os compromissos plurianuais, tendo em conta a autorização prévia que foi dada no ponto anterior.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, como não há votação neste aspeto, passamos ao **Ponto n.º 3.9**, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à revogação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para vigilância e limpeza do Complexo do Estádio Municipal do Marco de Canaveses, outorgado em 09 de outubro de 2014 entre a Câmara Municipal do Marco de Canaveses e a Junta de Freguesia do Marco.

Eu dava a palavra à Sra. Presidente, para que esclareça este ponto da ordem de trabalhos.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

A Câmara Municipal tem com as Juntas de Freguesia contratos interadministrativos, às quais delegamos competências. Neste caso em concreto, foi para a Freguesia do Marco, e esta competência era para vigilância e limpeza do Complexo do Estádio Municipal do Marco de Canaveses. Este, de facto, era um protocolo, ou um contrato interadministrativo que vigorava desde 2014, nós transferíamos para a Junta de Freguesia uma comparticipação financeira de oitocentos e vinte e nove euros e cinquenta cêntimos (829,50€), segundo a cláusula nove. Efetivamente, a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia deliberaram que deviam, no fundo, cancelar este contrato, revogar este contrato interadministrativo de delegação de competências com a Câmara Municipal, tendo em conta que o valor que também pagavam à dita colaboradora que fazia estas tarefas no Estádio Municipal era significativamente mais avultado do que aquele que a Câmara transferia, isto porque a Junta de Freguesia não contratou ninguém para o Quadro de Pessoal, o Sr. Presidente da Junta já herdou esta situação do passado, tinham recorrido a uma empresa de prestação de serviços de trabalho temporário, e por isso, os custos que esta colaboradora tinha, que era contratada por essa empresa de trabalho temporário, eram muito superiores aos oitocentos e vinte e nove euros e cinquenta cêntimos (829,50€), era de mil, cento e trinta euros, e noventa e nove cêntimos (1.130,99€). E por isso, como a Câmara Municipal não pode, no fundo, nos contratos interadministrativos, transferir valores muito superiores àquele que é o valor justo pelo qual faríamos esse serviço – ou seja, se a Câmara Municipal conseguia fazer esta contratação por este valor, não pode passar para a Junta – está



na Lei – os contratos interadministrativos, não podemos fazê-lo com um valor superior. E por isso, a Junta de Freguesia revogou este contrato interadministrativo, e a partir de dezembro será a Câmara Municipal, porque é nossa responsabilidade, a ter que contratar uma pessoa para fazer esta limpeza do Estádio Municipal, e também tratar da sua vigilância. No fundo, o que está aqui é uma deliberação que já foi tomada em sede de Assembleia de Freguesia do Marco e Executivo, em reunião de Executivo, e que a Assembleia Municipal agora tem que deliberar sobre ela também.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Quem pretende inscrever-se sobre este ponto da ordem de trabalhos? Como ninguém se quer inscrever, passamos à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.10, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal – Empreendimento Turístico Hotel Sénior.

Sra. Presidente, tem a palavra, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O que aqui temos é, de facto, uma declaração de reconhecimento de interesse público municipal do empreendimento turístico designado Hotel Sénior, que vai ser edificado na Rua Luís de Camões, na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão. Este é um empreendimento turístico que, segundo a sua memória descritiva, também vai responder a algumas necessidades para a faixa etária dos mais idosos (sessenta e cinco ou mais anos), tem um investimento estimado em cerca de cinco milhões de euros (5.000.000€) para a realização de todo o empreendimento, é composto por trinta e três quartos e uma capacidade total de sessenta e seis dormidas, e também dar conta de que vai ser um investimento que vai alocar cerca de trinta funcionários permanentes em postos qualificados. Por isso, no fundo, é este empreendimento que vai ser levado a cabo em Alpendorada, Várzea e Torrão, e que a Câmara Municipal já emitiu a declaração de reconhecimento do interesse público municipal, e agora é responsabilidade da Assembleia Municipal, sob proposta fundamentada da Câmara, deliberar sobre o mesmo.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sobre este Ponto n.º 3.10, alguém se pretende inscrever? Há mais alguém interessado? Dou a palavra ao Sr. Deputado Bruno Caetano.

--- Bruno Caetano (PS) ---

Boa noite a todos.

Alegando aqui o nosso Regimento Municipal, através do art.º 60.º, alegando um impedimento ou suspensão, pelo art.º 3.º, estando ligado profissionalmente, quer a este Ponto n.º 3.10, quer ao 3.11 (para não vir cá outra vez), peço escusa de fazer a votação relativamente a este ponto.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Neves.

--- Domingos Neves (Presidente J.F. Alpendorada, Várzea e Torrão, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Membros da Mesa, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, colegas Presidentes de Junta, colegas da Assembleia, público que ainda se mantém aqui presente, comunicação social:

Queria, ainda antes de entrar nestes dois pontos – vou falar já dos dois, se me dá licença, Sr. Presidente, os Pontos n.º 10 e 11 – deixar aqui dois apelos. E queria deixar um apelo à Sra. Presidente de Câmara e ao seu Executivo, para que estas Assembleias, nomeadamente quando temos em mãos um documento tão importante como o Orçamento, que nos vai conduzir, que nos vai guiar durante o ano de 2019 (neste caso), deveríamos ter contenção nos pontos, porque eu entendo que às três (03h00) ou três e meia (03h30) da manhã, ninguém está em condições de raciocinar e de pôr em causa, ou não, um documento de tanta importância. Isto era um apelo ao Executivo.

Outro apelo que queria deixar era aos meus colegas desta Bancada, a mesma coisa: estivemos aqui desde as oito e meia (20h30) até às três e dez (03h10), estivemos metade do tempo a discutir assuntos que não têm interesse nenhum para a nossa população. Nós estamos aqui, eleitos, para defender e para tratar dos assuntos das nossas populações. Se nós formos todos conscientes e espremermos, como se diz na gíria, o limão, não tiramos sumo nenhum. Os nossos cidadãos que votaram em nós hão de dizer lá em casa: “Estão lá aqueles gajos, não estão a fazer nada.” Peço perdão por esta frase, mas é assim.

E agora, o que aqui me traz, queria apenas e só dizer-vos que quero orgulhar-me destes dois empreendimentos que se vão realizar na minha freguesia. E quero dizer também que nós, autarcas, devemos acompanhar, com as infraestruturas públicas, as infraestruturas privadas que se vão fazendo por este concelho fora. E não são umas infraestruturas quaisquer; o Hotel Turístico Sénior são cinco milhões de euros (5.000.000€), e o Hotel Rural são cerca de três milhões de euros (3.000.000€), que trazem emprego e que trazem, acima de tudo, gente para o nosso concelho, trazem impostos e trazem acima de tudo aquilo que nós precisamos, captar turistas para o nosso concelho. E nós devemos, e temos que ter a consciência de que temos um privilégio de termos dois rios que banham este concelho, nomeadamente o Baixo Concelho é servido pelo Rio Tâmega e pelo Rio Douro. Devemos aproveitar as potencialidades destes rios, porque se tivermos em conta que no passado os rios foram as grandes autoestradas do desenvolvimento dos países, ainda hoje, por esse mundo fora, todas as cidades e todas as terras estão viradas para os rios, são as terras mais desenvolvidas, cidades, aldeias e vilas pelo mundo fora. Nós devemos ter a coragem de nos virar também para o rio, trazer investimentos turísticos para os rios, e conseguir que a nossa terra, que tem, como dizia há bocado, o privilégio de ser banhada por dois rios, conseguir que esta terra seja um concelho que a todos nós aqui, e àqueles que nos ouvem, tragam efetivamente alegria de aqui viver, e tentar trazer para esta terra aqueles que passam por cá e não conseguem fixar-se. Por isso, deixava aqui também este apelo, para que as entidades, Câmaras e Juntas de Freguesia, tivessem a atenção de acompanhar os investimentos privados, porque aqui está um bom exemplo do que é tentar desenvolver o turismo no nosso concelho.



Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra à Sra. Presidente, para qualquer esclarecimento que entenda prestar.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu fico feliz por o Sr. Domingos cá vir, como autarca de freguesia, também congratular-se por este investimento – este e o outro que vamos relevar no ponto seguinte. Mas, permita-me, Sr. Domingos, discordar da forma como aqui colocou esta questão das Assembleias Municipais. E independentemente dos temas aqui discutidos, da forma mais calorosa, mais aguerrida, mais responsável ou mais levianamente, não acredito que os Srs. Deputados aqui presentes na sala, que foram eleitos e que estão cá, no fundo, dentro daquilo que são as suas responsabilidades, que estejam aqui para discutir sobre coisas que não interessam. Eu discordo. Eu acho que independentemente da forma como o fazem, acho que tudo o que se discute aqui é importante para os destinos do Marco de Canaveses, e era bom que todos nós que aqui estamos – deputados, Executivo, os Srs. Vereadores e a Mesa da Assembleia – todos os dias e a toda a hora durante a Assembleia, se recordassem que, de facto, estão cá e foram eleitos para isso, para defender os interesses dos Marcoenses. Posso, de facto, discordar da forma, mas nesta casa, que é a casa da democracia, discutem-se importantes assuntos, estratégicos para o concelho. É aqui que eles têm que ser discutidos. Se, efetivamente, as reuniões demoram tanto, e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal já pediu aqui também alguma tolerância, é verdade que elas são demoradas, mas é assim, no passado também já foi assim, e por isso, no Marco de Canaveses, pelos vistos, as Assembleias Municipais vão ser sempre demoradas. Das duas, uma: ou começamos a marcar mais do que uma reunião, ou então não podemos privar estes Srs. Deputados de discutir os assuntos que dizem respeito ao concelho, e que são, do meu ponto de vista, muito importantes.

Era só isso, Sr. Presidente. Obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Concluído este ponto da ordem de trabalhos, vamos passar à votação do Ponto n.º 3.10, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal – Empreendimento Turístico Hotel Sénior. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto seguinte, **Ponto n.º 3.11**, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal – Hotel Rural.

Dou a palavra à Sra. Presidente, se faz favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---



Muito obrigada, Sr. Presidente.

O que temos aqui também é uma declaração de interesse público municipal, o requerente é António Jorge Vieira de Azevedo, o empreendimento turístico designado de categoria de Hotel Rural, que já está a ser instalado no Lugar da Cruz ou Bairral, na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão. O que está aqui em causa é também um empreendimento que contará com a componente de alojamento, com uma capacidade máxima no hotel de doze camas, restaurante com sessenta lugares, com bar, piscina e bar exterior, estacionamento e ainda doze apartamentos compostos cada um deles por um *hall*, cozinha, sala, casa de banho completa, quarto e uma secção de arrumos. Contará também com um salão de eventos. Para a execução do empreendimento turístico – ou de uma parte deste empreendimento turístico – prevê-se um custo de cerca de um milhão e seiscentos mil euros (1.600.000€). Queria também reforçar aqui que vão ser necessários sete postos de trabalho diretos, qualificados, e aproximadamente quinze postos de trabalho indiretos.

É esta, no fundo, a proposta que está em cima da mesa para ser votada.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Passamos, então, de seguida à votação do último ponto da ordem de trabalhos, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal – Hotel Rural. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade, sem o voto do Sr. Eng.º Bruno Caetano, por impedimento.

De seguida, vamos passar à aprovação por minuta dos pontos. A 2.ª Secretária vai sintetizar, para efeitos de aprovação por minuta, para ver se isto apressa. Obrigado.

--- Maria Gorete Pinheiro (2.ª Secretária, PS) ---

Ponto n.º 3.2, foi aprovado por unanimidade, com trinta e sete (37) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém?

Ponto n.º 3.3, foi aprovado por unanimidade, com trinta e sete (37) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.4, foi aprovado por unanimidade, com trinta e sete (37) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.5, foi aprovado por unanimidade, com trinta e sete (37) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.6, foi aprovado por maioria, com vinte (20) votos a favor, e dezasseis (16) abstenções. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.



Ponto n.º 3.7, aprovado por unanimidade, com trinta e seis (36) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.9, foi aprovado por unanimidade, com trinta e seis (36) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.10, foi aprovado por unanimidade, com trinta e cinco (35) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.11, foi aprovado por unanimidade, com trinta e cinco (35) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, relativamente ao jantar da Assembleia Municipal, uma vez que na altura do natal há muita coisa marcada, há muito evento, por sugestão de vários deputados, fazíamos durante o mês de janeiro. Não há desacordo quanto a isso?

Muito obrigado. Um bom fim de semana.